

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O ENSINO NORMAL REGIONAL EM CIANORTE-PR: DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO ÀS PRÁTICAS E SABERES
PEDAGÓGICOS (1957-1964)**

ANDRESSA LARIANI PAIVA GONÇALVES

**MARINGÁ
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O ENSINO NORMAL REGIONAL EM CIANORTE-PR: DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO ÀS PRÁTICAS E SABERES PEDAGÓGICOS**

Dissertação apresentada por ANDRESSA LARIANI PAIVA GONÇALVES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a.: ANALETE REGINA SCHELBAUER

MARINGÁ
2016

ANDRESSA LARIANI PAIVA GONÇALVES

**O ENSINO NORMAL REGIONAL EM CIANORTE-PR: DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO ÀS PRÁTICAS E SABERES PEDAGÓGICOS**

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer (Orientadora) – UEM

Profa. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive – UDESC - Florianópolis

Prof. Dr. Celio Juvenal Costa – UEM

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado -UEM

MARINGÁ
2016

Para Sueli, Valberto e Jéssica.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me imensamente grata por ter a oportunidade de trilhar os caminhos que me levaram à construção deste trabalho. Durante o tempo que me dediquei a esta pesquisa, tive a oportunidade de conviver com pessoas que, cada uma com seu modo especial, ajudaram-me a tornar, o que outrora pertencia ao terreno dos sonhos, uma feliz realidade. Por isto, agradeço:

Ao criador, por estar presente em mim.

À minha família, por sempre me dar apoio incondicional.

Ao meu companheiro de todas as horas, Everton.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial aqueles com quem tive oportunidade de participar de suas aulas, Célio Juvenal Costa, Fátima Maria Neves, Elaine Rodrigues, Maria Cristina Gomes Machado, Maria Cecílio, Analete Regina Schelbauer, seus ensinamentos me inquietaram e desconstruíram minhas “verdades”. Graças a vocês tenho a convicção de que nunca devemos deixar de questionar, mesmo que, ao final, tenhamos mais dúvidas do que certezas. A todos meu carinho e gratidão!

Às minhas companheiras de jornada, que fizeram a trajetória entre Maringá e Cianorte se tornar mais agradável. Fabiana, Jane, Líbia, muito obrigada!

À minha amiga Rosangela de Lima, sempre disposta a oferecer uma mão amiga, te admiro imensamente!

Aos membros do grupo de pesquisa “História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”, que proporcionaram momentos de troca de conhecimento, de apoio e de carinho!

Ao Edcarlos e ao Jonatan, pela amizade e pela prontidão em ajudar.

Ao Hugo e à Márcia, que, com ética e presteza, estão sempre prontos a nos auxiliar.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por possibilitar que eu me dedicasse à pesquisa.

À Thaís Bento Faria, por suas generosas contribuições no processo de construção deste trabalho.

À minha orientadora Analete Regina Schelbauer, por ter acreditado em meu potencial em momentos em que até eu mesma duvidava, por ter proporcionado experiências únicas, profissionais e humanas, frente à Universidade Aberta à Terceira Idade, durante as aulas e nas orientações individuais e coletivas. Este trabalho não seria possível sem a sua orientação, sou imensamente grata!

Aos membros da banca Gladys Mary Guisoni Teive, Célio Juvenal Costa e Maria Cristina Gomes Machado, muito obrigada pelas generosas contribuições e por terem aceito o convite para participar deste momento tão importante na minha caminhada pessoal e profissional.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho e que, por ventura, esqueci de nomear.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Demonstrativo da criação dos Cursos Normais Regionais no Paraná (1948-1957).....	74
Gráfico 2- Demonstrativo dos assuntos mais abordados nas reuniões docentes ...	124

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Ata da instalação do Curso Normal no município de Cianorte (1957).....	40
Imagem 2- Ata da festa em comemoração ao Dia da Independência (1958)	46
Imagem 3- Ata da Seção solene de entrega de diplomas 1962.....	48
Imagem 4- Ata do Inventário de Materiais da ENRSJ	52
Imagem 5- Primeira página do diário de classe da disciplina de Higiene.....	55
Imagem 6- Acervo de pastas individuais dos alunos do Colégio Estadual Cianorte .	57
Imagem 7- Alunas da Escola Normal Regional Silva Jardim no Sétimo Aniversário de Cianorte (1960)	106
Imagem 8- Alunas da Escola Normal Regional Silva Jardim desfilando no Sétimo Aniversário de Cianorte (1960).....	106
Imagem 9- Convite de formatura da turma de 1961	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Guia de documentos da Escola Normal Regional Silva Jardim	37
Quadro 2 - Reuniões Mensais da Escola Normal Regional Silva Jardim	41
Quadro 3- Quadro de avisos destinados ao corpo docente (1959-1963).....	50
Quadro 4- Inventário Geral dos materiais do Curso Normal Regional Silva Jardim em 25-08-1958	80
Quadro 5- Inventário Geral dos materiais da Escola Normal Regional Silva Jardim realizado em 23-04-1963	82
Quadro 6- Levantamento dos Livros da Biblioteca da ENRSJ realizado em 15-02-65	87
Quadro 7- Comemorações realizadas pela Escola Normal Regional Silva Jardim .	100
Quadro 8- Comparação entre disciplinas ministradas e séries correspondentes da Escola Normal Regional Silva Jardim (1957 a 1964).	135
Quadro 9- Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 2. série (1958)	145
Quadro 10-Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 2. série (1959)	145
Quadro 11- - Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 2. série (1961)	146
Quadro 12-Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 3. série (1961)	146
Quadro 13- Transcrição da Avaliação da disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região.	148

Quadro 14-Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4.
série (1960) 152

Quadro 15- Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4.
série (1961) 152

Quadro 16- Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4.
série (1962) 153

Quadro 17- Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4.
série (1963) 153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Relação entre ano, local de formatura e número de formandos da ENRSJ	110
Tabela 2- Comparação entre matrículas e desistências	114
Tabela 3- Relação de alunos matriculados por sexo.....	115
Tabela 4- Contratações de Docentes para o Curso Normal Regional de Cianorte entre 1957 e 1964	118
Tabela 5-Disciplinas Ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim (1957-1964)	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CIHELA	Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americano
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
ENRSJ	Escola Normal Regional Silva Jardim
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e do Desporto
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **O ENSINO NORMAL REGIONAL EM CIANORTE-PR: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO ÀS PRÁTICAS E SABERES PEDAGÓGICOS (1957-1964)**. n^o f.179 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Analete Regina Schelbauer. Maringá,PR, 2016.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo de implantação da Escola Normal Regional Silva Jardim (ENSJ) no município de Cianorte-PR, assim como as práticas pedagógicas inerentes à cultura escolar desenvolvidas no âmbito da instituição entre os anos de 1957 a 1964. O recorte temporal engloba os marcos de abertura e encerramento das atividades da instituição. Como metodologia, adota-se a pesquisa de caráter bibliográfico e documental, em que, por meio das fontes e da historiografia, investiga-se a cultura escolar da instituição e as contribuições da Escola Normal Regional Silva Jardim para a formação de professores no município. O expressivo acervo documental encontrado e a constatação de um emergente movimento de historiadores da educação em salvaguardar os acervos documentais escolares possibilitaram a implementação de um inventário de fontes, que, além de oferecer subsídio para esta e outras pesquisas, contribui para o resguardo do patrimônio documental escolar da cidade de Cianorte. Com o apoio da documentação inventariada, da bibliografia consultada e de documentos oficiais, como a Lei Orgânica do Ensino Normal n. 8.530 de 1946 e as mensagens de governo do estado do Paraná, foi caracterizado o contexto de implantação da Escola Normal Regional Silva Jardim e identificados aspectos inerentes à cultura material escolar e a maneira como os sujeitos se exteriorizavam no tecido social, evidenciando a participação do corpo docente e discente da instituição. Com base em tais discussões, tornou-se necessário refletir sobre as disciplinas ministradas no Curso Normal Regional Silva Jardim e, assim, identificar aspectos referentes à normatização dos programas de ensino presentes nos documentos oficiais e sua concretização na realidade educacional desta instituição. Constatou-se que a Escola Normal Regional Silva Jardim, mesmo mantendo turmas durante um breve período de tempo, teve uma atuação relevante na formação de professores primários do município de Cianorte. Espera-se que os resultados obtidos contribuam para o debate do tema em questão, mesmo tendo ciência de que os estudos realizados não cessam as possibilidades investigativas acerca da formação de professores primários deste município nem tampouco do Paraná. Sob esta perspectiva, objetiva-se colaborar com o preenchimento de uma dentre tantas lacunas da história das instituições escolares deste estado.

Palavras-chave: Escola Normal Regional; Cultura Escolar; Formação de professores; Cianorte-PR.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **REGIONAL NORMAL TEACHING IN CIANORTE-PR: FROM INSTITUTIONALIZATION TO PEDAGOGICAL PRACTICES AND KNOWLEDGE (1957-1964)**. n^o f.179 Dissertation (Master's Degree in Education) – Universidade Estadual de Maringá. Orientation: Analete Regina Schelbauer. Maringá,PR, 2016.

ABSTRACT

The present research aims to understand the implementation process of the Silva Jardim Normal Regional School in the municipality of Cianorte-PR, as well as the pedagogical practices inherent in the school culture developed through the years 1957-1964. The time frame covers the opening and closing marks of the institution's activities. A bibliographic and documental research study is the methodology adopted which, through the sources and historiography, investigates the academic culture of the institution and the contributions of the School for the training of teachers in the town. The significant document collection found and the finding of an emerging education historians movement to safeguard school documents enabled the implementation of an inventory of sources which, in addition to providing benefits for this and other researches, contributes to the preservation of school documentary heritage of the town of Cianorte. With the support of the inventoried documentation, bibliography and official documents - such as the Organic Law of the Normal School n^o 8530, 1946, and the State of Paraná's official statements - the context in the building of the Silva Jardim School was characterized, identifying aspects of the school's culture supplies and how the subjects were exteriorized in the social construction, showing the participation of the body faculty and students of the institution. Based on these discussions, it has become necessary to reflect on the subjects taught in the Regional Normal Course Silva Jardim and thus identify aspects related to the standardization of curricula present in official documents and the educational development of this institution. It was found that the Normal School Regional Silva Jardim, even holding classes for a short period of time, had a significant role in the training of Cianorte's first primary school teachers. It is expected that the results contribute to the discussion of the topic, even though aware that studies do not cease investigative possibilities about the training of primary teachers of this municipality nor of Paraná. In this sense, the objective is to collaborate with filing some of this State's education history gaps.

Keywords: Normal Regional School; School Culture; Teacher Training; Cianorte-PR.

SUMÁRIO

1. CAMINHOS PERCORRIDOS: MINHA HISTÓRIA, MINHAS MEMÓRIAS.....	17
1.1 Da finalidade e estruturação do trabalho	17
1.2 Minha História, minhas Memórias	18
1.3 A revisão bibliográfica e o referencial teórico-metodológico	23
2. ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM: INVENTÁRIO DE FONTES DOCUMENTAIS E PRIMEIRAS INICIATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS EM CIANORTE-PR.....	35
2.1 Inventário de Fontes Documentais	35
2.2 A formação do município de Cianorte-PR e as primeiras iniciativas para a formação de professores.....	60
2.2.1 A educação normal regional no município de Cianorte-PR.....	67
3. A ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM: O RETRATO DE UMA ESCOLA NORMAL REGIONAL NO INTERIOR DO PARANÁ.....	77
3.1 Os materiais pedagógicos e a estrutura da Escola Normal Regional Silva Jardim: A cultura material escolar	79
3.2 A cultura imaterial escolar: desfiles, festejos e comemorações	98
3.3 A cultura escolar e os sujeitos da Escola Normal Regional Silva Jardim: Entram em cena os alunos e os professores	112
3.3.1 O Corpo Discente.....	114
3.3.2 O Grêmio Literário Duque de Caxias	116
3.3.3 O Corpo Docente	118
3.3.4 As Reuniões Pedagógicas	123
4. A ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS ÀS PRÁTICAS E SABERES COTIDIANOS.....	128
4.1 As disciplinas ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim entre 1957 e 1964	130
4.1.1 A disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região.....	142
4.1.2 A disciplina de Didática e Prática de Ensino	149
4.2 O processo de cessação da Escola Normal Regional Silva Jardim	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	167
REFERÊNCIAS.....	169

1. CAMINHOS PERCORRIDOS: MINHA HISTÓRIA, MINHAS MEMÓRIAS

1.1 Da finalidade e estruturação do trabalho

O presente trabalho visa compreender como ocorreu o processo de implantação do Curso Normal Regional no município de Cianorte-PR entre os anos de 1957 e 1964, quando a instituição manteve turmas no município com a denominação de Escola Normal Regional Silva Jardim¹. Com tal objetivo em vista, procuramos identificar processos presentes nessa cultura escolar por meio dos registros encontrados na documentação existente.

O trabalho está estruturado em quatro partes: a primeira consiste nesta introdução que, após a apresentação do trabalho, é escrita em forma de memorial, no qual são descritos os caminhos percorridos até a realização desta pesquisa. Em seguida, apresentamos a justificativa relativa ao tema, bem como o fio condutor da análise, sua importância para a História da Educação e as contribuições para a área em questão.

A segunda parte contém um inventário de fontes documentais da Escola Normal Regional Silva Jardim. Esta instituição, apesar de um curto período de funcionamento, possui um significativo acervo de livros de registro sobre seu funcionamento e outros documentos.

Na terceira parte identificamos os processos específicos inerentes à cultura escolar desenvolvidos por esta instituição. Para tanto, foram assim sistematizados: aspectos referentes à cultura material, abarcando os materiais pedagógicos e sua estrutura, cultura imaterial, como desfiles, festejos e comemorações, bem como a ação dos sujeitos envolvidos na Escola Normal Regional Silva Jardim.

Por fim, buscamos refletir sobre as disciplinas ministradas no Curso Normal Regional Silva Jardim e sistematizamos elementos que nos indicaram como ocorreu o processo de cessação das atividades desta escola.

¹ Inicialmente sob a nomenclatura de Curso Normal Regional de Cianorte a instituição adotou o nome do intelectual Antônio Silva Jardim a partir de 1958. A sugestão foi da então professora e secretária Neusa Martini Sella.

1.2 Minha História, minhas Memórias

Ousei escrever esta parte da seção em forma de memorial. Este gênero textual me foi apresentado durante a disciplina “Escola Pública e Pensamento Educacional na Contemporaneidade”, ministrada pela professora Dr^a. Analete Regina Schelbauer no ano de 2014, também orientadora desta dissertação. Memorial era um formato de escrita totalmente estranho para mim e escrevê-lo foi um desafio. Mas, ao final, percebi o quanto esta forma de escrever, rememoração da trajetória percorrida, é generosa para com o pesquisador, proporcionando ao mesmo tempo uma grande riqueza de detalhes na escrita.

Em uma breve pesquisa sobre memoriais, constatei que são comumente solicitados aos pesquisadores quase no final de suas carreiras, como requisito para a obtenção do título de livre docência. Dentre eles, destaca-se a obra “Metamemórias”, (1999) publicação da editora Cortez, que traz a público o memorial escrito pela intelectual Magda Soares. Por meio desta obra, facilmente infere-se que um memorial se trata de um texto que pode ser carregado de emoções e que, como prefacia Eliane Marta Teixeira Lopes, revela “[...] sua trajetória intelectual, suas dúvidas, suas perplexidades”, assim como pode ser uma “[...] autobiografia intelectual, acadêmica”, mas que, acima de tudo, pode revelar em que acredita e porque acredita; além de seus gostos musicais, culinários ou seu poeta preferido. Enfim, revela quem você é (SOARES, 2001, p. 7-10).

Conjecturo, assim, que, para a escrita de um texto deste gênero, deve-se considerar que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...] (LE GOFF, 2013, p. 435). Sob este prisma, procuro, inicialmente, demonstrar não apenas quem fui ou traços do que vivi por meio de minhas memórias, mas me encontrar naquilo que sou hoje, com marcas do passado, e tentar expressar “o passado como presente na lembrança” (SOARES, 2001 p. 41). Em seguida, ainda recorrendo à memória, explico a trajetória acadêmica percorrida para a efetivação deste trabalho, contemplando os caminhos metodológicos escolhidos para a sua realização.

Apesar de, inicialmente, tratar sobre minhas memórias pessoais acerca dos caminhos vividos e percorridos, é sabido que as trajetórias pessoais em nenhum

momento de desvinculam das profissionais. No entanto, como tentativa de melhor sistematizar o texto, dediquei a este subtítulo a escrita da minha história, baseada nas minhas memórias. Considerando que,

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p. 420).

Tendo como fonte minhas memórias, inicialmente, retrato uma vertente deste “caleidoscópio” que se constitui em vivências pessoais. Sem deixar de relevar, como afirmam as autoras acima citadas, que estas vivências são constantemente “ressignificadas”, assim como nossas vidas. Destaco que estas conjecturas têm, portanto, um lugar específico no tempo e espaço.

Seguindo este intuito, desejo sublinhar que este trabalho é resultado de uma vida inteira. Como não sei mais quantos anos terei de vida e a quantos outros projetos poderei me dedicar, posso afirmar que, do sopro que até então me foi concedido, este é, sem dúvida, o desafio a que mais me dediquei, o que mais sonhei em conseguir realizar, o que mais coloquei empenho. Espero não parar, mas o futuro é algo que mora na terra dos sonhos dos poetas. Podemos, por vezes, ao fechar os olhos, senti-lo, mas não podemos manipulá-lo, tampouco tocá-lo ou fazê-lo refém de nossas vontades.

Quanto aos caminhos que percorri para chegar até aqui, (no plural porque foram muitos), alguns foram agradáveis, comparados a uma estrada de chão em que, descalço, de mãos dadas com a melhor companhia, não há pressa alguma de chegar, é suave a sensação. Outros, porém, muito duros, são caminhos em que é preciso prestar muita atenção às pedras, gastam-me algumas lágrimas e noites de sono mal dormidas. Apresentarei alguns dos quais julgo mais relevantes para demonstrar a caminhada: os aprendizados, os sorrisos e as inquietações que uma pesquisa pode suscitar em uma aprendiz de pesquisadora.

Meus primeiros passos em direção à vida acadêmica foram dados ainda na infância. Acredito piamente que o que somos no presente é resultado de um todo, misto de vivências e experiências que acumulamos desde o momento em que fomos concebidos. Por isto, o olhar que lanço, hoje, para mim mesma revela que a

caminhada que culminou neste trabalho iniciou-se há muito tempo. A semente foi plantada há muitos anos atrás.

Sou filha de agricultores descendentes de italianos que migraram para o Brasil no início do século XX em busca de uma vida melhor. Meu avô me conta, quando temos oportunidade de conversar sentados no alpendre, que seus pais e irmãos se estabeleceram primeiro no Estado de Minas Gerais, depois, na década de 40 do século XX, quando as propagandas sobre as férteis terras do Paraná ecoavam pelos rincões brasileiros, venderam a propriedade e se estabeleceram no município de Ibaiti, norte pioneiro do Estado. Mudaram-se novamente quando as famosas terras vermelhas do centro-oeste paranaense foram loteadas pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) e estabeleceram-se no município de Ivaiporã-PR, onde residem até hoje.

Foi nesse pequeno pedaço de chão, onde meus bisavós e avós retiraram o sustento de uma vida inteira, que eu passei boa parte da minha infância, “à sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais”. Vivi uma primeira infância muito feliz, apesar de um pouco sozinha, não havia muitas crianças nas redondezas para brincar, minha principal companhia era uma prima alguns anos mais velha, Regiane. Nós brincávamos muito, especialmente na parte da tarde, já que, de manhã, ela ia à escola. Eu me lembro como se fosse ontem: eu ficava esperando, na cerca da cocheira, ela apontar ao longe, com a camiseta branca do uniforme e uma bolsa, em que estava escrito “Positivo” em baixo do braço.

Eu creio, a partir de então, que a escola e o fato de poder estudar tenham se tornado algo que sempre me fascinou. Eu tinha muita vontade de ir à escola e a frustração de não poder fazer a pré-escola foi uma das coisas que marcou minha infância. No colégio em que a Regiane estudava oferecia este nível de ensino, e minha mãe me matriculou para que eu pudesse ir com ela de ônibus. Eu só tinha seis anos e fiquei muito feliz de poder estudar também. Penso que, na minha mente infantil, estudar representava a possibilidade de conhecer um mundo novo, território desconhecido, diferente das bananeiras e dos laranjais onde eu brincava à sombra, mas, no primeiro dia de aula da pré-escola, que naquela época não era obrigatória, a turma foi transferida para uma escola mais distante e, como eu era muito pequena e não tinha ninguém para me acompanhar, voltei para casa apenas com o amargo gosto da frustração.

No ano seguinte, já com idade para ingressar na primeira série, iniciei minha caminhada escolar na sala da professora Rosail, em uma escola que ficava relativamente perto do sítio onde morávamos, a Escola Municipal Leila Diniz. Eu só precisava atravessar um córrego que ficava em uma das divisas do sítio, subir por um pasto, passar pelo pomar da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) e, depois disso, andar mais três quarteirões para chegar até a escolinha da vila. No início, minha mãe me acompanhava; depois, a filha do caseiro do clube, Sandra, passou a me acompanhar através do pomar, considerada a parte mais perigosa da caminhada, e eu ia sozinha no resto do percurso. Realmente, tanto para mim quanto para boa parte das crianças brasileiras estudar, definitivamente, não foi uma tarefa das mais simples, mas eu adorava.

Exatamente um ano depois, fomos expulsos do campo. Recorrentes perdas na lavoura, ocasionadas pelo clima ou pelo baixo preço dos produtos primários, obrigaram minha família a se mudar para a cidade em busca de uma vida melhor. Fomos para Cianorte-PR no ano de 1995. Desde a segunda infância, minha adolescência e até os dias de hoje, vivo nesta cidade que me acolheu e que aprendi a amar de todo coração.

Toda minha escolarização básica foi efetivada na escola pública. No ano de 2005, terminei o Ensino Médio e, como sempre havia me identificado com a disciplina de História, prestei o vestibular para a faculdade de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde fui aprovada. Iniciei minha jornada acadêmica com muitas dificuldades, a principal delas era a distância. Quatro anos viajando diariamente aproximadamente oitenta quilômetros, distância entre as cidades de Cianorte e Maringá. Entre os inconvenientes de se estudar em uma cidade distante e tendo que trabalhar o dia todo estavam a impossibilidade de participar de laboratórios e projetos que eram oferecidos no período diurno.

Durante dois dos quatro anos em que cursei a faculdade de História, fui estagiária no município de Cianorte e tive a oportunidade de atuar em duas escolas municipais como auxiliar de turmas de Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Básico. Aproximei-me de pedagogos e comecei a apreciar o trabalho com esta etapa da educação. Com um pouco de esforço, concluí minha graduação em História no ano de 2008, como não consegui atuar na área, trabalhei como secretária por alguns anos, até que, em 2010, iniciei os estudos em Pedagogia no campus da Universidade Estadual de Maringá em Cianorte.

No ano de 2012, enquanto cursava o segundo ano de Pedagogia, os primeiros passos foram dados em direção à pesquisa. Desejando começar de algum lugar, mas ainda não sabendo por onde, pedi um conselho a um querido professor, José Aparecido Celorio, e ele, sabendo do meu interesse e da anterior formação em História, sugeriu-me que conversasse com uma professora do campus sede que tinha como um dos focos em sua linha de pesquisa investigar a escolarização primária no Paraná.

A lembrança daquele dia se mantém muito viva em minha memória, eu só sabia o nome dela, Analete, o número do bloco e o número de sua sala. Mesmo assim fui, disto posso me gabar: nunca tive medo de ir e “alçar voo em direção ao desconhecido”, assim como ela mesma disse certa vez, durante uma das aulas. Claro que, como todo mundo, tenho medo de, se acontecer algum imprevisto, não conseguir alcançar meus objetivos, mas esta incerteza nunca me impediu de arriscar.

Eu realmente não podia, nem sequer de longe, imaginar que uma pessoa tão especial começaria a fazer parte da minha vida. Iniciamos, a partir daquele momento, uma caminhada juntas, eu sempre cheia de dúvidas e ela sempre sendo um porto seguro com sua serenidade e conhecimento.

Nos anos de 2012 e 2013, desenvolvi, sob sua orientação, o Projeto de Iniciação Científica intitulado *História e Memória: fontes documentais da escolarização primária no município de Cianorte-PR*, subsidiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), por meio do qual pude entrar em contato com os documentos existentes nas instituições de ensino cianortenses. Naquele momento, tomei conhecimento da existência de um vasto acervo nas secretarias das escolas e na Secretaria de Educação do município, que abarcava desde o ensino primário rural, os grupos escolares, o ensino ginásial e colegial, chegando até o ensino normal.

No decorrer dos anos de 2013 e 2014, dei continuidade aos estudos, propondo no trabalho de conclusão de curso, o artigo intitulado *História e Memória da Casa Escolar Cianorte (1955-1952)*, em que procurei reconstruir a história e a memória da Casa Escolar Cianorte, com o objetivo de delinear o processo de formação dessa instituição, interligando-o com a implantação do ensino primário na cidade de Cianorte, Paraná. Utilizei-me da documentação anteriormente localizada por meio do projeto de iniciação científica, já descrito, e analisei-os tendo como subsídio a

bibliografia existente sobre o tema. Nesse período, eu desenvolvia, paralelamente, atividades no programa institucional de bolsa de iniciação à docência, o PIBID.

Ao ter em vista o término do curso de graduação em Pedagogia em 2013 acreditava na necessidade de realizar uma pesquisa *stricto-senso*, visto que ainda havia muitos documentos a serem analisados e, decorrente disso, uma vasta possibilidade de se realizar estudos sobre a escolarização no município de Cianorte-PR. Para tanto, inscrevi-me, ainda em 2014, na seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, no qual tive a grata satisfação de ser aprovada na linha de História e Historiografia da Educação, sob a orientação da professora Analete Regina Schelbauer. Como aluna regular, participei do seminário de pesquisa e das disciplinas “História da Educação no Brasil”, “Escola Pública e Pensamento Educacional na Contemporaneidade”, “Fundamentos da Pesquisa em História da Educação” e “Tópicos Especiais em Educação: Políticas e Gestão da Educação no Campo no Brasil”, que me possibilitaram conhecer um pouco mais a respeito do processo de institucionalização das instituições de ensino rurais e seu vínculo com o movimento de ampliação das escolas de formação de professores voltadas ao ensino rural.

Com base nos novos conhecimentos que adquiri e em consonância com os estudos realizados anteriormente, visualizei uma possibilidade de estudar a história da Escola Normal Regional do município de Cianorte-PR, instituição de Ensino Normal Regional que recebeu a denominação de “Silva Jardim” e atuou no município durante o período de 1957 até sua extinção em 1964, quando o ensino normal de nível colegial veio a substituí-lo.

1.3 A revisão bibliográfica e o referencial teórico-metodológico

Após discorrer sobre aspectos relacionados à trajetória pessoal, vamos estabelecer nexos a respeito da revisão bibliográfica e do referencial teórico-metodológico que subsidiaram nossa investigação sobre a Escola Normal Regional Silva Jardim.

Tendo em vista, como aponta Alves-Mazzotii (2012), que a revisão crítica de teorias e pesquisas no processo de construção de novos conhecimentos não é apenas uma exigência formal, mas constitui-se em um aspecto fundamental à construção do

objeto de pesquisa, intencionamos interligar os caminhos percorridos para a construção do nosso problema de pesquisa com a área de estudo a que ele pertence. Para tanto, procuramos demonstrar que “a produção do conhecimento não é um empreendimento isolado”, mas um processo contínuo de buscas em que cada nova proposta se insere, “[...] completando ou contestando contribuições anteriores dadas ao estudo do tema” (ALVES-MAZZOTTI, p.43, 2012).

Um dos primeiros contatos com o referencial bibliográfico relativo ao tema, como já mencionado anteriormente, deu-se durante os estudos realizados nas disciplinas oferecidas durante o curso em 2014. Tais estudos permitiram verificar que, no Brasil, diversos pesquisadores da educação têm direcionado seus trabalhos para o conhecimento dos processos de institucionalização das instituições de ensino.

Há muitas obras que abordam a formação de professores destinados a atuar no ensino primário, assim como estudos que evidenciam os processos de constituição das escolas primárias. Obras como *As Escolas Normais no Brasil do Império à República*, tendo como autores Araújo, Freitas e Lopes (2008); *Grupos Escolares Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*, de autoria de Vidal (2006); *Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil*, de Souza, Silva e Sá (2013); *Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)*, de Miguel e Araújo (2011) e *Escola Primária na Primeira República (1889-1930), subsídios para uma história comparada*, organizada por Araújo, Souza e Nunes Pinto (2012), por nós estudadas, consistem em organizações dos resultados das pesquisas desenvolvidas por estes historiadores e nos ajudaram a situar o objeto de estudo em relação à produção historiográfica que aborda as instituições de ensino no Brasil.

Diante do exposto, optamos por aprofundar ainda mais os conhecimentos relativos à institucionalização das escolas normais no Brasil, pesquisamos nos bancos de teses e dissertações das universidades paranaenses, assim como consultamos algumas revistas que contemplam o tema proposto. São elas: Histedbr-online, Revista Brasileira de História da Educação, Revista Brasileira de Educação e Revista da Educação. Recorremos ainda ao currículo Lattes de pesquisadores que abordam o tema, dentre eles, Flávia Werle, Maria Elisabeth Blanck Miguel e Maria Isabel Moura Nascimento, nos quais encontramos fios condutores que nos levaram a estudos sobre as escolas normais no Brasil. Como principais autores, podemos citar: Gemi (2012), Hegeto (2007), Tesseroli (2008), Santos (2006), Chornobai (2002), Zen (2004),

Martinson (2009), Costa (2013), Schneider (2008), Almeida (2001), entre outros que estudaram as escolas normais em seus respectivos estados.

No entanto, encontramos o maior número de títulos que contemplam o estudo das Escolas Normais na base Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Quando procuramos especificamente pelo tema “Escola Normal”, deparamo-nos com uma produção considerável de trabalhos que abordam diretamente estas instituições ou temas ligados a elas. Foram identificadas um total de 89 pesquisas, vinculadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu* das universidades brasileiras. Por meio destes títulos, foi possível observar que a produção científica em torno das Escolas Normais vem se intensificando nos últimos anos, visto que, do total de títulos encontrados, 80 deles foram produzidos a partir de 2005.

Os últimos anos também têm sido profícuos à publicação de artigos, em revistas e anais de eventos, a respeito da escola normal no Brasil. Uma breve pesquisa, voltada ao ensino normal no Paraná, nos principais periódicos e anais dos eventos de visibilidade nacional, identificou as publicações de Miguel (2012, 2011, 1998), Sbardelotto e Dalarosa (2011), Hervatini e Schelbauer (2012), Castanha e Facchi (2012), Nascimento e Prieto (2009), Werle (2007), Schaffrat e Miguel (2011), Nascimento (2000), dentre outros. Salientamos a impossibilidade de pesquisar em todas as revistas e anais de eventos que abrangem a área da educação, no entanto as referências identificadas demonstram um grande interesse de alguns pesquisadores em identificar o início, propagação e consolidação das escolas normais tanto de nível Ginásial como Colegial. Com base no cenário descrito, identificamos que existe um movimento em prol de estudar as instituições voltadas ao ensino de professores nos respectivos estados, que proporciona ao tema maior visibilidade à medida que os estudos são comunicados em publicações de circulação nacional.

Para além de nossas fronteiras, estudos voltados ao ensino rural e à formação de professores rurais têm procurado responder como as políticas públicas têm orientado o ensino das populações rurais que se disseminaram nos países latino-americanos. Obras como *Educação Rural em Perspectiva Internacional*, organizada por Flávia Werle, e *Sujetos, Comunidades Rurales y Culturas Escolares en América Latina*, organizada por Lícia Lionetti, Flávia Werle e Alicia Civera estimulam o debate internacional a respeito do tema.

Este processo foi por nós visualizado durante as discussões realizadas no VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado em Maringá- PR, no ano de 2015, nas discussões da mesa redonda *Novos (e velhos) trabalhos em História da Educação*, coordenada pela professora Analete Regina Schelbauer, com a participação de Elizabeth Miranda de Lima e Alícia Civera. Suas falas deixaram clara a necessidade de se ampliar os estudos sobre a implantação de redes de escolas rurais e de formação de professores para nelas atuarem no Brasil, devido à sua imensa dimensão territorial, além da importância de sua interlocução com pesquisadores do tema em outros países, visto que, como afirmou Civera durante a palestra, os estudos sobre educação rural, na Iberoamérica, têm permitido a visualização dos efeitos opostos de um mesmo modelo educativo (o ruralismo pedagógico) em diversos países.

Como nossa investigação aborda um “tipo” específico de escola normal, a denominada no estado do Paraná como “regional”, por seu caráter ginásial, voltado à formação dos professores leigos atuantes, em especial no ensino rural, que proliferou após a criação da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, procedemos a busca de uma bibliografia específica, voltada a esta modalidade de instituição escolar.

No que tange à bibliografia referente às escolas normais regionais paranaenses, temos a tese de Miguel (1992), cuja investigação acerca do início, consolidação e expansão da pedagogia da Escola Nova no Paraná delineou o contexto da institucionalização das Escolas Normais Regionais. Por outro lado, as dissertações de Vaz (2005), que investigou a Escola Normal Primária de Ponta Grossa; Sbardelloto (2009), que tomou como objeto de pesquisa os cursos públicos de formação de professores primários no núcleo urbano de Foz do Iguaçu; Hervatini (2011), que se propôs a reconstruir as práticas pedagógicas das Escolas Normais Regionais de Apucarana e Maringá; Facchi (2013), que estudou a formação dos educadores no município de Cascavel entre 1951 e 1971 com foco na Escola Normal Regional Carola Moreira; Limiechek (2014), que pesquisou a Escola Normal Regional Floriano Peixoto de Laranjeiras do Sul; e, Monteiro (2015), que voltou seus estudos para a investigação das contribuições de Erasmo Pilotto para a expansão do ensino primário no Paraná, dão ênfase à formação de professores entre 1940 e 1970.

Após entrarmos em contato com os conhecimentos científicos já produzidos acerca das Escolas Normais Regionais, constatamos que, mesmo com uma razoável produção, o estudo das instituições voltadas para a formação de professores carece

de investigações que especifiquem as maneiras peculiares de institucionalização das escolas rurais e escolas de formação de professores rurais em cada um dos estados do Brasil e, mais ainda, em cada uma das sub-regiões desses estados, por se tratar de imenso território, com especificidades políticas, climáticas, culturais e sociais, as quais não permitem generalizações. Por meio desta observação, concluímos que a realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como se configurou o processo de formação dos professores no município de Cianorte-PR.

Além disso, as Escolas Normais Regionais precisam de estudos que identifiquem sua cultura escolar e sua relação com o processo de expansão da escolarização. Consideramos, ainda, que a realização desta pesquisa é relevante tanto pela necessidade de aprimorar os processos de investigação científica e sua utilização quanto para contribuir com a reconstrução da história e da memória da formação de professores no Município de Cianorte-PR.

O próximo passo em direção ao conhecimento de nosso objeto foi em relação à catalogação e leitura dos documentos. Elencamos informações afins contidas em cada um deles para, então, definirmos o que este conjunto documental traria como contribuição mais relevante para o desenvolvimento de nossa pesquisa voltada para o campo da História da Educação. Emergiram os seguintes questionamentos: em que medida o ensino normal promovido pela Escola Normal Regional Silva Jardim foi relevante na formação dos professores durante os primeiros anos de colonização e expansão do município de Cianorte? Quais práticas pedagógicas inerentes à cultura escolar foram desenvolvidas por esta instituição entre os anos de 1957 e 1964? Como a escola se exteriorizava no tecido social?

Diante destes questionamentos, estabelecemos como objetivo geral investigar a história da Escola Normal Regional Silva Jardim com base na cultura escolar por ela desenvolvida entre os anos de 1957 e 1964, período em que a instituição manteve turmas no município. Decorrente de tal intuito, colocaram-se como objetivos inerentes: investigar, sistematizar e inventariar os acervos documentais preservados na secretaria da instituição guardiã, o Colégio Estadual Cianorte, assim como analisar as características específicas da Escola Normal Regional Silva Jardim e as suas práticas pedagógicas.

Mediante os objetivos propostos e o conteúdo das fontes, optamos por desenvolver uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, visto que esta

abordagem permite ao pesquisador explorar diversas perspectivas, que seriam inviáveis caso a pesquisa fosse realizada com o olhar direcionado somente às fontes. Sendo assim, a bibliografia vem em auxílio da compreensão da gama de fenômenos identificados no decorrer da pesquisa, e permite o aprofundamento teórico que norteia a escrita do trabalho (GIL, 2002).

Frente à variedade de fontes encontradas e sua riqueza de detalhes, conduzimos as investigações com base no referencial teórico da Nova História Cultural, que, segundo Burke (2008), já praticada há quase duzentos anos e ‘redescoberta’ nos anos 1970, configura-se como uma área que não abarca uma definição específica, “[...] traduz-se em uma tradição da cultura em perpétua transformação, constantemente adaptada às novas circunstâncias”, dialogando com várias ciências, como antropologia, sociologia, geografia, dentre outras (BURKE, 2008, p. 10).

O autor acrescenta que a Nova História Cultural é uma resposta à expansão do domínio da cultura e à ascensão do que ficou conhecido como “teoria cultural”. Esta encontrou arcabouço teórico em autores como Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michael Foucault e Pierre Bourdieu que, juntos, “[...] levaram os historiadores culturais a se preocuparem com as representações e as práticas, os dois aspectos característicos da Nova História Cultural segundo um de seus líderes, Roger Chartier” (BURKE, 2008, p. 78).

Nesta perspectiva, a ênfase nas “práticas” constitui-se em um dos paradigmas da Nova História Cultural, uma vez que muda a perspectiva, tem-se, por exemplo, a história das práticas religiosas e não da Teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica e assim por diante. As “representações”, por sua vez, traduzem a tentativa dos historiadores em captar as percepções do real, daquilo que é imaginado, abrindo caminho para a história das representações do trabalho, que incluem as mulheres, história da representação do “outro”, por exemplo, dos judeus pelos gentios, dos brancos pelos negros, das mulheres como deusas, prostitutas, mães ou feiticeiras (BURKE, 2008).

Ainda sobre o conceito de representação de Roger Chartier, Carvalho (2005, p. 149) afirma que

As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de

percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações, tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais.

Seguindo estas prerrogativas, objetivamos compreender as diferenciadas maneiras de produção e apropriação que ocorreram no interior da escola, quais implicaram na necessidade de se sistematizar as práticas e saberes dos sujeitos responsáveis por essa produção. Considerando que a apreensão do cotidiano escolar, por meio da apropriação de seus atores, equivale à produção de uma história das práticas e saberes escolares e, portanto, a composição da cultura escolar de uma instituição, pautamo-nos na definição de Julia (2001), que a define nos seguintes termos:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, é um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional de agentes que são chamados a obedecer a essas ordens [...] (p. 10-11, grifo do autor).

Desta forma, entendemos que a cultura escolar de uma instituição de ensino envolve todas as interações que ocorreram em seu interior e, assim, propomo-nos a identificá-las e problematizá-las no decorrer dos capítulos. Assim, a especificidade das disciplinas escolares, que contemplamos no quarto capítulo, amparam-se nas preocupações de Chervel (1990), que afirma:

Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vêm por sua vez penetrar,

moldar, modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p.184).

Deste modo, o título da dissertação indica este esforço em se apropriar da instituição, que foi instituída e também instituinte, por ser composta por sujeitos históricos, a escola é mutante, pode ser modificada e é dinâmica. Sua dinâmica, que estabelece diálogo entre as prescrições, suas apropriações entre os sujeitos que ali estão, bem como o que é e como isto é traduzido para o contexto escolar, é a marca principal deste texto dissertativo que enfoca a cultura escolar.

Temos consciência de que existem outras possibilidades de se abordar este tema. Miguel (2013), ao debater sobre o estudo do tema *História, memória e instituições escolares*, esclarece que há duas possibilidades distintas em se abordar as correlações entre os termos. Em um dos casos, privilegia-se “o processo histórico da institucionalização escolar”, que resulta “[...] não no enfoque escolar de uma instituição, mas sim na compreensão da instituição escolar no processo de sua construção” enquanto que, no segundo caso, “[...] aborda-se a instituição escolar enquanto unidade específica”, o que ocasiona a compreensão “[...] do significado desse tipo de escola para a população e o Estado que o provê, a partir de elementos ou indicadores que possibilitem a reconstrução da história daquela escola” (MIGUEL, 2013, p. 114-115).

Assim, tendo em vista a especificidade da instituição educativa do estudo em questão, optamos novamente pelo segundo caso, ou em outras palavras, escolhemos fundamentar esta pesquisa na abordagem que privilegia as particularidades, os componentes específicos, tais como a maneira de organização e funcionamento da instituição, os alunos, o corpo docente e demais elementos que, por ventura, possam vir a constituir a escola como instituição específica no tempo e no espaço. Desta forma, consideramos, assim como Miguel (2013, p. 115), “[...] que o resgate do sujeito na história, privilegiado pela Nova História, traz um elemento importante para os debates que vêm sendo realizados na área”.

Ao voltar nosso olhar para os elementos internos da escola, suas formas específicas de organização e funcionamento, tecemos considerações analíticas que consistem em uma das várias formas de representação da história das instituições escolares voltadas para o ensino de professores primários. De acordo com Chartier (1990), ao pensar os diferentes momentos em que uma determinada realidade social

é construída, pressupõe descortinar as interações e apreensões dos indivíduos. É o olhar para os esquemas intelectuais que permite decifrar o espaço delimitado e estabelecer sentidos para uma determinada figura. Acrescenta o autor:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17)

Considerar a posição dos sujeitos produtores e receptores dos discursos tornou-se fundamental para esclarecer as características da institucionalização da Escola Normal Regional no município de Cianorte-PR. Por isto, não desconsideramos que os documentos foram produzidos por sujeitos sociais e culturais específicos e que os olhares sobre essas fontes requereram uma atenção especial.

Para a efetivação desta empreitada, consideramos valiosas as orientações dadas por Nunes e Carvalho (2005, p. 34-35):

Ao historiador compete, além de se informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas, fazer a leitura crítica dos seus documentos. Não se trata para ele, assim o entendemos, de falar de tudo, determinar e articular tudo, mas sofisticar sua análise o suficiente, com o intuito de ao menos perceber de que modo alguns aspectos, dos quais não trata diretamente (seja pelo silêncio das fontes, seja pelas suas opções), atuam sobre aqueles nos quais se fixa.

Em relação às fontes iconográficas, foram utilizadas como objeto de pesquisa e não apenas com caráter ilustrativo. Temos como pressuposto que as fotografias possibilitam leituras diferenciadas, porque “[...] a imagem fotográfica ultrapassa na mente do receptor, o fato que representa [...]” (KOSSOY, 1999, p. 46), constituindo-se em identidade própria. Neste sentido, foi levantado o maior número de fotografias possíveis, com a finalidade de utilizá-las como fontes históricas para auxiliarem no entendimento das questões abordadas por este estudo, atentando que “toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho.” (KOSSOY, 2001, p. 50). Consideramos ainda que a utilização das fotografias é de suma importância para auxiliar no entendimento dos demais documentos que serão investigados.

Diante do vasto número de fontes, tanto iconográficas quanto documentais, que faz parte do acervo da “instituição de memória”², o Colégio Estadual Cianorte, decidimos, no segundo capítulo, realizar um inventário das fontes documentais da Escola Normal Regional Silva Jardim –, visto que, apesar de estarem judiciosamente preservadas e relativamente organizadas em gavetas do arquivo “morto” da escola, não possuíam uma sistematização específica. Com a preocupação em tornar tais fontes instrumentos mais acessíveis à pesquisa, orientamo-nos pela observação feita por Saviani (2013, p. 15):

Cada um desses tipos de instituições de memória mantém os respectivos acervos organizados segundo arranjos apropriados com a descrição de seu conteúdo e a elaboração de instrumentos úteis a estudos e pesquisas, como índices, guias, repertórios, **inventários**” (2013, p. 15, grifo nosso).

Deste modo, a construção do inventário tornou-se uma necessidade deste objeto de investigação, uma vez que o respectivo acervo não apresentava nenhuma sistematização. O volume documental exigiu a elaboração de instrumentos que propiciassem sua guarda e conservação, até porque o fato de haver tantos documentos demonstra que este curso tenha tido o apreço da comunidade cianortense, por isto, produzir o inventário de fontes significa manter e reafirmar o valor dado à história da formação de docentes primários tanto para esta instituição quanto para o município de Cianorte e para este trabalho.

E, ainda, pautamo-nos nos estudos de Lopez (2002), Moraes e Alves (2002), Menezes (2011), Gatti Júnior e Pessanha (2010), Lima (2015), que evidenciam a importância de se conservar os documentos e viabilizar a ampliação do conhecimento ante a possibilidade do acesso às informações. Construimos o inventário de fontes da ENRSJ, visando ampliar a atuação dos pesquisadores da educação que, por vezes, é comprometida pela falta de acervos que ofereçam perspectivas diferenciadas a respeito das instituições educacionais. Ainda, neste capítulo, procuramos situar a instituição escolar estudada no contexto da formação do município de Cianorte e no processo de expansão das escolas normais regionais no Paraná. Valemo-nos de um

²Saviani (2013, p. 14) assim as enumera: “são, pois, instituições de memória os Arquivos públicos e particulares, Museus, Centros de Memória e Órgãos de Preservação do Patrimônio Cultural, Arquitetônico e Artístico de modo geral”.

olhar panorâmico, traçando os caminhos que levaram à criação da escola de formação de professores de nível ginasial neste município.

Neste sentido, autores como Martins (2012), Steca e Flores (2002), Wachowicz (2001), Kohlhepp (2014), Luz (1999) e Tomazi (1999), além do livro memorialístico de Cioffi (1995) e da obra comemorativa Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), de 1975, nos auxiliaram na compreensão do processo de ocupação das terras onde hoje se situa o município de Cianorte. Com relação aos processos que levaram à criação da Escola Normal Regional Silva Jardim, Miguel (2007), Souza (2014), Lima (2015), a Legislação Educacional e as Mensagens de Governo, dirigidas à Assembleia Constituinte do estado do Paraná contribuíram para a compreensão dos aspectos que possibilitaram às instituições formadoras de professores de nível ginasial se propagarem pelo estado.

No decorrer da escrita, amparamo-nos ainda nos conhecimentos de Souza (2013), Souza (2000), Valdemarim (2004), Choppin (2004), Oliveira e Arce (2012), Carvalho e Toledo (2006), Antunes (2008), Fonseca (1972), Nobre (2007), Vidal e Schwartz (2010), Alves C. (2010), Bencostta (2006, 2010), Frankfurt (2006), Tanuri (2000), Campos (2002), dentre outros, cujos conhecimentos nos auxiliaram na leitura dos documentos, possibilitando-nos dar o passo seguinte.

Assim, no terceiro capítulo, esforçamo-nos para apreender as diferentes maneiras de produção e percepção da cultura escolar produzida pela Escola Normal Regional Silva Jardim. Para isto, rastreamos, nas fontes que tínhamos em mãos, tanto documentais quanto iconográficos, indícios que possibilitassem visualizar qual a materialidade da escola, quais objetos ofereceram suporte ao funcionamento da instituição, como os sujeitos interagiram ao participar de eventos efêmeros que compreendiam desfiles, festejos, comemorações e demais cerimônias que perpassavam o cotidiano escolar e, por fim, intencionamos evidenciar informações acerca do corpo docente e discente que atuou na Escola Normal Regional Silva Jardim.

No quarto capítulo realizamos uma reflexão sobre o conteúdo das disciplinas ensinadas na Escola Normal Regional Silva Jardim. Para tanto, utilizamos a descrição dos conteúdos programáticos das disciplinas anotados nos Livros de registros, resguardados no acervo documental, e problematizamos as informações encontradas no sentido de identificar como eram prescritos os conteúdos das disciplinas pela

normatização oficial expressas nas Leis e Decretos que estabeleciam objetivos norteadores a serem seguidos pelas Escolas Normais Regionais.

Ao concluir o trabalho, tecemos algumas considerações a respeito dos principais aspectos que contribuíram para a implantação do Curso Normal Regional em Cianorte e dos principais questionamentos suscitados no decorrer da pesquisa. Salientamos que temos ciência de que os estudos realizados não cessam as possibilidades investigativas acerca da formação de professores primários deste município, nem se esgotam as possibilidades de leitura dos documentos inerentes à Escola Normal Regional Silva Jardim, outros pesquisadores podem problematizar e questionar o tema do presente estudo.

2. ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM: INVENTÁRIO DE FONTES DOCUMENTAIS E PRIMEIRAS INICIATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS EM CIANORTE-PR

As informações contidas nesta seção são resultado do processo de catalogação das fontes documentais pertencentes à Escola Normal Regional Silva Jardim, encontradas no arquivo do atual Colégio Estadual Cianorte, da cidade de Cianorte-PR, assim como da tentativa de compreender os processos históricos que envolveram a fundação do município e as iniciativas de criação da primeira escola de formação de professores primários.

2.1 Inventário de Fontes Documentais

Nossa preocupação com a conservação das fontes documentais inerentes à educação do município de Cianorte-PR remonta ao ano de 2012, quando, por meio da pesquisa que catalogou os documentos existentes, em esforço mútuo entre esta pesquisadora e a professora Analete Regina Schelbauer, conseguimos identificar um grande número de fontes documentais resguardadas nas instituições do município. Assim, sabíamos previamente, antes mesmo de ingressar no Programa de Pós-Graduação, da existência de um rico acervo documental pertencente à extinta Escola Normal Regional Silva Jardim.

É sabido que, no Brasil, não existe uma política de guarda e descarte de documentos e fontes, tampouco existe uma preocupação em seguir qualquer regra de organização dos arquivos. Segundo Werle (2004, p. 30-31), “uma grande dificuldade que o pesquisador dedicado à história das instituições educativas encontra é que a própria escola destrói, não sabe o que fazer com seus documentos”. Tal constatação delata e corrobora “[...] a necessidade de formulação e implementação de uma política de fontes” (SAVIANI, 2004, p. 11).

Seguindo esta indicação, encontramos várias iniciativas de pesquisadores da educação que têm implementado ações em prol da salvaguarda dos acervos documentais de instituições escolares. Moraes e Alves (2002), ao identificarem a precária situação dos acervos das escolas técnicas do estado de São Paulo, reuniram esforços para a realização de um projeto cujo objetivo principal visou implantar

“Centros de Memórias” nas escolas participantes, promovendo a organização dos acervos em bancos de dados próprios. Gatti-Júnior e Pessanha (2010), ao divulgarem os resultados do projeto³ desenvolvido com finalidade de identificar a cultura escolar em várias cidades brasileiras, evidenciam a necessidade de catalogação e classificação das séries documentais das escolas, faculdades, bibliotecas, dentre outros, que constituem os espaços escolares. Menezes (2011) moveu esforços no sentido de preservar a massa documental da antiga Escola Normal de Campinas, viabilizando a construção de um inventário de fontes, a elaboração do histórico da instituição, além da produção de um *CD-Rom* e de sua posterior publicação em forma impressa, cujo lançamento foi realizado durante o IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americano – *CIHELA*. Lima (2015), ao reconstruir a história das escolas rurais primárias no município de Cianorte-PR, verificou uma grande quantidade de documentos dispersos, cuja sistematização, em forma de inventário, possibilitou resguardar tais fontes.

Iniciativas como estas, apesar de se apresentarem ainda incipientes e isoladas, demonstram o contínuo crescimento da preocupação em se preservar os acervos educacionais. Com base nessas diligências e por acreditarmos na importância de se preservar os arquivos das instituições escolares, optamos por desenvolver um *Inventário das fontes* ao nos depararmos com um substancial número de documentos da ENRSJ. Para tanto, seguimos as normas ISAD (G)⁴, que padronizam a descrição arquivística. Esta norma propõe que cinco grandes eixos sejam seguidos no trato do arquivo inventariado, a saber: identificação, contexto, conteúdo e estrutura, acesso e utilização, além de documentação associada (LOPEZ, 2002). Observando tais prerrogativas, apresentamos, primeiramente em forma de Guia, uma descrição sumária do conjunto documental e, em seguida, delineamos o conteúdo de cada série documental.

Como já mencionado anteriormente, os documentos existentes a respeito da Escola Normal Regional Silva Jardim encontram-se na secretaria do atual Colégio

³ O projeto divulgado por Gatti-Júnior e Pessanha (2010) trata-se de um trabalho apresentado ao Cnpq intitulado *Tempo de cidade, lugar de escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares exemplares, constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras (1880-1970)*, coordenado pela Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha (UFMS), que contou com a participação de pesquisadores de vários estados brasileiros.

⁴ Segundo Lopez (2002), a norma ISAD (G) propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, do geral ao particular, descrevendo cada item do arquivo, obedecendo uma relação hierárquica, do mais amplo até o mais específico. Neste sentido, optamos por, primeiramente, elaborar um guia e, posteriormente, o inventário de fontes.

Estadual Cianorte. Tais documentos consistem em uma série de Livros Atas que permitem observar dados relacionados a muitos eventos realizados durante os anos de funcionamento da instituição, dentre os quais, as datas comemorativas festejadas, as reuniões realizadas pelo corpo docente, a estrutura material que a escola possuía, assim como as disciplinas ofertadas e os conteúdos trabalhados. Foram objeto deste estudo os documentos:

Quadro 1- Guia de documentos da Escola Normal Regional Silva Jardim

Documentos	Conteúdo	N. de atas ou páginas	Ano/ Período
Livro Ata do Histórico do Curso Normal Regional Silva Jardim	Atas que registram os eventos comemorados pela instituição	44 atas (15 páginas)	1957 a 1965
Livro Ata das reuniões mensais	Atas que registram as reuniões realizadas entre o corpo docente da instituição	34 atas	1957 a 1962
Livro Ata das comemorações	Atas das festas e comemorações realizadas pela Escola	40 atas	1958 a 1964
Livro Ata da seção solene da entrega de diplomas	Atas das sessões solenes de entrega de diplomas realizadas pela instituição	5 atas	1960 a 1964
Livro Ata de assentamentos	Descreve as portarias, ofícios e decretos que a instituição recebeu do Estado	30 registros	1957 a 1964
Livro Ata de avisos ao corpo docente	Registra os avisos destinados ao corpo docente durante os anos de funcionamento da instituição	25 avisos	1959 a 1963
Livro Ata do Inventário de materiais	Registra os materiais que a instituição possuía	39 páginas	1958 a 1965
Livro Ata de protocolos	Registra alguns ofícios, propostas didáticas e demais documentos recebidos pela Instituição (Não	8 páginas	1961 e 1962

	registra o conteúdo dos documentos)		
Livros de registro de diplomas	Registra os diplomas dos alunos da ENRSJ. O primeiro livro registra os diplomas dos anos de 1960, 1961 e 1962 e o segundo dos anos de 1963 e 1964	Primeiro livro contém 50 páginas e o segundo 17 páginas.	1960 a 1964
Livro Ata dos materiais pedidos e recebidos	Registra a listagem de materiais solicitados e recebidos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado.	8 páginas	1957 a 1961
Diários de aula das disciplinas ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim	Registra os alunos e suas respectivas turmas, os conteúdos trabalhados e algumas provas estão anexadas	15 diários (aproximadamente 1200 páginas)	1957 a 1964
Livro Ata dos registros de despesas	Contém o registro de algumas compras realizadas pela instituição (estão anexadas algumas notas fiscais)	14 páginas	1957 a 1963
Fichas individuais dos alunos	Contém folha de rosto, atestado de matrícula, requerimento de matrícula, certificado de exame de admissão, requerimento de inscrição em exame de admissão, ficha sanitária, ficha de frequência, certidão de nascimento e ficha individual do ano letivo	Número indeterminado	1957-1961

Fonte: Listagem dos Documentos da Secretaria do Colégio Estadual Cianorte organizada pela Pesquisadora.

Como é passível de se observar, apesar dos poucos anos de funcionamento da instituição, a documentação remanescente é muito rica em detalhes, permitindo-

nos traçar um panorama detalhado acerca da cultura escolar que floresceu na instituição durante sua breve existência.

A seguir, estão descritos os documentos encontrados no arquivo do Colégio Estadual Cianorte, que se referem à Escola Normal Regional Silva Jardim entre os anos de 1957 a 1964, instituição que manteve turmas no prédio do que veio a constituir-se o atual Colégio.

a) Livro Ata do Histórico do Curso Normal Regional Silva Jardim

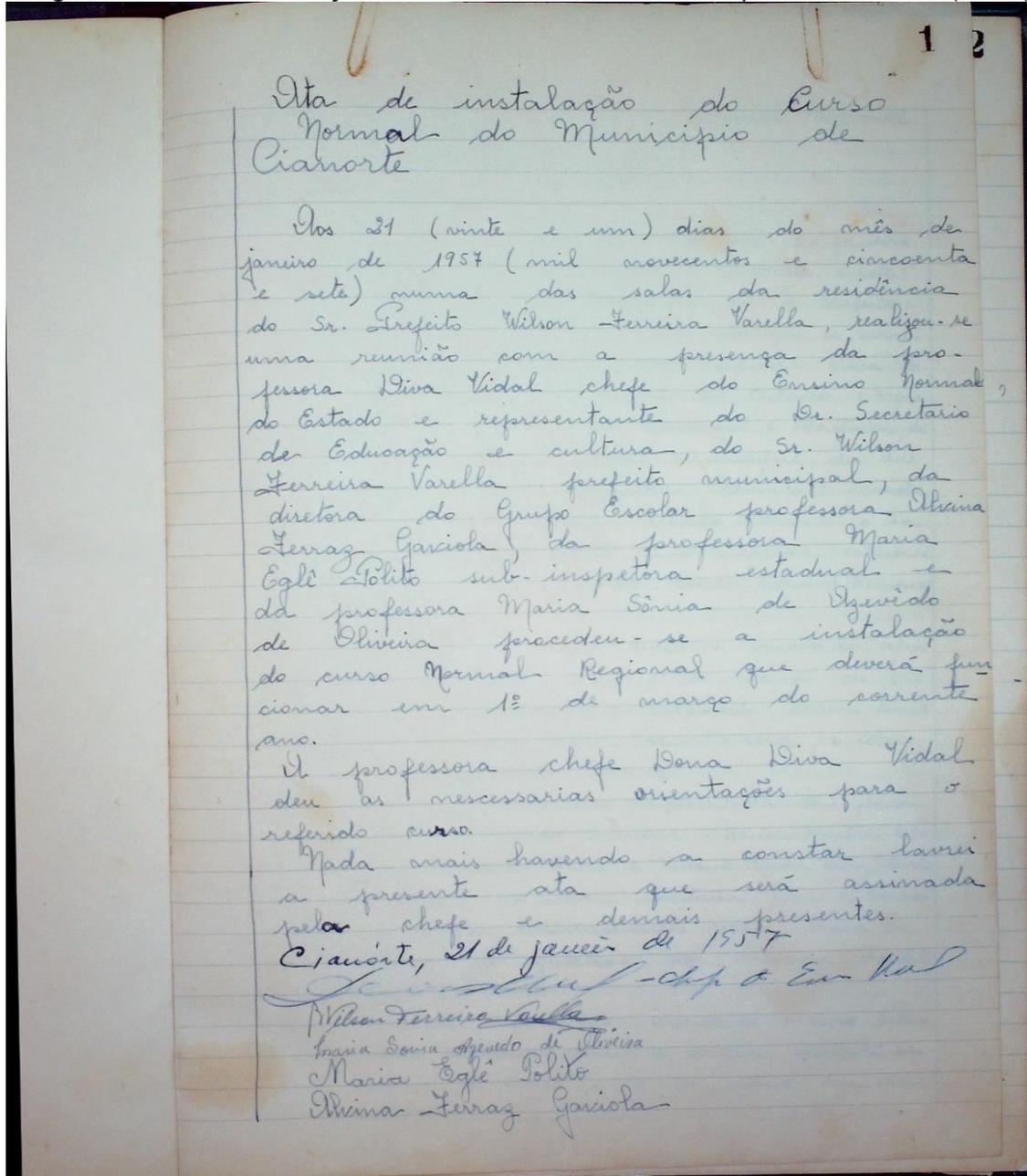
O livro ata denominado “Histórico do Curso Normal Regional Silva Jardim”, aberto em 28 de março de 1957 pela então diretora da instituição Maria Sônia Azevedo Oliveira, contém 44 atas, com descrição de eventos ligados à história cotidiana da Escola. São atas que registram desde a instalação do curso normal às comemorações e eventos festivos realizados pela instituição – como o dia das mães e o dia da árvore; e inclusive alguns eventos do cotidiano –, além do falecimento de uma aluna e a mudança de secretária. Nota-se que o número de relatos diminui consideravelmente e cada vez mais sucintos à medida que os anos passam. Por exemplo, no ano de 1964, ano anterior ao fechamento da instituição, são descritos apenas três eventos: a aula inaugural, a participação da escola no desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade, realizado em 26 de julho, e uma excursão realizada no mês de setembro, enquanto que, nos anos anteriores, muitos outros eventos tiveram destaque e foram mencionados.

O livro contém, ao todo, 15 páginas que descrevem o cotidiano da escola por meio de atas lavradas pelas secretárias da instituição. Em um primeiro momento, entre 1957 a 1961, foi secretariado por Neusa Martini Sella e, nos anos posteriores, de 1962 a 1965, por Alanir Turbay Braga.

O estado de conservação do documento pode ser considerado regular, uma vez que se encontra com algumas marcas de desgaste pela ação do tempo, mas que não comprometem seu manuseio e leitura. Percebe-se que a escrita mantém o padrão descritivo e os relatos seguem as normas da lavratura de uma ata. Como é possível observar na imagem a seguir, o texto descritivo inicia-se com o anúncio da data, o local e o nome dos presentes na referida reunião; em seguida, alguns pormenores de sua constituição, como a escolha da primeira diretora, Maria Sônia Azevedo Oliveira, e dos primeiros professores, Maria Egle Polito Mafra, Maria Gomes Sismeiro Dias,

padre Luiz Mark e as próprias diretora e secretária que, além de ocuparem os referidos cargos, lecionavam na escola. Em seguida, menciona-se o número de alunos da primeira turma e algumas dificuldades enfrentadas pelo curso, tais como: o material precário e a insatisfação com a sala utilizada.

Imagem 1- Ata da instalação do Curso Normal no município de Cianorte (1957)



Fonte: Arquivo digital da pesquisadora (ESCOLA NORMAL..., 1957-1965)

b) Livro Ata das reuniões mensais

O livro ata que registra as reuniões mensais realizadas com os professores da Escola Normal Regional Silva Jardim foi aberto em 28 de março de 1957 pela então diretora Maria Sônia Azevedo Oliveira. Nele, estão registradas 34 atas de reuniões realizadas durante os anos de funcionamento da instituição, distribuídas em 26 páginas. As atas seguem um padrão e informam a data em que os encontros foram realizados, os participantes e os assuntos discutidos. Apesar de a instituição extinguir-se apenas em 1965, o livro registra integralmente as reuniões que ocorreram até o ano de 1961, apenas uma reunião realizada em abril de 1962, não registrando encontros nos anos de 1963 e 1964.

O estado de conservação do documento pode ser considerado regular, uma vez que se encontra com algumas marcas de desgaste pela ação do tempo, mas que não comprometem seu manuseio e leitura. Percebe-se que a escrita mantém o padrão descritivo e os relatos seguem as normas da lavratura de uma ata.

Nota-se que as reuniões eram realizadas apenas por alguns professores e os assuntos discutidos diziam respeito ao cotidiano da instituição, tais como as provas parciais ou finais a serem aplicadas, as festas e comemorações, as circulares e instruções recebidas da Secretaria de Ensino Normal, dentre outros. No quadro abaixo, resumimos os conteúdos das discussões realizadas:

Quadro 2 - Reuniões Mensais da Escola Normal Regional Silva Jardim

Reunião realizada em:	Assuntos tratados	Participantes
29/03/1957	- Adiantamento do corpo discente; - Data de entrega dos livros ponto; - Assiduidade dos professores; - Comemoração de 21 de abril.	- Luiz Mark; - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Neusa Martini;
29/04/1957	- Data de realização das próximas reuniões; - Leitura da instrução n. 14 A; - Adiantamento do corpo discente; - Festa do dia das mães.	- Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Neusa Martini.
25/05/1957	- Assuntos referentes às provas parciais (data, assunto, etc).	- Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Neusa Martini.
25/06/1957	- Discussão sobre a Portaria n. 15, enviada pela chefia de Ensino Normal;	- Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Neusa Martini.
26/08/1957	- Discussão sobre as circulares recebidas da Secretaria de Educação e Cultura; - Distribuição das tarefas referentes a festa promovida pela escola;	- Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Neusa Martini.

8/10/1957	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura da circular que versava sobre a reunião mensal do mês de outubro; - Assuntos referentes às provas que deveriam ser aplicadas; - Uniformes dos alunos; - Dificuldades encontradas nas classes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Neusa Martini.
25/10/1957	<ul style="list-style-type: none"> - Exames parciais, escritos e orais; - Programas das disciplinas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Neusa Martini.
22/11/1957	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos referentes aos exames parciais; - Festa de encerramento do ano letivo; - Renovação do convite às professoras suplementaristas para que continuassem lecionando no próximo ano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Neusa Martini.
25/03/1958	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão das circulares enviadas pela Secretaria de Educação e Cultura; - Discussão dos programas aplicados; - Aprendizado dos alunos; - Leitura do regulamento sobre os deveres dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Neusa Martini; - Misael de Oliveira.
25/04/1958	<ul style="list-style-type: none"> - Horários e programas a serem cumpridos; - Festa em comemoração ao dia do trabalho e das mães; - Nova organização da biblioteca. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Misael de Oliveira; - Neusa Martini.
26/05/1958	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura da ata da reunião anterior; - Desenvolvimento do programa e aproveitamento dos alunos; - Horários e uniformes dos alunos; - Pontos referentes às próximas provas parciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Misael de Oliveira; - Neusa Martini.
26/08/1958	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura das últimas instruções e circulares enviadas pela Secretaria de Educação e Cultura; - Andamento e adaptação dos programas; - Discussão do assunto pedagógico, cujo tema apresentado foi "profilaxia da cola"; 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Misael de Oliveira; - Neusa Martini.
25/09/1958	<ul style="list-style-type: none"> - Provas parciais de novembro; - Discussão do tema pedagógico "trabalhos manuais". 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Misael de Oliveira.
25/10/1958	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura das instruções e circulares enviadas pela Secretaria de Educação; - Assuntos referentes aos exames parciais; - Discussão do tema pedagógico "Ensino das Ciências Naturais no ensino primário". 	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Misael de Oliveira.
02/03/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de horários e programas; - Notas mensais; - Estabelecimento de datas para a entrega dos cadernos com as notas e aulas dadas; - Leitura da regulamentação do Ensino Normal; - Leitura da circular sobre assistência do serviço de ensino; - Colocou-se à disposição do corpo docente o acervo da biblioteca. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Alvina Gaviola; - Misael de Oliveira - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
25/03/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura das instruções enviadas pela Secretaria de Educação e Cultura; - Aprovação do novo horário de aulas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria de Lourdes Favilla; - Alvina Gaviola;

	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de tarefas para as professoras; - Apresentação de trabalho pedagógico pela professora Neusa Martini. 	<ul style="list-style-type: none"> - Misael de Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
14/05/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Baile a ser realizado pelo Grêmio Estudantil em benefício da escola; - Leitura de circulares e entrega de notas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria de Lourdes Favilla; - Alvina Gaviola; - Misael de Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
27/05/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão de notas e provas parciais; - Orientação para discutir assuntos diferentes da matéria a ser dada; - Dança a ser apresentada no baile do Grêmio; - Horário das provas parciais; - Apresentação do trabalho pedagógico pela professora Neusa Martini. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria de Lourdes Favilla; - Alvina Gaviola; - Misael de Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
25/06/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura das circulares; - Banca examinadora das provas parciais; - Problemas com alunos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria de Lourdes Favilla; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
26/08/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de circulares; - Discussão de assunto pedagógico; - Problemas com alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
25/09/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de circulares e revisão dos programas; - Apresentação de trabalho pedagógico pelo professor Misael de Oliveira; - Problemas com alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
26/10/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de instruções; - Planejamento da excursão; - Apresentação de assunto pedagógico pela professora Maria Egle Polito Mafra; - Horário das provas parciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
14/11/1959	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de circulares; - Problemas com alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
31/03/1960	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de circulares; - Apresentação de trabalho pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Juvir Correia Lourenço; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
25/04/1960	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das orientações dos programas de Ed. Física e Canto Orfeônico para o Ensino primário; - Festa a ser realizada em maio, festa das mães e festa da primeira formatura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Juvir Correia Lourenço; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
25/06/1960	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação sobre as provas parciais; - Apresentação de trabalho pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Juvir Correia Lourenço;

		- Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
25/08/1960	- Reunião das professoras das escolas isoladas a ser realizado no prédio da escola normal; - Apresentação de trabalho pedagógico;	- Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Juvir Correia Lourenço; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
30/09/1960	- Discussão sobre andamento do programa e aplicação das provas parciais.	- Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
17/10/1960	- Leitura de documentos enviados pela chefe do ensino normal; - Realização dos exames vestibulares.	- Neusa Martini Sella; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Favilla; - Misael de Oliveira; - Juvir Correia Lourenço; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria Sônia Azevedo Oliveira.
? /05/1961	- Leitura de circulares e orientações para o preenchimento do relatório semestral; - Instruções para as provas parciais; - Problemas com alunos; - Instruções para a preenchimento dos livros de chamada.	- Dirce Chagas Soares; - Neusa Marini Sella; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria de Lourdes Mello Favilla; - Nancy Trindade; - Dircea Rocha Fagoti.
18/08/1961	- Leitura de documentos e ofícios; - Programação da festa de sete de Setembro e Semana do Livro; - Provas mensais.	- Dirce Chagas Soares; - Neusa Marini Sella; - Maria Egle Polito Mafra; - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Maria Gomes Sismeiro Dias; - Maria de Lourdes Mello Favilla; - Dircea Rocha Fagoti.
28/09/1961	- Doação de roupas e doces para a semana da criança; - Exposição s ser realizada na vitrine das Casas Pernambucanas; - Planejamento da Semana da Criança; - Provas parciais; - Problemas com alunos.	- Alanir Braga; - Dirce Chagas Soares; - Maria Egle Polito Mafra; - Neusa Martini Sella.
30/10/1961	- Comunicado ao corpo docente que a vários meses não se recebiam correspondências para serem lidas; - Provas parciais; - Contratação de servente.	* não foi registrado os professores participantes.
17/04/1962	- Aulas remanescentes.	- Alanir Braga; - Maria Madalena de Castro Mendonça; - Maria Sônia Azevedo Oliveira; - Mary Ana Candida Correa; - Maria Eglê Polito Mafra; - Maria de Lourdes Mello Favilla.

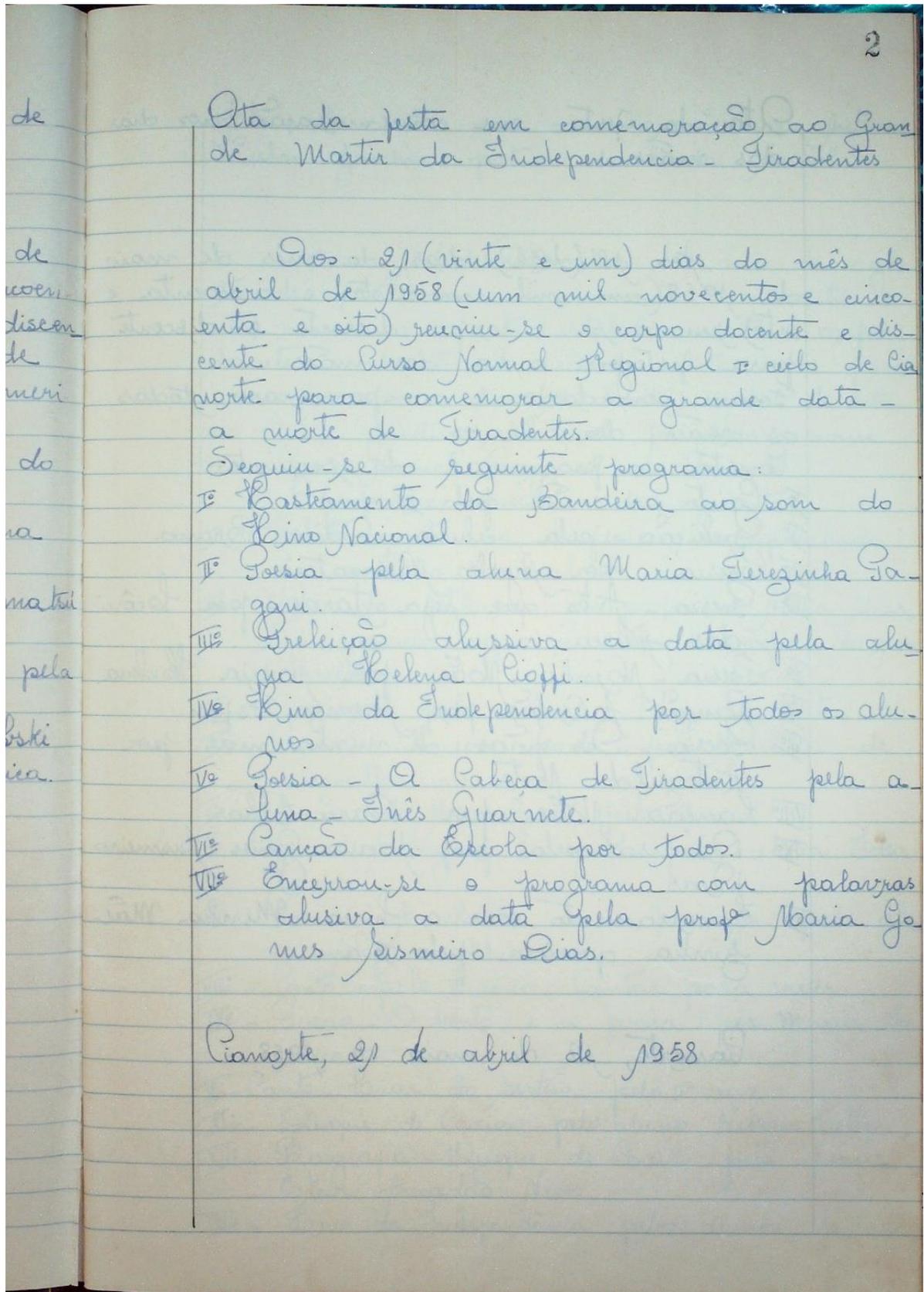
Fonte: Organizado pela autora a partir do Livro Ata das Reuniões Mensais (1957 a 1962).

c) Livro Ata das comemorações

Constam no livro ata, aberto em 04 de março de 1958 pela diretora da instituição, Maria Sônia Azevedo Oliveira, 40 atas, distribuídas em 21 páginas, que registram as festas e comemorações que a Escola Normal Regional Silva Jardim promovia, ou que os seus alunos de alguma forma participavam. Os registros contemplam as comemorações entre os anos de 1957 e 1965 e foram feitos pelas secretárias Neusa Martini Sella, entre 1957 e 1961, e Alanir Braga, entre meados de 1961 até 1964. Nota-se que os registros ficam cada vez mais escassos com o passar dos anos. Por exemplo, entre os anos de 1963 e 1964, foram registradas somente comemorações realizadas pela escola, as aulas inaugurais, o que nos leva a acreditar que outros eventos realizados não foram registrados no documento.

Embora o livro esteja desgastado pela ação do tempo, não existe dificuldade quanto ao seu manuseio e leitura. As atas seguem um padrão comum, como é possível observar na imagem abaixo, registrando o dia em que foi realizada a comemoração e qual a data comemorada; em seguida, descreve o programa que foi realizado pelos professores e alunos presentes. Observa-se que o hino nacional era uma constante em todas as comemorações, assim como a declamação de poesias e preleções sobre a data comemorada.

Imagem 2- Ata da festa em comemoração ao Dia da Independência (1958)



Fonte: Arquivo digital da pesquisadora (ESCOLA NORMAL... 1958 a 1964).

d) Livro Ata da seção solene da entrega de diplomas

No livro ata da seção solene de entrega de diplomas, não há registro do termo de abertura e, dentre os documentos encontrados, foi o que apresentou maior dificuldade de leitura e manuseio, já que as páginas estão parcialmente borradas pela tinta utilizada durante a lavratura. Apesar disso, é passível de ser manuseado, exigindo somente mais cuidados.

As sessões solenes de entrega de diplomas realizadas pela Escola Normal Regional Silva Jardim foram registradas em cinco atas distintas. A primeira delas data do ano de 1960, quando a primeira turma de normalistas se formou pela instituição, seguidas pelas turmas de 61, 62, 63 e 64. Com exceção da seção solene de 1964, que ocorreu na secretaria da instituição, percebe-se que as demais foram cercadas de pompa e rigor, realizadas no clube ou cine local, sempre com a presença das autoridades do município, inclusive do Sr. Dr. Paulo Moraes de Barros, presidente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, que participou da seção solene do ano de 1961.

Quanto à escrita, as atas seguem um padrão similar, como é possível observar na imagem abaixo. Inicia-se com a apresentação do corpo docente e das autoridades presentes, como prefeito do município, padre, diretores das demais instituições de ensino, dentre outros. Em seguida, descreve-se o juramento e, na entrada dos formandos, é mencionada a nota final de aprovação obtida, sempre da maior para a menor; após a entrega dos diplomas, a palavra é passada à oradora da turma e à paraninfa; e, para finalizar a seção, todos cantam o hino nacional.

Imagem 3- Ata da Seção solene de entrega de diplomas 1962

3

Ata da sessão solene de entrega dos Diplomas às alunas da Escola Normal Regional "Silva Jardim" que concluíram o curso em 1962. Nos 8 dias do mês de dezembro de 1962, às 17 horas no Cine local Cinarote, reunidas as diplomandas, o corpo docente e os convidados para as solenidades, iniciou-se a sessão. A srta. Maria Madalena Mendonça, diretora e presidente da sessão compoz a mesa, chamando as seguintes pessoas: Prof.ª Dirce Chagas Soares, paraninfa, Luiz Aubert Revomo Padre Vigário digníssimo Patrono, Sr. Antonio Rodrigues Mota, prefeito Municipal, Prof.ª Maria Tônia Agredo Oliveira, diretora da E.M. Secundária, Diretor do Ginásio Estadual, Diretor do Ginásio Cinarotense, do G.E. "Stacilina Bitencourt" Escola Evangélica, Colégio N.ª. do Rosário, e demais autoridades civis e eclesásticas, e o Corpo docente da Escola Normal Regional Silva Jardim. Composta a mesa, entrada solene das diplomandas. Logo após juramento prestado pelas formandas; a seguir entrega dos diplomas que seguiu a seguinte ordem: Geny Luiz, classificada em 1.º lugar, Elide Massarente 2.º lugar, Lúcia Trent da Sila 3.º lugar, Madina Lagote, 3.º lugar, Cecília Lato, 4.º lugar, Maria José Lima Santos, Alzira Truneda, Jesuíta Carrier, Lúcia Guarnetti, Maria Lerejinha Pagani e Lúcia Kai. Prossequindo foi dada a palavra a oradora da turma srta. Elide Massarente, que fez uma brilhante oração de despedida; após a oradora usou a palavra a Srta. Professora Dirce Chagas Soares, paraninfa da turma, que abilhou a solenidade com sua bela página de agradecimento e despedida; foi encerrada a sessão com o cântico do Hino Nacional. Nada mais havendo a tratar, eu Neusa Martini Sella secretária laurei a presente data, que vai por mim Neusa Martini Sella e demais componentes assinada.

Neusa Martini Sella - secretária
Cinarote 8 de dezembro de 1962.

Fonte: Arquivo digital da pesquisadora (ESCOLA NORMAL..., 1960 a 1964a).

e) Livro Ata de assentamentos

O Livro Ata de Assentamentos, aberto em 28 de março de 1957, pela então diretora do Curso Normal de Cianorte, Maria Sônia Azevedo Oliveira, contém 30 registros de portarias, assentamentos e decretos recebidos pela instituição de Ensino Normal do Estado do PR, descritos em 12 páginas entre os anos de 1957 e 1964. Os documentos estão registrados na íntegra e a maioria deles descreve as aulas que cada professor, sobretudo a dos suplementaristas que assumiriam no respectivo ano.

O estado de conservação do documento pode ser considerado regular, uma vez que se encontra com algumas marcas de desgaste pela ação do tempo, mas que não comprometem seu manuseio e leitura. Percebe-se que a escrita é uma cópia do documento original recebido pela instituição, visto que indica a origem, na maioria das vezes a Secretaria de Educação e Cultura, e por quem foi assinado. No primeiro ano, 1957, os documentos são assinados por Vidal Vanhoni; de 1958 até 1961, os documentos são assinados por Nivon Weigert; de meados de 1961 até meados de 1962, consta a assinatura de Mario Braga Ramos e, posteriormente, de 1962 a 1963, a de Jucundino da Silva Furtado (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964b).

f) Livro Ata de avisos ao corpo docente

Os avisos destinados ao corpo docente foram registrados pela Escola Normal Regional Silva Jardim a partir de fevereiro de 1959, quando o livro foi aberto, até junho de 1963. Em geral, os avisos consistiam em lembretes de reuniões e de ocasiões festivas, na quais a presença dos professores era indispensável.

O documento se encontra em bom estado, sendo possível seu manuseio e leitura. No período em que foi utilizado, foram registrados vinte e três avisos, a maioria, escritos pelas diretoras e secretárias da instituição: entre 1959 e 1961, por Neusa Martini Sella e Maria Sônia Azevedo Oliveira; entre 1961 e 1962, por Alanir Braga (secretária) e Dirce Chagas Soares (diretora); e, posteriormente, entre 1962 e 1963, por Maria Mendonça, última diretora da instituição.

De maneira geral, os avisos se caracterizam por sua brevidade. Escritos de modo informal, comunicam, na maioria das vezes, o dia e o horário das reuniões a serem realizadas com o corpo docente da instituição. Por meio do quadro a seguir, é

possível visualizar o conteúdo dos avisos escritos no referido documento com maior precisão.

Quadro 3- Quadro de avisos destinados ao corpo docente (1959-1963)

Ano	Data do aviso	Conteúdo
1959	-	Aviso para comparecimento nos Exames de admissão, segunda época e adaptação.
1959	22/02	Aviso para comparecimento na primeira reunião pedagógica do ano.
1959	-	Aviso solicitando a entrega dos livros de notas e retirada da nota dos alunos que não compareceram na festa de Tiradentes.
1959	14/05	Aviso da reunião pedagógica a ser realizada em 14/05/59.
1959	-	Aviso da reunião pedagógica que ocorrerá em 27/05/59 e que as notas deverão ser repassadas antes do baile realizado em 30/05/59.
1959	02/09	Avisa sobre a realização da reunião mensal do corpo docente, que será realizado em 04/09/59, e que a professora Maria de Lourdes Favilla apresentaria um trabalho pedagógico.
1959	-	Aviso da reunião pedagógica.
1959	-	Aviso da reunião pedagógica.
1960	04/03	Aviso que a aula inaugural seria em 05/03/60.
1960	25/05	Aviso para comparecimento à reunião geral em 26/05/60.
1960	10/06	Aviso da suspensão das aulas nos dias 13 e 14 de junho, porém manteve-se a reunião a ser realizada em 13/06/60.
1960	-	Aviso da reunião mensal.
1960	-	Aviso de reunião mensal.
1961	17/05	Comunica aos professores que os livros de chamada não poderiam ser retirados da escola; as notas mensais deveriam ser colocadas nos livros no prazo máximo de oito dias após os exames serem realizados; as aulas deveriam ser rubricadas no mesmo dia em que foram realizadas; somente seriam abonadas faltas por motivo de doença; assuntos referentes à instituição não deveriam ser comentados fora da escola.
1961	25/05	Aviso da reunião mensal.
1961	17/08	Aviso da comemoração do patrono da escola em 18/08/61 e, após, haveria a realização da reunião pedagógica mensal.
1961	27/09	Aviso da reunião pedagógica mensal.
1961	27/10	Aviso da reunião pedagógica mensal.
1962	07/05	Aviso ao corpo docente de que os horários das aulas não sofreriam alterações e que as professoras deveriam considerar o horário exato de início das aulas.
1962	15/05	A diretora Maria Mendonça comunica a necessidade de se ausentar por alguns dias e que, neste período, responderá pelo estabelecimento a secretária Alanir Braga.
1962	10/08	Aviso de reunião para tratar assuntos referentes ao administrativo.
1962	19/08	Aviso da reunião a ser realizada em 22/08/62.
1963	25/06	Aviso aos professores de Educação Física que deveria ser providenciado um quadro de Vôlei para a participação da Escola no torneio em comemoração aos festejos do décimo aniversário da cidade.

Fonte: Livro Ata dos avisos da Escola Normal Regional Silva Jardim (1959 a 1963).

g) Livro Ata do inventário de materiais

O livro ata do inventário de materiais foi aberto, em 4 de março de 1958, pela diretora Maria Sônia Azevedo Oliveira. Consta, em suas 39 páginas, um levantamento completo dos materiais contidos no interior da instituição no ano de 1963 e uma lista de todos os títulos de livros pertencentes à biblioteca no ano de 1965, quando, com o fim das turmas de normalistas, o acervo foi doado para a Escola Normal Colegial Candido Portinari, que iniciou seu funcionamento neste mesmo ano.

O estado de conservação do documento pode ser considerado regular, uma vez que se encontra com algumas marcas de desgaste pela ação do tempo, contudo não comprometem seu manuseio e leitura. A escrita foi realizada em forma de tabela, constando, primeiramente, o nome do material, seguido da quantidade e origem. Nota-se que vários materiais pertencentes à instituição, como livros da biblioteca, foram obtidos por meio de doação. Outros materiais, como tambores, coleção pedagógica e álbum fotográfico, foram adquiridos com verba da própria escola.

A imagem abaixo destaca alguns dos materiais pertencentes à instituição no ano de 1958. Dentre eles, destaca-se o número de carteiras – ao todo sessenta – o que revela o pequeno porte da escola. Tal característica pode ser corroborada ainda por meio da quantidade de materiais inventariados, visto que, primeiramente, são registrados os móveis da instituição: apenas duas mesas, dois armários, uma escrivaninha e seis cadeiras, além das carteiras já mencionadas.

Imagem 4- Ata do Inventário de Materiais da ENRSJ

Inventário Geral do Curso Normal Regional					Espécie
Silva Jardim feito em: 25-8-58.					
Espécie	quantidade	Estado	conservação	Em uso	Observações
Mesas	2	Bom	"	"	Acq. do C. Atas das Fez
Escrivania	1	"	"	"	Assin. p/p Inventário de
Armários	2	"	"	"	pedido e recel
Cadeiras	6	"	"	"	Ass. Exposi
Carteiras	60	"	"	"	Biblioteca C. A
Portas	2	"	"	"	livros de ma
Baldes	3	"	"	"	livros Bibliote
Quadro negro	2	"	"	"	Banking Bro
Escovão	1	"	"	"	" Parame
Escovas	2	"	1	"	Grampeador
Vassouras de pelo	4	"	2	"	Caixas de gra
Vassouras de palha	1	"	1	"	Lapis n: 2
Sapata de Escovão	1	"	1	"	Blocos diminut
Sabão	15 pd.	"	4	"	Folhas papel ofi
Credencia	3	"	1	"	Envelopes carto
Giz	20 cx.	"	"	"	" Oficio
Sacos Vazios	12	"	3	"	Papel Cópia
Bacia Esmalto	1	"	"	"	fragadores
Banda Tambores	1/2	"	"	"	Album p. fotogra
Coleção Pedagogica	2	"	"	"	foto dispona
Coleção Historico	1	"	"	"	Caixas de tinta
Livro de Matrícula	2	"	"	"	Papel carbono
" Correspondência	1	"	"	"	Bloco Memorias
" Circulares Recelidas	1	"	"	"	Papel sem pa
" Historico do Curso	1	"	"	"	Folhas de pagam
" Assentamentos prof.	1	"	"	"	Liras mata bor
" Remissões Mensais	1	"	"	"	livros ponto
" Despesas do curso	1	"	"	"	Lapis bicolor
" Gerabilidade dos alunos	1	"	"	"	Guetas
					Fichas C. N.

Fonte: Arquivo digital da pesquisadora (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1965).

h) Livro Ata de protocolos

Este documento registra a data em que a instituição recebeu ou enviou documentos e correspondências. Em suas cinco páginas, as informações constam de forma sucinta, contendo apenas a origem das correspondências, o número do ofício, a data e os destinatários.

O estado de conservação do documento pode ser considerado regular, uma vez que apresenta algumas marcas de desgaste pela ação do tempo, mas que não comprometem seu manuseio e leitura. Foi registrada apenas a origem de alguns ofícios do ano de 1961 até meados de 1962, indicando seu pouco uso e o abandono da prática de registro pela instituição.

i) Livro Ata dos registros de diplomas

Encontramos, dentre os demais documentos, dois livros atas que registram os diplomas emitidos pela instituição. O primeiro deles, com cinquenta páginas, registra os diplomas emitidos entre os anos de 1960 e 1963. O segundo, em suas dezessete páginas, registra os diplomas emitidos entre 1963 e 1964.

Tanto a leitura quanto o manuseio do documento podem ser feitos sem maiores problemas, visto que seu estado de conservação é bom, apesar do desgaste natural e de algumas marcas da ação tempo. Verificou-se, por meio da leitura dos livros atas, que os normalistas formados na escola eram nominados “regentes de ensino” e, de acordo com a ata de 1960, gozavam de “[...] todos os direitos, regalias e prerrogativas concedidas a este título pelas leis em vigor” (ESCOLA NORMAL..., 1960 a 1964b). Ao final de todas as atas constantes nos dois livros, registram-se os nomes da direção em vigor, da secretária e dos alunos diplomados.

j) Livro Ata dos materiais pedidos e recebidos

O livro ata, aberto em 30 de abril de 1957 pela diretora Maria Sônia Azevedo Oliveira, registra os materiais que foram recebidos, assim como os pedidos feitos pela Escola Normal Regional Silva Jardim. No interior das suas oito páginas, consta a

listagem de materiais solicitados e utilizados pela instituição durante os anos de 1957, 1958, 1959, 1960 e 1961.

O estado de conservação do documento pode ser considerado regular, por apresentar algumas marcas de desgaste pela ação do tempo, mas que não comprometem seu manuseio e leitura. De maneira geral, nota-se que a maioria dos materiais tanto solicitados quanto recebidos era destinada à limpeza e manutenção da secretaria. Observa-se que a quantidade de materiais solicitados sempre era superior à quantidade de materiais recebidos. Por exemplo, dos 49 itens solicitados em 1958, apenas foram enviados pela Secretaria de Educação e Cultura 19, e, na maioria dos itens, a quantidade era menor do que a solicitada.

k) Correspondências recebidas da Secretaria de Educação e Cultura do estado do Paraná entre 1957 e 1964

As correspondências recebidas pela ENRSJ da Secretaria de Educação e Cultura do estado do Paraná entre 1957 e 1964 estão preservadas na secretaria da instituição. Tratam-se de quatro pastas que guardam cópias de memorandos, cartas, portarias e demais instruções enviadas para a secretaria da Escola.

O estado de conservação dos documentos pode ser considerado regular, alguns apresentam marcas, no entanto a sua leitura e o seu manuseio podem ser feitos sem maiores problemas, apesar do desgaste natural e de algumas marcas da ação tempo. O conteúdo das correspondências versam, em sua maioria, sobre instruções relativas ao funcionamento cotidiano da escola, materiais a serem adquiridos, reuniões a serem realizadas, funcionários que deveriam ser contratados, dentre outros.

l) Diários de Aula das disciplinas ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim

Estão preservados quinze diários de classe das disciplinas ministradas pelo Curso Normal Regional Silva Jardim entre os anos de 1957 e 1964. Em cada um deles, constam o nome dos alunos, suas respectivas turmas e séries, as notas, as faltas e presenças, e o conteúdo ministrado pelo professor das disciplinas, como pode ser observada na imagem abaixo, que contém o registro referente ao mês de março de

conteúdo abordado nas aulas, assim como a quantidade de alunos que frequentavam determinado ano letivo, suas faltas e as eventuais desistências.

m) Livro Ata das despesas

As despesas e arrecadações do Curso Normal Regional Silva Jardim foram anotadas periodicamente no “Livro ata de registros de despesas”. Durante os anos de 1957 a 1963, a instituição registrou os materiais adquiridos e as receitas recebidas. Constam ainda algumas notas fiscais de compras de materiais anexadas ao livro.

O livro foi aberto pela então diretora Maria Sônia Azevedo Oliveira em 28 de março de 1958. Seu estado de conservação pode ser considerado regular, por possuir algumas marcas de desgaste pela ação do tempo, mas que não comprometem seu manuseio e respectiva leitura.

As despesas foram anotadas em forma de tabela: no primeiro campo, a data da compra, logo depois, seguidos do material que fora adquirido, o valor pago pelo bem e, por fim, destinou-se um campo específico para a arrecadação. Não é possível identificar a origem do dinheiro arrecadado pela Escola Normal Regional Silva Jardim, visto que, ao lado dos valores, por vezes, está escrito “fornecido pela tesoureira”, não especificando a origem da verba arrecadada. Desta forma, não podemos afirmar se a “tesoureira”, como se refere a ata, alude à verba pública, destinada pelo estado, ou às campanhas de arrecadação particulares feitas pela escola.

A única receita cuja origem é possível identificar é a de um baile realizado no ano de 1961. A arrecadação atingiu um total de 67.200,00 cruzeiros, dinheiro muito superior a qualquer outra verba registrada no livro. De um modo geral, os materiais comprados pela escola correspondiam a elementos a serem utilizados no cotidiano, como impressos, papéis em geral, livros ata e livros.

n) Pastas Individuais dos alunos

A instituição de guarda dos documentos pertencentes à Escola Normal Regional Silva Jardim mantém em seu acervo pastas individuais com os documentos de todos os alunos que ali concluíram ou efetuaram parte de seus estudos. Por meio da imagem que se segue, é possível observar a grande quantidade desta modalidade de documentos existente na instituição, visto que, além da Escola Normal Regional

Silva Jardim, já coexistiram, em tempos distintos, no mesmo prédio, a Escola Normal Colegial Cândido Portinari, O Ginásio Estadual de Cianorte, diversos cursos profissionalizantes e, atualmente, muitas turmas de Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal.

A instituição mantém uma organização própria de tais documentos. De acordo com o secretário e demais funcionários da secretaria, atualmente responsáveis pelo acervo, as pastas individuais dos alunos são organizadas por ordem alfabética e cada uma delas recebe um número, pelo qual é possível localizá-la caso seja necessário. Ao observar a organização mais de perto, notamos que as pastas dos alunos mais antigos possuem numeração mais baixa, por exemplo, as pastas dos alunos da Escola Normal Regional Silva Jardim estão incluídas na numeração inferior a 100.

Com a finalidade de exemplificar quais documentos eram exigidos na ocasião da matrícula dos alunos, elegemos a pasta nº 47 da seção Z, que contém os documentos de um aluno que ingressou no curso normal em 1960.

Imagem 6– Acervo de pastas individuais dos alunos do Colégio Estadual Cianorte



Fonte: Arquivo digital da pesquisadora.

As pastas individuais dos alunos da ENRSJ contêm folha de rosto, atestado de matrícula, requerimento de matrícula, certificado de exame de admissão,

requerimento de inscrição em exame de admissão, ficha sanitária, ficha de frequência, certidão de nascimento e ficha individual do ano letivo.

A folha de rosto contém nome completo do aluno, filiação, local e data de nascimento, ano de matrícula, série, curso e número de ordem de localização. O atestado de matrícula consiste em um documento simples emitido pelo Grupo Escolar ou instituição equivalente, muitas vezes escrito à mão, afirmando que o aluno havia concluído o ensino primário, além de atestar que estava apto a prestar o exame de admissão. Já o requerimento de matrícula consiste em um documento pré-elaborado, o que indica que era fornecido pela Secretaria de Educação. Possui os seguintes campos para preenchimento: nome da escola em que o aluno queria efetivar a matrícula, dados individuais, comprovação da apresentação do certificado de admissão, deferimento ou indeferimento, e, ao final, uma sucinta declaração com os seguintes termos: “O requerente declara, expressamente, responsabilizar-se por todos os danos que eventualmente venha o aluno a causar ao patrimônio do estabelecimento”, e, em seguida, o campo para a assinatura do responsável pelo aluno.

O “certificado de exame de admissão” também consiste em um documento pré-produzido, no entanto, neste caso, o nome da instituição já estava impresso, não sendo necessário preencher. Além dos dados pessoais do aluno, há um campo em que a diretora da Escola Normal certificava a aprovação no exame de admissão. Abaixo, eram relacionadas todas as notas obtidas em cada disciplina e, no final, a média alcançada, seguida de data e assinatura da secretária e da diretora do CNRSJ.

O “requerimento de inscrição em exame de admissão” é um documento impresso, pré-elaborado, cujos campos de preenchimento constam de: nome da instituição em que o candidato almejava prestar o exame de admissão; ano letivo; se era de primeira ou segunda época; campos para preenchimento de dados pessoais, como nome, filiação, data e local de nascimento, nacionalidade, endereço; e, ao final, o responsável legal deveria assinar, afirmando a seguinte declaração, “Declaro, a bem da verdade, que o candidato não se acha inscrito para prestar o exame de admissão em outro estabelecimento de ensino”. Há, também, um campo destinado ao deferimento ou indeferimento da admissão, e instrução para que o documento fosse acompanhado de certidão de idade, carteira de saúde e recibo da taxa de inscrição.

Consta, ainda, nas pastas individuais dos alunos, o documento intitulado “ficha de frequência”, no qual eram anotadas as faltas cometidas pelos alunos durante o

ano. No alto da ficha, consta o campo destinado ao cabeçalho da escola, somente os dizeres “Escola Normal de”, seguido da linha cujo nome deveria ser completado, o que indica que também era um documento padrão enviado pelo estado. Logo abaixo, estão anotados os dados pessoais do aluno, ao lado de uma fotografia 3x4. Em seguida, registravam-se as disciplinas e os meses letivos, ao final, as faltas eram somadas e anotadas em um campo específico, denominado “total de faltas”, ao lado do campo “total de aulas dadas”.

O documento intitulado “ficha individual do ano letivo”, registra todas as notas obtidas pelo aluno nos exames realizados durante o ano letivo. Em forma de tabela, o documento reserva campos para anotação das disciplinas e das notas, distribuídas nos campos pré-existentes, que são: campo denominado “arguições”, seguido de seus respectivos meses; campo denominado “provas”, que reservam outros campos para as notas da “primeira parcial”, “segunda parcial” e “prova final”; campos destinados à anotação das “médias”, de “primeira prova”, “segunda prova” e “prova final”. Também existem campos em branco, os quais eram destinados às notas dos exames de segunda época, além dos campos “Média anual”, seguidos de “primeira prova”, “prova escrita” e “prova oral”.

Por fim, encontram-se, em cada pasta, os documentos pessoais que o aluno apresentou no ato da matrícula: certidão de nascimento e carteira sanitária. A carteira sanitária consiste em um documento emitido pelo departamento de saúde com as informações básicas do indivíduo, foto 3X4, dois selos sobrepostos a um carimbo e assinatura do médico responsável pela unidade sanitária. Com a finalidade de esclarecer qualquer dúvida a respeito de tais documentos, nós os colocamos como anexo, visto a impossibilidade de registrá-los na íntegra, como parte do texto.

Ao término do inventário, ressaltamos que o referido acervo se encontra sob a guarda do Colégio Estadual Cianorte⁵. O acesso às fontes documentais descritas no inventário está vinculado ao prévio agendamento na secretaria da instituição, visto que, devido à falta de espaço, a sala utilizada para a guarda deste acervo abriga documentos recentes dos alunos e professores.

Nosso intuito, ao construir este inventário, é contribuir com os estudos já realizados por Gonçalves, Schelbauer (2011) e Lima (2015), que iniciaram o trabalho

⁵ Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado em Cianorte-PR, na Avenida São Paulo 269, Zona Dois, telefone de contato (44)3629-3093

de identificar e salvaguardar o acervo documental das escolas de Cianorte, cidade que, como tantas outras, não possui um local adequado para a conservação de documentos e preservação da memória. Esperamos que este trabalho venha somar-se com os debates existentes acerca da necessidade de se promover a criação de espaços específicos, destinados a guardar adequadamente documentos de memória.

Mediante as informações contidas na documentação inventariada, verificamos a necessidade de rever o contexto em que esta foi produzida, visto que, como alerta Werle (2004), não há como desvincular a história da instituição do contexto social do período correspondente. De acordo com a autora,

História das instituições escolares é uma representação da escola expressa pela forma de síntese narrativa construída com base na análise de representações de acontecimentos, relações e experiências passadas (documentos, imagens, prédios, objetos) e apropriações subjetivas (em parte capturadas por meio de depoimentos, memórias registros escritos, sonoros, pictóricos) de coletivos e de indivíduos, bem como da própria instituição sobre si mesma, suas relações externas, internas e no contexto social, ao longo do tempo [...] História das instituições escolares compõe o sentido da instituição no tempo e no espaço, e decorre de um processo de apropriação de parte do pesquisador [...] (WERLE, 2004, p. 32-33).

Com base nesta caracterização, propomo-nos traçar um panorama da formação do município de Cianorte e, em seguida, identificar o contexto em que a Escola Normal Regional Silva Jardim foi criada, na tentativa de atender à necessidade de interligar a instituição e o contexto socioeconômico da época.

2.2 A formação do município de Cianorte-PR e as primeiras iniciativas para a formação de professores

De acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), de 2015, Cianorte situa-se na mesorregião noroeste do Estado do Paraná, com uma população de 76.456 habitantes, constante no senso 2014. “Fundada em 1953, [Cianorte] fez parte de um projeto amplo de colonização da CMNP de desenvolvimento da região Norte e Noroeste do Paraná” (IBGE, 2010). De fato, a cidade, que veio a instalar-se apenas em 1955, foi uma das últimas terras paranaenses a serem ocupadas no norte do estado, pertencente ao que

convencionou-se denominar Norte Novíssimo⁶, região que compreende as terras delimitadas pelos municípios de Terra Boa e Terra Rica e que se “[...] desdobra até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem do Piquiri” (COMPANHIA MELHORAMENTOS...1975, p. 35).

As primeiras iniciativas de colonização das terras do norte do Paraná datam de meados do século XIX⁷, quando a necessidade de comunicação entre as províncias de São Paulo e Minas com a isolada província de Mato Grosso fez com que o governo fundasse a colônia militar de Jataí em 1854, que, atualmente, consiste na cidade de Jataizinho. A partir desta primeira povoação, algumas outras se sucederam, mantendo o cenário essencialmente agrícola: “[...] plantavam algodão, arroz, feijão, fumo, etc. [...] até que, no início do século XX, quando a acelerada urbanização de São Paulo e o avanço da Estrada de Ferro Sorocabana em direção a oeste foram trazer mudanças ao norte paranaense” (WACHOWICZ, 2001).

As primeiras décadas do século XX ainda foram incipientes no que tange ao crescimento populacional do norte paranaense. Somente a partir da década de 1920, com a vinda da “Missão Montagu”⁸, iniciou-se um processo de reocupação⁹ acelerado que mudaria o cenário nas décadas consecutivas. Já em 1925, Lord Lovat, “[...] um escocês especialista em agricultura, reflorestamento e problemas de colonização” (KOHLHEPP, 2014), fundou a *Brazil Plantations Syndicate Ltda.*, empresa que, inicialmente, adquiriu algumas fazendas com o intuito de plantar extensas áreas de algodão, abastecendo as tecelagens inglesas. No entanto, este projeto inicial falhou devido ao rápido esgotamento do solo, e a cultura algodoeira foi abandonada, dando origem a duas novas companhias,

[...] que tinham como objetivo um grande processo de colonização com base em pequenas e médias propriedades: a) A Paraná Plantations

⁶ Denominação específica de alguns autores para a porção de terras que se estende do rio Ivaí ao rio Paraná, cujas principais cidades são Cianorte, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Xambê e Guaíra. Atualmente, usa-se a denominação Noroeste do Paraná.

⁷ Estas iniciativas referem-se aos primeiros processos de colonização promovidos pelo estado, não desconsideramos que o território já era ocupado por outras populações, como indígenas e posseiros, conforme indica os estudos de Motta e Noelli (1999) e Tomazi (1999).

⁸ Missão financeira inglesa chefiada por Edwin Samuel Montagu que objetivava avaliar o estado das finanças brasileiras. Tinha como um de seus integrantes Lord Lovat, homem com interesses em terras e plantações de algodão, que adquiriu duas glebas no norte do Paraná e implementou o cultivo do algodão.

⁹ Optamos pelo termo “reocupação” por concordarmos que as terras pertencentes ao norte paranaense não eram “sertões desconhecidos” como afirma parte da historiografia. Estudos de Tomazi (1999) confirmam a existência de um relevante número de propriedades rurais anteriores ao processo de reocupação das terras promovido pelas companhias colonizadoras.

Ltda., com sede em Londres, que assumiu todo o financiamento. b) A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), com sede em São Paulo e com a tarefa de operar a compra de terras, conduzir a exploração da terra e recrutar colonos (KOHLHEPP, 2014, p. 57).

A partir deste momento, o processo de colonização das terras pertencentes ao Norte Novo – região que “[...] limita-se ao Norte com o Rio Paranapanema, ao Sul com a cidade de Manoel Ribas, a Leste com o Rio Tibagi e a Oeste com o Rio Ivaí, compreendendo as cidades-polo de Londrina, Maringá, Apucarana e Ivaiporã” (STECA; FLORES, 2002, p. 133) – teve um acentuado processo de colonização promovido, sobretudo, pela iniciativa privada. De acordo com Steca e Flores (2002), a CTNP adotou um processo denominado “Colonização-Dirigida”, cujo principal objetivo era a venda de terras e seu povoamento. De fato, as terras adquiridas foram divididas em pequenas propriedades, seguindo uma política de povoamento dirigido:

A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios do consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada em estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos, lotes de 10, 15 e 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 76-78).

No entanto Steca e Flores (2002, p. 140) salientam que “existem autores que interpretam esta divisão do território em pequenas propriedades como ‘socialização da colonização e da produção’, enquanto outros apontam que a ‘socialização’ beneficiou somente os vendedores das terras”. Outro fator importante apontado pelas autoras seria o fato de não haver registro algum de aldeamentos indígenas nas terras da CTNP, cabendo então a pergunta: “O que teria sido feito dos índios Coroados?” A resposta para tal questão fez com que alguns autores apontassem a existência de um corpo policial, criado pela Companhia, responsável por expulsar índios e posseiros

que se recusassem a negociar suas terras. “Teria esse ‘corpo’ agido tão bem que dele não se teria registros” (STECA; FLORES 2002, p. 140).

Sobre este aspecto do processo de colonização do norte paranaense Schelbauer (2014) afirma:

Em relação ao movimento de colonização do Paraná é importante observar que o mesmo não ocorreu de forma pacífica, mas resultou em graves conflitos de terras motivados pela especulação financeira e pela grilagem, impondo a necessidade de criação da Chefatura de Polícia, a partir do desmembramento da Secretaria do Interior, Justiça, e Segurança Pública em 1948 (p.79).

Assim sendo, o processo de reocupação das terras não ocorreu contemplando um vazio demográfico como afirma parte da historiografia, mas envolveu o conflito de interesses de diversas instancias e sujeitos.

Em finais da década de 1920 o processo de colonização promovida pela CTNP seguiu um ritmo acelerado. Londrina, a primeira cidade a ser fundada pela Companhia, recebeu sua primeira caravana de compradores “[...] em dezembro de 1929 e era composta de 8 japoneses que vieram acompanhados pelo notável pioneiro e agenciador de terras da Companhia, Sr. Hikomo Udihara” (COMPANHIA...,1975, p. 70). Em 1933, a povoação já contava com 396 casas, crescendo mais a cada dia, tornando-se município em 3 de dezembro de 1934 “[...] pelo Decreto Estadual n. 2519 e Distrito Judicial do mesmo nome” (COMPANHIA..., 1975, p. 72). As terras londrinenses e de seus arredores foram rapidamente ocupadas por compradores que vinham de diversas partes do Brasil e do mundo, fazendo com que várias outras cidades fossem fundadas, seguindo o ritmo acelerado da ocupação-dirigida promovida pela CTNP.

A partir de 1939, com a deflagração da II Guerra Mundial, os rumos da principal empresa colonizadora a agir no norte paranaense, a CTNP, mudaram. Com o envolvimento cada vez mais acentuado da Inglaterra no fronte de combate, os capitais estrangeiros ingleses foram colocados paulatinamente à venda, até que, em 1942, a CTNP entrou na listagem das companhias colocadas à disposição. Foi então que um grupo de investidores brasileiros, liderados por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, adquiriu a companhia inglesa “após dispendiosa transação” (COMPANHIA..., 1975, p. 99). Assim,

De 1944 – ano em que passou para o controle acionário de brasileiros – até 1951 – ano em que passou a se chamar Companhia de Terras Norte do Paraná – continuou executando a mesma política de vendas instituída com tanto êxito pelos ingleses e aplicada diretamente por Arthur Thomas e pelo substituto Hermann Moraes de Barros [...] (COMPANHIA...,1975, p. 114).

Apesar de viver um período de administração transitório, as atividades ligadas à colonização continuaram de forma acelerada, chegando à fundação de Maringá, último núcleo de colonização da porção de terras do denominado Norte Novo, em 15 de maio de 1947 (COMPANHIA..., 1975, p. 140). De acordo com Luz (1999), a cidade foi planejada de acordo com “[...] a mais avançada concepção de cidade existente na época”, com o traçado das ruas e avenidas pensados de forma a garantir a fluência do trânsito e padrões estéticos com “[...] refúgios centrais destinados à arborização e ao jardinamento”, localização dos bairros previamente estruturados, se residenciais, industriais, operários ou de armazéns, sendo reservadas áreas específicas para escolas, igrejas, parques e demais edificações públicas. Em volta da cidade, foram colocadas inúmeras chácaras, que tinham o intuito de abastecer a população, assim, “[...] da mesma forma que em Londrina e em outras cidades mais antigas, muitos indivíduos e famílias inteiras chegavam de todas as partes, em busca de novas oportunidades [...]” (LUZ, 1999, p.135-138).

Quanto à população que se estabeleceu na região de Maringá, Luz (1999) esclarece, em levantamento realizado nas certidões de casamento nos cartórios dos municípios pertencentes à microrregião norte novo de Maringá, no período de 1940 a 1980, que,

De um modo geral, os dados dos cartórios de registro civil confirmam os dados dos censos demográficos. Os cônjuges naturais do Estado de São Paulo constituem a maioria, representando mais de 1/3 do universo abrangido pela pesquisa. Os nascidos no Estado do Paraná, que com o decorrer do tempo foram aumentando a sua participação relativa, atingem, no total, 33%. Entre as dez unidades da Federação que aparecem com maior frequência como lugar de nascimento dos cônjuges estão, além dos Estados já mencionados, os de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo (LUZ, 1999, p. 149).

Conclui-se, assim, que a população que veio a instalar-se na região de Maringá era oriunda de várias partes do país, e, em menor parte, de outras nacionalidades. Como afirmou Alfredo Nyffeller, ao referir-se ao povoamento de Maringá na década

de 1940: “Os colonos que chegavam ao Norte da Paraná eram brasileiros vindos de São Paulo, do Nordeste e do Sul, além de estrangeiros: italianos, alemães, portugueses, espanhóis, russos e muitos japoneses [...]” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 143).

Com uma migração acentuada, o cunhão de terras pertencentes ao Norte Novo esgotou-se com rapidez, fazendo com que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná adquirisse uma nova porção de terras que se estendia do Rio Ivaí até o Rio Paraná, popularmente conhecida como Norte Novíssimo. Sobre a aquisição da CMNP desta porção de terras e a fundação de novos núcleos urbanísticos, Aristides de Souza Mello, engenheiro da CMNP, afirma que:

A alta direção da Companhia começou a sentir então a necessidade de criar novas cidades, em lugares judiciosamente escolhidos, abrangendo terras já vendidas, em fase de expansão do café e bem servidas por estradas. Assim surgiram os novos polos de desenvolvimento: Cianorte, inaugurada em 26 de julho de 1953 e Umuarama, inaugurada em 26 de junho de 1955. Todas estas cidades foram abertas obedecendo às mais avançadas normas de planejamento, como se observa em Maringá, detalhadamente projetada pelo hábil urbanista Jorge de Macedo Vieira. Com essas duas cidades foram atingidas as lindes das terras da Companhia no Paraná (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 137).

Seguindo as diretrizes colonizadoras propostas pela CMNP, Cianorte, município fundado em 26 de julho de 1953, foi um dos últimos empreendimentos de colonização a ser idealizado. Segundo Kohlhepp (2014), entre 1947 e 1955, as cidades projetadas pela CMNP obedeceram a diretrizes mais extensivas devido ao grande crescimento econômico do norte do Paraná. Portanto, cidades como Cianorte, Maringá e Umuarama tiveram áreas urbanas que “[...] excederam de longe a já existente Londrina” (p. 86). Tais diretrizes, que seguiam o tipo de colônia denominado “Frontier”, foram uma forma absolutamente diferenciada de colonização, cujo primeiro expoente se impôs pela primeira vez em São Paulo nos anos 1930 (KOHLHEPP, 2014, p. 86).

Os primeiros passos da nova cidade foram dados em meio à derrubada da mata. Noticiou-se, em 26 de julho de 1953, no jornal A Hora de Maringá: “Surge mais uma cidade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: Cianorte” (CIOFFI et al., 1995, p. 89), e a inauguração foi realizada com um churrasco promovido pelos

funcionários da CMNP. Sobre esse dia, Maurício Cossich, pioneiro, conta em depoimento:

Nós chegamos no dia 10 de julho e a inauguração seria no dia 26. Aí a Companhia fez uma churrascada ali, mais ou menos na frente da Comercial Catarinense (atual Dalla Costa). Fez uma valeta no chão, no meio do mato, aí fizeram um churrasco e veio o pessoal da companhia e se deu por inaugurado o patrimônio de Cianorte. A cidade era nosso hotel, o da Companhia, uma bomba de gasolina e mais duas ou três casas que foram construídas logo depois que nós chegamos aqui. Na ocasião, havia apenas seis quarteirões derrubados, fogo e toco pra todo lado (CIOFFI et al., 1995, p. 88).

O processo de ocupação das terras pertencentes ao município de Cianorte iniciou-se e os lotes de terras urbanos e rurais foram postos à disposição dos compradores. Seguindo a política de planejamento, a população que veio a se instalar no município acompanhou as mesmas linhas dos que colonizaram a cidade vizinha, Maringá.

De acordo com Cioffi et al. (1995), uma pesquisa realizada no Cartório de Registro Civil do município demonstrou que, nos primeiros dez anos, as correntes migratórias dominantes procederam do Nordeste em 1955 e de paulistas a partir do ano seguinte, porque, de acordo com a autora, foi feita uma intensa propaganda de venda de terras pela CMNP nesse estado.

Também um levantamento realizado nos documentos da Casa Escolar Cianorte, entre os anos de 1955 e 1961, constatou-se que a nacionalidade da maioria dos alunos ali matriculados era de brasileiros, “[...] excetuando-se um aluno francês em 1957, onze japoneses e um espanhol no ano de 1961, todos os outros eram nascidos no Brasil” (GONÇALVES, 2013, p. 13). Quanto à nacionalidade dos pais desses alunos, apesar de apresentarem uma superioridade de indivíduos nascidos em outros países, como, por exemplo, o fato de 163 pais de alunos serem japoneses no ano de 1961, pode-se observar que não havia a presença de nenhuma colônia dominante, já que quase todos eram oriundos de outros estados brasileiros.

É importante ressaltar que a população que começou a povoar o município de Cianorte não encontrou um vazio demográfico aqui. Pelo contrário, pelos depoimentos recolhidos no livro memorialístico realizado por Cioffi et al. (1995), existem vários depoimentos que corroboram a existência de índios e caboclos vivendo nessa região. Dentre eles, cumpre ressaltar o do primeiro prefeito de Cianorte, Wilson Ferreira

Varella, que, além de ser pioneiro, participou do reconhecimento do terreno que viria a ser Cianorte na década de quarenta do século XX. Conta ele que:

Eles eram uns aventureiros, uma organização, a família Sutis. Inclusive, temos uma Gleba chamada Sutis. Sutis devia ser um cacique primitivo, porque esta gente tinha sempre um cacique, tipo de índio. Então tinha o cacique, o lugar-tenente, morria aquele, sempre entrava outro no lugar. Aliás, conservavam a barba. Eles eram uma mistura e tinha um inglês entre eles. Começando de Apucarana para cá, eu tive o primeiro contato com eles. Ingressavam na mata, procuravam um lugar onde tinha queda d'água, ali colocavam um monjolo para fazer a farinha. Carne de caça era a base alimentar deles. Se chegava o progresso a Companhia mandava pra frente e os Sutis também (CIOFFI, et al., 1995, p. 49).

Sobre esta população de caboclos que habitava a região que a Companhia Melhoramentos adquiriu, Tomazi (1999) afirma que havia milhares de famílias que cultivavam roças, mas que não tinham a posse efetiva da terra, muitas vezes sendo expulsos e obrigados a lutar contra pistoleiros contratados por famílias ou empresas colonizadoras. Por este motivo, o autor afirma que “[...] muitos capítulos da história da (re)ocupação da terra do Paraná, neste século, foram escritos com fogo e sangue [...]”, contradizendo o discurso dominante de ocupação pacífica (TOMAZI, 1999, p.66).

Podemos concluir, por meio da historiografia, que o município de Cianorte, seguindo as premissas estabelecidas pela companhia colonizadora, apresentou um amplo crescimento nos anos posteriores à sua inauguração, visto que se estabeleceram na região correntes migratórias predominantemente paulistas, seguidas da nordestina e da mineira. Obviamente, esta população necessitava do amparo das instituições estatais, dentre elas, as escolas, necessárias para a formação das crianças.

Com vistas a delinear como ocorreu a criação de instituições destinadas a cumprir a demanda supracitada, a seguir, apresentaremos os aspectos mais relevantes para que se possa compreender o processo de implantação das instituições de ensino no município inclusive a Escola Normal Regional Silva Jardim.

2.2.1 A educação normal regional no município de Cianorte-PR

Com a finalidade de compreender o processo de implantação da Escola Normal Regional no município de Cianorte, faremos uma breve contextualização da situação política educacional nas décadas que antecederam a instalação da escola. Antes de adentrarmos nas discussões relativas ao estado do Paraná abriremos um breve parêntese para discutir alguns fatores referentes às iniciativas governamentais de âmbito federal que antecederam a criação dos Cursos Normais Regionais.

A partir da década de 1930, o cenário político brasileiro presenciou intensas modificações. É neste momento que Getúlio Vargas assume o poder como presidente provisório, no levante político que ficou conhecido como “Revolução de 1930”, cuja principal característica remontou à mudança estrutural que, até então, baseava-se nos moldes republicanos pós Proclamação da República. Ante esta mudança, emergiu uma necessidade premente de revisão do sistema político, que segundo Skidmore (2010, p. 40),

[...] resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma reforma regionalista em São Paulo, uma nova constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil cansado terminou sua experimentação política e entrou no período de oito anos de governo autoritário do Estado Novo.

Em suma, de 1930 a 1945, o Brasil teve à frente do Governo a figura de Getúlio Vargas, primeiro como presidente provisório, instituído de 1930 até 1934, depois como Governo Constitucional até 1937 e, por último, líder totalitário do regime do Estado Novo até 1945.

Souza (2010) aponta que, neste período, o país transitava entre a crise do modelo agrário-comercial dependente e a ascensão da estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista de base industrial. A efetivação deste novo modelo produziu novas e crescentes necessidades que suscitaram a reestruturação de diversas instâncias de responsabilidade do estado, dentre elas a educação.

Ao discutir o significado da “Revolução de 30” para a escola brasileira, Hilsdorf (2011) afirma que a reformas efetuadas por Francisco Campos, então nomeado Ministro da Educação e Saúde do governo revolucionário (1930-1934), apresentavam bases um tanto conservadoras, permitindo a volta do ensino religioso facultativo, desautorizando o modelo propedêutico do curso preparatório secundário e

substituindo-o pelo modelo formador, a ser ministrado com cinco anos de duração para Ginásial e Colegial, acrescidos de dois anos preparatórios para o superior. Em suma, a autora afirma que os atos foram editados “de cima para baixo”, por meio de Decretos-Lei, e as reformas de Francisco Campos mostraram-se muito mais conservadoras do que renovadoras. Apesar disto, a Constituição de 1934 conseguiu atender às reivindicações de vários grupos ao contemplar:

O ensino religioso (leia-se: católico) facultativo; a fixação de um percentual mínimo obrigatório de aplicação das verbas públicas ao ensino; a descentralização das competências administrativas; o sistema de ensino básico (escola elementar) ampliado, integral e com a orientação metodológica da Escola Nova, de acordo com as reivindicações dos liberais, mas nos demais níveis, separado em popular e de elite; a ênfase na educação musical, física, moral e cívica, para desenvolvimento dos valores nacionais (leia-se: aqueles apresentados nas proclamações nacionalistas que vinham dos nos 20) (HILSDORF, 2011, p. 98).

No entanto, esta visão de ruptura que pode ser observada no primeiro período do governo Vargas não prevaleceu posteriormente. A autora elucida que, a partir de 1935, as políticas nacionais tomaram novos rumos, centralizava-se o poder em detrimento das forças locais, atuava-se na economia para promover a industrialização e proteger o trabalho urbano, reprimia-se a organização de trabalhadores, dentre outros aspectos, que denunciava as iniciativas governamentais de construir a imagem de um regime moderno e nacional com uma linha de atuação centralista, autoritária e intervencionista. Nesta perspectiva, a educação escolar para o Estado Novo deveria promover valores voltados a orientar a mentalidade da sociedade, incutindo valores relativos à família, à religião, à pátria e ao trabalho, os quais deveriam ser aceitos nacionalmente por toda a sociedade como bases de uma nação moderna (HILSDORF, 2011).

Pautada nestes moldes, a política educacional desenvolvida por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1945, editou, por meio de Decretos-Lei, o conjunto de Leis Orgânicas de Ensino, aprovadas na seguinte sequência: Decreto Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, referente à Lei Orgânica do Ensino Industrial; o Decreto Lei n. 4.244, de 9 abril de 1942, que criava a Lei Orgânica do Ensino Secundário; e o Decreto- Lei n. 4.048, de janeiro de 1942, que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; o Decreto-Lei n. 6.141,

de 28 de dezembro de 1943, que criava a Lei Orgânica do Ensino Comercial; o Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que oferecia as bases para o Ensino Primário; o Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que estabelecia as bases para o Ensino Normal; e o Decreto-Lei n.9.613, de 20 de agosto de 1946, que orientava sobre o ensino agrícola.

De acordo com Saviani (2010) a ordem de aprovação não seguiu uma sequência lógica, mas atendeu as conveniências políticas, além disso,

Do ponto de vista da concepção, o conjunto de reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado as elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e aos ofícios requeridos pela organização social (SAVIANI, p.269, 2010).

Assim, este conjunto de Leis exprime as iniciativas do governo federal em criar bases “[...] tanto para uma *intelligentzia* que definisse todos os contornos da brasilidade quanto de mão-de-obra qualificada, especializada, que produzisse para a agricultura, a indústria e o setor de serviços” (HILSDORF, 2011, p. 101).

Esta dicotomia pode ser observada no texto da Lei Orgânica do Ensino Normal, dividido, a partir de então, em dois ciclos distintos, o Ginásial, cujo representante era a Escola Normal Regional, e o Colegial que formava professores nas Escolas Normais e Institutos de Educação. Segundo Saviani (2009, p. 147),

Se os cursos normais de primeiro ciclo, pela sua similitude com os ginásios, tinham um currículo centrado nas disciplinas de cultura geral, no estilo das velhas Escolas Normais, tão criticadas, os cursos de segundo ciclo contemplavam todos os fundamentos da educação introduzidos pelas reformas de década de 1930.

De fato, após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, observa-se a criação de Escolas Normais Regionais de nível ginásial em diversos estados brasileiros, objetivando a formação aligeirada de professores para atuar no ensino primário rural.

De acordo com Miguel (1997), no período que compreende os anos de 1946 a 1961, os cursos normais expandiram-se na mesma velocidade em que o estado contemplava a ocupação de suas terras. A autora salienta ainda que o “fenômeno” de

expansão das escolas normais não ocorreu apenas no Paraná, mas em todo o território brasileiro, “[...] como parte da política de atendimento às populações em idade escolar, que permaneciam fora da escola ou dela se evadiam¹⁰” (MIGUEL, 1997, p. 115).

A política governamental que objetivava a criação tanto de escolas rurais quanto de escolas normais regionais fazia parte do plano do governo federal para combater o declínio massivo de matrículas na Educação Básica, identificado por meio do levantamento estatístico promovido nos primeiros anos da década de 1940¹¹. De acordo com Miguel (1997, p. 116),

Para o governo, uma das causas do decréscimo quantitativo do número de escolas, de matrículas, da permanência e aprovação escolares, estava no fato de os professores formados em escolas urbanas não permanecerem trabalhando em escolas localizadas em zonas rurais. A esse fato aliava-se o índice geral insuficiente de matrículas, também no curso normal, e a pequena quantidade de escolas formadoras de professores mantidas pelo setor público.

Esta realidade, constatada por meio dos inquéritos sobre a situação pública realizados nos estados, levou o governo federal a realizar um amplo debate sobre a situação educacional, o qual identificou um desequilíbrio na estrutura econômico-social, ocasionada pelo êxodo rural. Admitindo que, para fixar a população no campo, era necessário o oferecimento de condições habitacionais, de saúde, transporte e especialmente educacionais, foram promulgadas as leis orgânicas do ensino primário, normal e agrícola no ano de 1946, leis cujo objetivo principal era promover a melhoria do modo de vida, fixar o homem no campo; e “para essa tarefa, o governo contava com os professores” (MIGUEL, 1997, p. 119).

A Lei n. 8529, de 2 de janeiro de 1946, que previa novas diretrizes para o ensino primário, estabelecia, dentre outras prerrogativas, que esta modalidade de ensino compreenderia: as escolas isoladas, aquelas com somente uma turma e um docente;

¹⁰ Atualmente, estudos comparados apontam a necessidade de verificar como ocorreu essa expansão nos estados da federação, seguindo este intuito, a mesa redonda denominada “Novos (e velhos) problemas da História da Educação” apresentada durante o VIII CBHE, defendeu a necessidade da realização de estudos comparados sobre o ensino rural tanto no Brasil, quanto na América Latina.

¹¹ Miguel (1997) afirma, com base na mensagem presidencial de 1948, que, em 1942, existiam 42.975 escolas, enquanto que, no final de 1946, o número era de 40.235 instituições de ensino primário no Brasil, dados estes que corroboram a preocupação governamental em desenvolver uma política voltada especificamente à criação de escolas rurais e cursos normais regionais destinados a formar professores para atuar no ensino rural.

as escolas reunidas, quando houvesse duas ou mais turmas e seus correspondentes professores; os grupos escolares, com cinco ou mais turmas e com o mesmo número de docentes; e as escolas supletivas, com qualquer número de docentes. Além dessa divisão, a Lei Orgânica do Ensino Primário previa, em capítulo específico relacionado ao magistério primário, que este nível de ensino só poderia ser exercido por brasileiros aptos, formados em cursos apropriados, ou que, por ventura, tivessem “prestado exame de habilitação, na forma da lei” (art. 34). Para tanto, cabia aos poderes públicos o dever de providenciar o contínuo aperfeiçoamento técnico deste professorado, assim como das instituições correspondentes (BRASIL, 1946b).

Com a finalidade de estabelecer diretrizes nacionais para a formação de docentes e na tentativa de melhorar o quadro que apontava a falta de profissionais da educação com formação específica, a Lei Orgânica do Ensino Normal também foi aprovada em dois de janeiro do correspondente ano. A Lei n. 8530/46 estabelecia como primeira finalidade dos cursos normais [...] “prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias” (BRASIL, 1946a, Art. 1, inciso 1). Seguindo esta prerrogativa, os cursos normais deveriam ser ministrados em dois ciclos distintos, o primeiro destinado à formação de ensino primário de nível ginásial, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários de nível colegial, ou seja uma formação secundária, com duração de três anos. Eram ainda previstos, em seu artigo quarto, os seguintes tipos de estabelecimentos de ensino normal:

Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação. § 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal. § 2º Escola Normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário. § 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário. § 4º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem (BRASIL, 1946b).

Após a promulgação desta Lei, os cursos normais regionais expandiram-se pelo território brasileiro. Com o intuito de verificar o processo de institucionalização e expansão desta modalidade de ensino normal no Paraná, recorreremos às mensagens de governo das décadas de 1940 e 1950, que, segundo Souza (2014), evidenciam a

preocupação do governo do estado em centrar-se, naquele momento, em particular na questão dos custos e gastos com a educação.

A primeira mensagem do Governo Moysés Lupion, de 1948, apresentada a Assembleia Legislativa, demonstra a preocupação com a deficiência do sistema de ensino primário e, conseqüentemente, com a formação de professores:

[...] cremos que o nível técnico do nosso ensino pré-primário é ainda bastante baixo. Concorre para isso a falta de professores especializados. As nossas Escolas Normais não têm cursos de especialização neste sentido e só agora a organização do Instituto de Educação de Curitiba capacitou esse centro de formação do magistério para a formação de professores especializados. Até aqui, as nossas Escolas Normais ministram apenas o necessário para a formação geral do professor (PARANÁ, 1948, p. 84).

Apesar de não evidenciar ainda a preocupação com a formação de professores para o ensino primário rural, a mensagem seguinte, do ano de 1950, indica as intenções para com esta modalidade de ensino:

Mas a mais fundamental das medidas, a de maior profundidade no sentido de integrar a nossa escola isolada rural no cumprimento de suas elevadas finalidades de melhorar a vida do meio a que se destina a servir, a medida de maior alcance, é, sem dúvida, a da criação dos cursos normais regionais, disseminados por todo o Estado. Tal providência representa o esforço que encetamos agora para dotar a nossa escola isolada de um magistério especificamente preparado para a sua função, mais capaz, com uma consciência disciplinada no sentido das finalidades que há de cumprir, e aparelhada com o instrumento de uma formação claramente orientada para a educação da infância e do meio rural. Com essa preocupação, estudamos a localização de uma rede de Cursos normais regionais, sediados de maneira a cobrirem toda a área do Estado e capazes de, em futuro próximo, proporcionarem às nossas escolas da zona rural um magistério mais eficiente. Em consequência disso, temos, hoje, em funcionamento dezoito cursos normais regionais disseminados por todo o Estado (PARANÁ, 1950, p. 151).

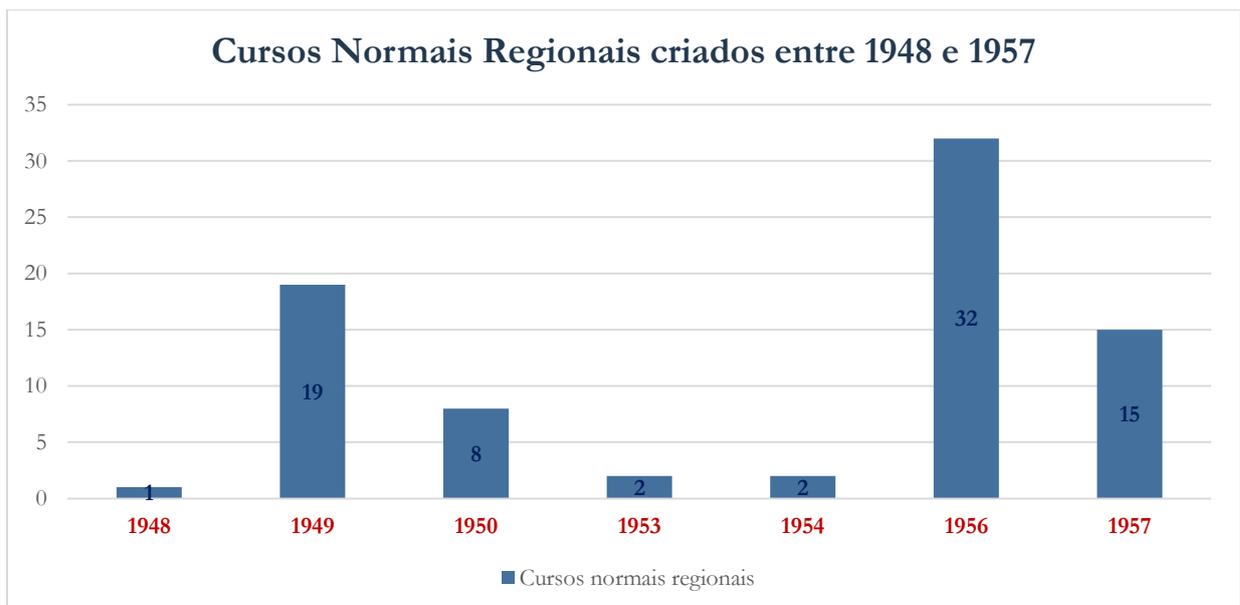
Nos anos seguintes observa-se a criação de um número grande de escolas normais regionais em todo o território paranaense. Na mensagem de 1958, os resultados obtidos pelo governo Moysés Lupion, nesta área, são exaltados:

Sem desmerecer a atuação dos demais órgãos dessa Secretaria de Educação e Cultura, é de se consignar aqui uma menção especial ao Serviço de Ensino Normal, pela eficácia excepcional na execução de

suas tarefas, todas ligadas ao desenvolvimento do ensino normal em nosso Estado. Numerosas providências tomadas, a segurança na ordenação dos objetivos, tudo fez com que o rendimento, a unidade e o espírito do magistério alcançasse um nível nunca antes obtido nessa cadeia escolar. Estiveram em funcionamento 71 unidades do 1 ciclo, 49 do 2 ciclo, afora outras 13 particulares, mas entrosadas com o Serviço (PARANÁ, 1958, p. 157).

Verifica-se que, em um período de oito anos, o número de escolas normais regionais paranaenses salta de dezoito, como mencionado na Mensagem de 1950, para setenta e uma, conforme Mensagem de 1958, o que indica um crescimento de aproximadamente 300% no número de instituições de primeiro ciclo destinadas à formação de professores normalistas. Como é possível observar no gráfico abaixo, foram criadas pelo governo de Moysés Lupion setenta e nove escolas normais regionais no período de 1948 até 1957, das quais setenta e uma estavam efetivamente funcionando no ano de 1957, conforme os dados da Mensagem de Governo proferida em primeiro de maio de 1958. Nota-se que o ano de 1956 registrou o maior número de abertura desta modalidade de curso, que coincide com o primeiro ano do segundo mandato do governo de Lupion, enquanto que, nos anos de 1951 a 1955, período em que o estado foi governado por Bento Munhoz da Rocha Netto, foram criados apenas quatro novos cursos normais regionais.

Gráfico 1- Demonstrativo da criação dos Cursos Normais Regionais no Paraná (1948-1957)



Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pelo governador Moysés Lupion, em 1958 (PARANÁ, 1958).

De acordo com Souza (2014), o governo de Moysés Lupion coincidiu com o ápice do movimento migratório que o Estado do Paraná vivenciou. Diante de tal cenário, observou-se a preocupação de seu governo em elevar o nome do estado do para figurar entre os primeiros da federação. Destacava que a educação era a principal possibilidade de consolidar o cenário socioeconômico, constituído por migrantes e imigrantes. Seria a educação o meio pelo qual se efetivaria o sistema econômico e político em consonância com o cenário brasileiro do período.

No entanto a educação ainda não era prioridade nos primeiros anos de seu governo. A maior preocupação, inicialmente, consistiu em melhorar a obsoleta infraestrutura estatal e a organização administrativa do estado. O sistema educacional paranaense, que começou a se delinear durante o primeiro mandato de Moysés Lupion, emergiu de necessidades da própria sociedade e da demanda que esta ocasionou em virtude do amplo crescimento populacional. O expressivo número de migrantes e imigrantes fez com que houvesse a criação de diversas escolas e a necessidade de se contratar profissionais. Para atender à demanda, Lupion, em ambos os mandatos, priorizou as escolas públicas, em especial as primárias rurais, tanto que, de 1951 a 1958, a preocupação centrou-se na construção de edifícios públicos voltados a esta modalidade de ensino, assim como na criação de cursos para formar profissionais qualificados a fim de suprir a demanda de professores para o magistério primário (SOUZA, 2014).

No mesmo período, Lima (2015) identificou, ao realizar a pesquisa intitulada *Escolarização primária no município de Cianorte*, que a educação primária rural da cidade seguiu os princípios da simplicidade e do barateamento, característicos desta modalidade de escola que se disseminou não somente no estado do Paraná, mas por todo o cenário rural brasileiro da época. Constata-se, portanto, que o período com maior construção de escolas rurais em Cianorte foi na década de 1960. Configurando-se da seguinte forma:

De 1956 até o final da década, onze escolas foram construídas e, durante a década de 60, a proliferação de instituições primárias na zona rural é visível [...], 48 unidades, marcando a expansão dessa modalidade de ensino no município. A partir de 1970, mais três escolas se estabeleceram, formando o conjunto de 62 escolas rurais na região (LIMA, 2015, p.93).

Apesar de numerosas, a maioria dessas escolas apresentava estruturas bem simples, tanto que apenas duas delas possuíam sanitários; as demais, somente mictórios feitos em madeira. Em relação aos materiais utilizados para a construção do espaço escolar, tanto para a utilização nas aulas quanto para a construção do espaço, eram muito simples e por vezes insuficientes. Dentre todas as cinquenta e sete escolas rurais em funcionamento no município, entre 1950 e 1990, somente duas possuíam número superior a duas salas de aula, sendo uma com três e a outra com seis salas; quarenta escolas possuíam apenas uma sala e, nas quinze restantes, havia duas salas, dados que possibilitam inferir que, na maioria das escolas rurais, predominava o ensino multisseriado. Nas salas de aula, havia mesas, carteiras duplas, quadro negro e giz, enquanto que os materiais didáticos utilizados pelos professores consistiam em livros e cartilhas (LIMA, 2015).

Em relação aos professores que atuavam nessas escolas, a autora supracitada identificou que 67% possuíam formação em nível médio; no entanto, parte significativa possuía apenas formação primária (8%) e ginásial (19%). Tais achados possibilitam afirmar que “[...] a falta de professores qualificados para a docência nas séries primárias foi um legado no século XX e fez parte da história do ensino primário rural cianortense” (LIMA, 2015, p. 136).

Apesar desta constatação, a criação de instituições escolares voltadas para a formação de professores normalistas foi uma constante durante todo o século XX. Em Cianorte, a primeira escola normal, denominada inicialmente Escola Normal Regional de Cianorte e posteriormente Escola Normal Regional Silva Jardim, iniciou suas atividades no ano de 1957, dois anos após a criação da primeira escola primária, a Casa Escolar Cianorte, ter sido criada por meio da iniciativa dos próprios moradores em 1955 (GONÇALVES, 2012).

A instituição que nos propomos a estudar manteve turmas durante os anos de 1957 a 1964 e, tendo como pressuposto que as fontes inventariadas só terão significado mediante o olhar do historiador, propomo-nos a analisá-las, tecendo, na próximo capítulo, uma das muitas perspectivas passíveis de serem elaboradas por meio da leitura e da análise dos documentos desta instituição de ensino.

3. A ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM: O RETRATO DE UMA ESCOLA NORMAL REGIONAL NO INTERIOR DO PARANÁ

Nosso intuito, neste capítulo, é evidenciar as diferenciadas maneiras de produção e percepção da cultura escolar por parte dos atores que compunham o cenário formado no seio da Escola Normal Regional Silva Jardim durante os anos de funcionamento da instituição.

Explicar as maneiras de produção e apropriação que ocorreram no interior da escola implica a necessidade de se sistematizar as práticas dos sujeitos que foram os responsáveis pela sua produção. Neste sentido, procuramos identificar, nos documentos inventariados, a cultura escolar do estabelecimento de ensino, uma vez que, como explicita Gonçalves (2006, p. 20), “[...] compreender as apropriações feitas pelos atores no cotidiano da escola é produzir uma história das práticas escolares, portanto compreender a produção da cultura escolar”.

Sob este propósito, identificamos que a cultura escolar que aqui pretendemos abordar vai ao encontro da definição de Julia (2001), que afirma ser a cultura escolar um conjunto de normas que define os conhecimentos e condutas a serem acatados e um conjunto de práticas que permite a transmissão e incorporação desses comportamentos. Desta maneira, interessa à investigação as normas e as práticas escolares.

Com base nesta assertiva, entendemos que a cultura escolar envolve toda a vida de uma instituição, desde aspectos que permeiam a construção de ideias, como ensinar e aprender, até mesmo como se deram as apropriações a respeito dos objetos, condutas a serem seguidas, hábitos e ritos criados em seu interior, dentre vários outros aspectos.

Neste sentido, Vidal e Schwartz (2010) afirmam que as investigações que vêm tematizando as investigações no campo da cultura escolar nos últimos anos têm elegido alguns pontos principais, a saber: espaços escolares, sujeitos da educação, tempos escolares, disciplinas escolares e cultura material escolar. Estes aspectos articulam-se entre si e convergem em dois eixos distintos: o primeiro refere-se ao funcionamento interno da instituição, e o segundo identifica as relações que a escola estabelecia com a sociedade e a cultura. Estas questões, que por vezes podem ser

discutidas separadamente, entrelaçam-se, auxiliando-nos a perceber as intrincadas relações históricas entre a história e a sociedade.

Reconhecemos que existem várias possibilidades de se tecer a narrativa por nós proposta, por isso, abordamos alguns aspectos, escolhidos de acordo com as estruturas disponíveis nos documentos, e propomos a análise dos dados da seguinte forma: a cultura material escolar, a cultura imaterial escolar, os alunos e os professores.

Em um primeiro momento, estabelecemos pormenorizar que estrutura material oferecia suporte ao funcionamento da instituição, identificando qual estrutura material a escola possuía e quais materiais didáticos eram utilizados. Em um segundo momento, detivemo-nos sobre os eventos cotidianos da instituição, as reuniões, as comemorações e os demais festejos realizados, ou seja, identificamos elementos efêmeros que perpassaram o cotidiano da escola. Por fim, adentramos em alguns aspectos das práticas escolares dos alunos e professores.

Desta forma, os documentos inventariados que apresentam vestígios acerca da configuração e estrutura da Escola Normal Regional Silva Jardim ofereceram suporte para a compreensão e caracterização dos espaços escolares que compunham o cenário específico desta instituição de ensino, criando uma das várias representações possíveis. Sobre as várias possibilidades de percepção do social, Chartier (1990, p. 17) nos adverte que:

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

O autor alerta que a discussão que nos propomos a realizar está inserida em um meio que não pressupõe neutralidade, que os discursos produzidos pelos sujeitos da ENRSJ são expressões de um cenário de concorrências, as quais ora legitimavam, ora contrapunham-se às diversas instâncias (sociais, culturais e políticas) relacionadas à instituição.

3.1 Os materiais pedagógicos e a estrutura da Escola Normal Regional Silva Jardim: A cultura material escolar

Nos últimos vinte anos, o interesse dos historiadores brasileiros da educação em investigar a cultura escolar vem crescendo consideravelmente. Tal crescimento ocorreu concomitante com a abertura política e no bojo da aproximação entre a história da educação e a disciplina de história, gerando um alargamento das fontes passíveis de interpretações historiográficas, como a utilização de fotografias, relatos orais, escritos e suas correlatas manifestações (VIDAL; SCHWARTZ, 2010).

Bencostta e Souza (2013) afirmam que a cultura material escolar dá visibilidade aos objetos que fazem parte das sociedades e são inerentes à vida humana. Assim, os sujeitos, ao interagirem com os objetos, não se mantêm passivos, ao contrário, constroem significações, constroem múltiplos sentidos aos objetos. Deste modo, a história da materialidade escolar, que põe em cena as diversas estruturas e instrumentos utilizados pelas instituições escolares, torna-se uma “[...] chave de leitura para compreender a escola e as relações dos sujeitos educacionais como o ensino, as práticas, as instituições e as ideias pedagógicas” (BENCOSTTA; SCHWARTZ, 2013, p. 16).

Objetivamos, portanto, por meio dos indícios encontrados nos documentos, identificar informações que dizem respeito à cultura material escolar da Escola Normal Regional Silva Jardim. Ao realizar a leitura dos livros ata, conseguimos levantar vários aspectos da estrutura existente na instituição. Dentre eles, o livro ata denominado “Inventário de materiais” revela, de forma detalhada, quais materiais serviram de suporte ao ensino na ENRSJ.

Nos quadros a seguir, descrevemos dois inventários de materiais realizados pela instituição. O primeiro deles data de 1958, ano seguinte ao início de funcionamento da instituição, e o segundo, é de cinco anos depois. Tendo em vista que seu objetivo é oferecer um panorama geral dos materiais pertencentes à escola, reproduzimos os quadros na íntegra, assim como foram originalmente elaborados.

Quadro 4- Inventário Geral dos materiais do Curso Normal Regional Silva Jardim em 25-08-1958

Espécie	Quantidade	Conservação	Em uso	Observação
Mesas	02	Bom	Sim	-
Escrivaninha	01	Bom	Sim	-
Armários	02	Bom	Sim	-
Cadeiras	06	Bom	Sim	-
Carteiras	60	Bom	Sim	-
Potes	02	Bom	Sim	-
Baldes	03	Bom	Sim	-
Quadro Negro	02	Bom	Sim	-
Escovão	01	Bom	Sim	-
Escovas	02	Bom	Sim 01	-
Vassouras de pelo	04	Bom	Sim 02	
Vassouras de palha	01	Bom	Sim	
Sapata de escovão	01	Bom	Sim	
Sabão	15 pd.	Bom	Sim	
Creolina	03	Bom	Sim	
Giz	20 cx.	Bom	Sim	
Sacos vazios	12	Bom	Sim	
Bacia de esmalte	01	Bom	Sim	
Banda tambor	1/2	Bom	Sim	Adq. pela escola 20.000,00
Coleção Pedagógica	02	Bom	Sim	8000,00
Coleção História	01	Bom	Sim	1000,00
Livro de matrícula	02	Bom	Sim	
Livro de correspondência	01	Bom	Sim	
Livro de Circulares recebidas	01	Bom	Sim	
Livro Histórico do Curso	01	Bom	Sim	
Livro de assentamento dos professores	01	Bom	Sim	
Livro das reuniões mensais	01	Bom	Sim	
Livro de despesas do curso	01	Bom	Sim	
Livro de penalidade dos alunos	01	Bom	Sim	
Ocorrências do CNR	01	Bom	Sim	
Livro ata das festas do CNR	01	Bom	Sim	
Assim. p/r de provas	01	Bom	Sim	
Livro do inventário do CNR	01	Bom	Sim	
Livro dos materiais pedidos e recebidos	01	Bom	Sim	
Ass. Exposição	01	Bom	Sim	
Biblioteca C. Alves	01	Bom	Sim	
Livros de matrícula	03	Bom	Sim	
Livros Biblioteca	22	Bom	Sim	Ofertados
Bandeira do Brasil	01	Bom	Sim	
Bandeira do Paraná	01	Bom	Sim	
Grampeador	01	Bom	Sim	
Caixas de Grampo	08	Bom	Sim	
Lápis n.02	10	Bom	Sim	
Blocos diminuta	15	Bom	Sim	
Folhas papel ofício	50	Bom	Sim	
Envelopes carta	50	Bom	Sim	
Envelopes Ofício	50	Bom	Sim	
Papel cópia	100	Bom	Sim	
Apagadores	08	Bom	Sim	
Álbum para fotografias	01	Bom	Sim	Adquirido

Lôto Vispora	01	Bom	Sim	
Caixas de tinta escrever	04	Bom	Sim	
Papel Carbono (folhas)	30	Bom	Sim	
Bloco Memorando	08	Bom	Sim	
Papel sem pauta	50	Bom	Sim	
Folhas de pagamento	40	Bom	Sim	
Tiras mataborrão	10	Bom	Sim	
Livros ponto	03	Bom	Sim	
Lápis bicolor	12	Bom	Sim	
Canetas	08	Bom	Sim	
Fichas CNR	100	Bom	80	
Boletins CNR	100	Bom	80	
Capas CNR	150	Bom	80	
Pastas M. 17	100	Bom	80	
Folhas M. 5	500	Bom	Usadas	
Ficha M. 8	100	Bom	Em uso	
Capachos de Cocos	03	Bom	Em uso	
Caixas de alfinete	03	Bom	Em uso	
Caixa de clips	01	Bom	Em uso	
Caixa de percevejo	01	Bom	Em uso	
Livros M. 32	10	Bom	5 em uso	
Requerimento de exame de admissão	100	Bom	Em uso	
Toalhas de rosto	06	Bom	3 em uso	
Quadros morais	14	Bom	Em uso	
Atas de exame oral	100	Bom	10 usadas	
F. C. de Conclusão	100	Bom	Sem usar	
Pasta com circulares	01	Bom	Em uso	
Pasta com Edital	01	Bom	Em uso	
Pasta de correspondência	01	Bom		
Maçaneta	01	Bom	Em uso	Ofertada

Fonte: Livro Ata do inventário de materiais (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1965).

Os materiais pertencentes à instituição, após um ano de existência, revelam a simplicidade das condições de funcionamento do curso. Dentre os bens descritos, observa-se que a grande maioria consiste em objetos pertencentes à secretaria, alguns materiais de limpeza e sessenta carteiras, dois armários, duas mesas e dois quadros-negros, dos quais os quatro últimos indicam a estrutura de duas salas de aula. Além disso, podemos constatar que alguns materiais foram adquiridos com verbas próprias do curso (Banda de tambor, Coleção Pedagógica, Coleção de História e Álbum de fotografias), enquanto outros, como livros da biblioteca e maçaneta, foram ofertados. Cinco anos depois, os bens materiais pertencentes à Escola eram os seguintes:

Quadro 5- Inventário Geral dos materiais da Escola Normal Regional Silva Jardim realizado em 23-04-1963

Espécie	Quantidade	Conservação	Em uso	Observação
Mesas	02	Bom	Sim	-
Escrivaninhas	01	Bom	Sim	
Armários	02	Bom	Sim	
Cadeiras	03	2 boas 1 má		
Carteiras	-	-	-	-
Potes	02	Bom	Sim	
Baldes	02	Bom	Sim	
Quadro negro	02	Bom	Sim	
Escovão	01	Má	Sim	
Escovas	01	Má	Sim	
Vassouras	02	Boas	Sim	
Giz	14 cx.	Bom	Sim	
Bacia de esmalte	01	Bom	Sim	
Banda Tambor	1/2	Bom	Sim	
Livro de matrícula	01	Bom	Sim	
Livro de correspondência	01	Bom	Sim	
Livro de circulares recebidas	01	-	-	
Livro do Histórico do curso	01	Bom	Sim	
Livro da reuniões mensais	01	Bom	Sim	
Livro das despesas do curso	01	Bom	Sim	
Livro ata de festas	01	Bom	Sim	
Livro ata de entrega de diplomas	01	Bom	Sim	
Livro ata de registro de diplomas	01	Bom	Sim	
Livro de Inventários	01	Bom	Sim	
Livros de protocolos	01	Bom	Sim	
Livro de avisos	01	Bom	Sim	
Livro de ocorrências	01	Bom	Sim	
Livros	02	Bom	Sim	
Livro Ponto	02	Bom	Sim	
Livro de pedidos e recebidos	01	Bom	Sim	
Ass. Exposição	01	Bom	Sim	
Biblioteca Castro Alves	01	Bom	Sim	
Livros	02	Bom	Sim	
Livros da biblioteca	233	Bom	Sim	
Bandeira do Brasil	01	Bom	Sim	
Bandeira do Paraná	01	Bom	Sim	
Folhas de papel ofício	53	Bom	Sim	
Folhas de papel cópia	230	Bom	Sim	
Envelopes ofício	155	Bom	Sim	
Apagadores	4	Bom	Sim	
Álbum para fotografias	01	Bom	Sim	
Víspera	01	Bom	Sim	
Papel carbono	12	Bom	Sim	
Fichas	159	Bom	Sim	
Boletim	149	Bom	Sim	
Reg. de exames de admissão	83	Bom	Sim	
Toalhas de rosto	03	Bom	Sim	
Quadros educativos	02	Bom	Sim	
Req. Ex. admissão	83	Bom	Sim	
Toalhas de rosto	03	Bom	Sim	
Quadros educativos	02	Bom	Sim	

Req. II época	80	Bom	Sim	
F. Desenho	98	Bom	Sim	
Modelo 18	58	Bom	Sim	
Cadeiras	12	Bom	Sim	Rec. 26/05/62

Fonte: Livro Ata do inventário de materiais (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1965).

Em um primeiro momento, podemos observar o incremento dos bens adquiridos pela escola. Constatamos que vários materiais foram adquiridos, enquanto outros, permaneceram em mesmo número ou até em número inferior, como o caso das cadeiras, escovão e escovas, cujo documento denuncia a deterioração, descrevendo a conservação como estando em más condições de uso depois de alguns anos. Também não se observa uma evolução dos bens da escola, excetuando-se os livros da biblioteca, que saltaram de 22, em 1958, para 233 em 1963 (conforme consta na ata do inventário de materiais de 1963), a estrutura do curso se manteve praticamente inalterada, apontando certo grau de estagnação da composição material do curso.

Sobre a organização escolar das Escolas Normais Regionais, a Lei Orgânica do Ensino Normal n. 8530, de 1946, instituiu, no Artigo 42, que os estabelecimentos que desejassem a outorga do ensino normal deveriam manter “prédios e instalações adequadas”, as demais orientações sobre a organização interna foram outorgadas a cada unidade federativa nos seguintes dizeres:

Art. 45. A organização interna e demais condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino normal serão definidas, para cada unidade federada, na conformidade da legislação complementar e regulamento que, sobre a matéria, forem expedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.

§ 1º A legislação de cada Estado deverá definir o caráter especializado dos cursos normais regionais, segundo as condições de vida, social e econômica das diferentes zonas de seu território, podendo igualmente limitar o funcionamento desses cursos a algumas delas, ou só e determinada zona (BRASIL, 1946, p. 7).

Por meio dessas orientações, observamos que foi permitido a cada estado organizar os cursos normais regionais da maneira que melhor lhe apossasse. No Paraná, a regulamentação dessa modalidade de curso normal foi realizada pelo Decreto n. 19891/55. Esse documento, apesar de não conter orientações específicas que nos esclareçam sobre os materiais oferecidos para a organização interna da instituição, ao versar sobre as obrigações da secretaria, deixa alguns indícios sobre o

porquê da existência de uma grande quantidade de material pertencente a esta parte da escola.

Art. 90 - A Secretaria terá a seu cargo todo o serviço de escrituração, arquivo, fichário e correspondência do estabelecimento. [...]

Art. 94 - A secretaria além dos livros necessários para o expediente, terá mais os seguintes:

- a) registros de títulos do pessoal docente administrativo;
- b) inscrição de matrícula;
- c) registro de notas e exames;
- d) registro de exames e seleção;
- e) lançamento do inventário do arquivo;
- f) inventário geral dos móveis e utensílios do estabelecimento;
- g) receita de despesas da escola;
- h) entradas e saídas do almoxarifado;
- i) registro de visita de pessoas ilustres;
- j) registro de diplomas;
- k) registro de títulos e portarias;
- l) registros de termos de compromisso;
- m) registro de história do estabelecimento;
- n) registro de atas das sessões da congregação;
- o) registro de penas impostas ao corpo discente;
- p) registro de penalidades aplicadas ao corpo docente e administrativo;
- q) anotação de ocorrência que se derem com o pessoal do estabelecimento.

Art. 95 - Além dos livros especificados no artigo antecedente, poderá o Diretor do estabelecimento fazer utilizar os que julgar necessário.

Art.96 - O arquivo é órgão subordinado ao secretário e destinado a:

- a) guardar os documentos que lhe sejam enviados pela secretaria;
- b) fornecer certidões de documentos a êle confiados (PARANÁ,1955).

Estas instruções aproximam-se de parte dos materiais descritos no inventário. Verificamos que a maioria dos registros oficiais era feito, em forma de atas, escritas em livros próprios para essa modalidade de registro. Ademais, percebe-se a utilização de fichas pré-fabricadas, boletins, papéis de diversos tipos, como carbono, papel ofício e papel cópia, além dos materiais de uso contínuo como lápis, grampeadores, canetas, dentre e outros da mesma categoria de uso.

Observamos que alguns documentos relacionados nos inventários se perderam com o passar do tempo. O *Livro de Circulares Recebidas*, *Livro de Ocorrências* e o *Álbum de Fotografias* da escola não estão entre os documentos preservados e por nós inventariados.

Quanto à origem dos materiais que a escola possuía, observa-se que a maioria era oriunda de verbas do estado, enquanto que alguns eram ofertados pela

comunidade e, outros, ainda, eram adquiridos com verbas próprias da escola, obtidas por meio de promoções. Na sua maioria, os materiais utilizados pela instituição indicam que a escola mantinha uma estrutura bastante simples, já que, nas salas de aula, havia basicamente carteiras comuns, armários, lousas e seus suportes, apagador e giz.

Esta gama de materiais foi introduzida no cotidiano escolar, de um modo geral, a partir do movimento de renovação pedagógica que ocorreu no século XIX. Naquele momento, diversos países experimentaram novas modalidades de organização escolar, especialmente a primária, visando à universalização do ensino. Seguindo esta corrente renovadora, o método intuitivo, também denominado “lição de coisas”, ganhava grande visibilidade como uma das principais matrizes discursivas para a internacionalização da educação no período. A proposição deste método exigia grande variedade de instrumentos, por ser dever da escola colocar as crianças em contato com objetos, dado que os sentidos eram fonte do conhecimento do mundo material. “Deste modo, se tornou imperiosa a necessidade de materiais didáticos para a adoção do método intuitivo [...] (SOUZA, 2013, p. 106).

Sobre a necessidade de se trabalhar com objetos no cotidiano escolar, Vidal e Schwartz (2010) afirmam que, associado ao dispositivo de obrigatoriedade escolar, o método de lições de coisas:

[...] transformou a escola em um grande mercado consumidor de objetos. Uma indústria escolar floresceu em meados do século XIX e continua a atuar até os dias de hoje no fornecimento de material escolar, livros didáticos, móveis e tecnologias consumidos, mas adquiridos de várias formas: por alunos, suas famílias ou pelo próprio Estado (p. 31).

No entanto este amplo movimento em prol da utilização de objetos no cotidiano escolar – que resultou em uma série de reformas educacionais em fins do século XIX na província de São Paulo – encontrou fortes empecilhos devido à falta de recursos para suprir a grande demanda por materiais. Aos poucos, a dotação de artefatos para as escolas foi se restringindo apenas ao indispensável, consagrando-se o uso sistemático de cartilhas, quadros-negros, giz, cadernos e lápis. Somente a partir de meados do século XX que o discurso pedagógico deixou de dar ênfase aos objetos e ao ensino sensorial. Nesse momento “[...] as novas concepções educacionais passaram a realçar a necessidade de adaptar a escola ao meio social [...] o que

implicava, entre outros aspectos, a adoção de novas tecnologias” (SOUZA, 2013 p.108).

As novas tecnologias que passaram a figurar no cenário educacional desde os anos vinte do século XX estavam atreladas ao movimento da Escola Nova. Valdemarim (2004) esclarece que, no ensino intuitivo, o método era definidor da profissão docente, enquanto que, com a Escola Nova, o método passou a ser definido pela aprendizagem do aluno.

Sobre a irradiação do movimento da Escola Nova no Brasil, Valdemarim (2010) localizou (embora salientando que periodizações podem ser sempre discutíveis) que, num período de sete anos, entre 1926 e 1932, floresceram os eventos educacionais que apresentavam a conotação renovadora do que mais tarde veio a denominar-se Escola Nova. Neste período, houve uma grande agitação de ideias provocada pelo inquérito realizado por Fernando de Azevedo no Jornal Folha de São Paulo, seguido de várias publicações e ganhando ênfase nacional por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

Todo este amplo movimento em prol de concepções inovadoras colocou em voga um novo sistema doutrinário que defendia a renovação das práticas pedagógicas vigentes e promoveu reformas educacionais em diversos cantos do país. No entanto compreender este novo modelo para a profissão docente só é possível por meio da análise de seus formuladores e divulgadores. Na base do movimento, temos a figura do norte americano John Dewey e, como principais divulgadores de suas ideias no Brasil, figuram em destaque os nomes de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Francisco Campos, que, junto a muitos outros intelectuais, promoveram várias reformas educacionais e ações editoriais que defendiam a escola “como projeto para o futuro” (VALDEMARIM, 2004, p. 88).

Souza (2013) esclarece que esta mudança de foco do método pedagógico ocasionou uma mudança no modo de seleção dos objetos: de “uma escolha do adulto”, passou a figurar como “[...] recursos auxiliares que devem ser disponibilizados pela escola para favorecer a atividade do aluno”. Assim, para os renovadores da Escola Nova no Brasil, que defendiam uma reorganização radical da escola,

[...] ela deveria constituir-se em elemento transformador do meio social, abrindo-se à comunidade e intervindo nos processos sociais. Dessa maneira, era justificada a relevância das instituições auxiliares da escola – bibliotecas, museus, cooperativas, associações de pais e mestres, caixa escolar, clubes de leitura, assistência médica e

dentária, pelotões de saúde, ligas de bondade, entre outras -, e a adoção de um aparelhamento escolar mais sofisticado, incorporando inclusive as novas tecnologias da comunicação. Esse entendimento da escola como instituição social foi claramente defendida no Manifesto da Educação Nova [...] (SOUZA, 2013, p. 108-109).

A autora acrescenta que, para além desse aparelhamento, muitos outros objetos foram incorporados ao cotidiano escolar, como álbuns, diários individuais ou de classe, brinquedos e afins, dispositivos e diafilmes, gravuras, tabuleiros, dentre outros objetos que tinham como finalidade promover uma prática do ensino ativa, estimulando a criança em suas experiências de aprendizagem.

Neste sentido, identificamos a presença de alguns objetos que traduzem esta materialidade escolanovista: dois quadros educativos, um quadro de esqueleto, dois quadros do reino animal, um quadro de iniciação geográfica, um quadro de história da pátria e dois mapas do Brasil e do Paraná, que serviam de suporte às aulas ministradas na instituição. Ademais, nos seus poucos anos de funcionamento, a instituição dedicou-se a promover a constituição de um acervo para a biblioteca. De acordo com Souza (2013), as bibliotecas, tanto pedagógicas, destinadas ao uso dos professores, quanto as infantis e de literatura foram muito enfatizadas no seio do movimento escolanovista, por serem vistas como elementos primordiais para a promoção e aperfeiçoamento da leitura, bem como “[...] instrumento auxiliar dos estudos à medida que propiciavam fontes de informação e como meios para despertar, desenvolver e manter o gosto pela leitura” (p. 110).

Assim, por meio do quadro abaixo, é possível observar o acervo completo da biblioteca da instituição na ocasião do encerramento das atividades em 1965. Nesse ano foi feito um levantamento de todos os títulos presentes no acervo com o intuito de repassá-lo à Escola Normal Colegial Candido Portinari, que veio a substituir o curso de nível ginasial e passou a ser responsável pela formação de normalistas desde então. Com o intuito de informar seu conteúdo, é transcrito na íntegra:

Quadro 6- Levantamento dos Livros da Biblioteca da ENRSJ realizado em 15-02-65

TÍTULO	QUANTIDADE	AUTOR
História Universal	32	Césare de Cantir
Geografia das crianças	01	Garantia Cultural
Aventuras de Xisto	01	Garantia Cultural
Trindade	01	Garantia Cultural
Papai Noel	01	Garantia Cultural
Bandeira das Esmeraldas	01	Garantia Cultural
Gazuza	01	Garantia Cultural

Meu Torrão	01	Garantia Cultural
A Macacada	01	Garantia Cultural
Pinochio	01	Garantia Cultural
Imposto Fiscal	01	E. Pub. Assoc. Paulista
Sociologia	01	G. Freire
Obras completas de R. B.	-	MEC
Revista do Livro	03	MEC
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	01	MEC
Páginas difíceis da bíblia	01	A. Piazza
Havia uma oliveira no Jardim	01	Álvaro Moreira
Dicionário Bibliográfico do Paraná	01	Júlio E. Moreira
Côrte P. de Justiça Internacional	01	MEC
O problema de língua brasileira	01	MEC
Vida e Obra de R. Correia	01	MEC
Bibliographia Franco Presidente	02	MEC
Vida e obra de Alv. Peixoto	01	MEC
Memória Histórica	01	Antônio V. dos Santos
Correspondência Ativa	01	MEC
Poesia e Prosa do Cotidiano	01	André Carrazoni
Bibliografia Brasileira da Educação	08	MEC
Educação e Ciências Sociais	07	MEC
Terras onde se fala o português	01	Maria Archer
C. Bevilaqua s/ Atividades	01	C. X. Paes Barreto
Enigma da atlântida	01	Pongetti
O país do não chove	01	Thomero Thomieu
O arranha céu de vidro	01	Cassiano Ricardo
Novos Est. De Geog. Hum. Brasileira	01	P. Monbeig
M. de Assis e outros estudos	01	A.F. Pimentel
Caçadas e Pescarias	01	Pongetti
Rosinha vai a N. York	01	Nauda Ferraz
Tempo Brasileiro	01	E. Partel
Paisagens humanas	01	AntonioVersiani
Seis Estórias verdadeiras	01	Anhambi
Bibliog. Bras. de educação	01	C.B. P. E.
Mineralogia e Geologia	01	MEC
Prog e Liv. Didático de Geografia	01	Prof. James C. da Fonseca
Programa de Português	01	Nelino de Mello
Pedreira das Almas	01	Jorge Andrade
O Brasil e suas riquezas	01	W. Potsch
Manual do professor primário	02	S. E. C.
Sérios e Vadios	01	Djalma Gusman
Sertão da Onça	01	Pongetti
Do Latim ao Português	01	MEC
Obras Comp. De R. Barbosa	01	MEC
Sociologia Educacional	01	Fernando de Azevedo
Os escravos	01	Castro Alves
Os 2 Gêmeos	01	C. Schmid
Fan-fan	01	Lina Gali
Fan	01	Hipólito Therez
O fumo e o saúde	01	Alfonas Balbachas
A carne e a saúde	01	Alfonas Balbachas
O escravo de Cartagena	01	R. de Tarso
Flores do céu	01	Pe. Bruno Metzen
O futuro decifrado	01	E. G. White
O álcool e a saúde	01	A. Balbachas
Florestas de exemplos	01	João Ribeiro
Seleções	01	R. Digest
Formas e Tabelas	01	Jorge Bosany

Biblioteca de seleções	01	R. Digest
Ciências da saúde	01	D. Micolici
Tristezas a B. Mar	01	M. P. Chagas
A tragédia da minha vida	01	Oscar Wilde
Nos sertões do Araguaia	01	Th. Ribeiro da Silva
N. de Geog. Geral	01	Gama Filho
2. Livro de Francês	01	A.T. Jacobina
O Rei Cavaleiro	01	R. Calmon
Os marechais se rendem	01	Adriano Grego
Horas de combate	01	Ricardo Liberale
Vm. Novo mundo	01	A. Balbachas
Kings English	01	Th.Th. Binnus
Int. Met. Aos Est. Sociais	01	A. de Carvalho
Latim	02	Pe. M.M. Garcez
Latim	01	Aída Costa
Poesias Completas	01	Aída Costa
No Reino dos Animais	01	E. Pernetá
Lar Ideal	01	Floyd. Bralliar
Um Novo Mundo	01	A. G. White
Uma Moça de Hoje	01	Alf. Balbacha
Exerc. Espirituais	01	T. Tribly
Coelho Neto	01	Rodolfo Sméten
Poesia	01	Romance
Crítica	01	J. Albano
Poesias completas de L. Rabêlo	01	J. Veríssimo
Mar do Conto Francês	01	Antenor Mscentes
Mar do Conto Hisp. Americano	01	Ed. Cavalheiro
Mar do Conto Inglês	01	Ed. Cavalheiro
Mar do Conto Português	01	Ed. Cavalheiro
Memórias	01	Th. De Campos
Mar do Conto Alemão	01	Ed. Cavalheiro
História Geral	01	Delg. De Carvalho
Ciências Naturais	01	Carina Falleiros
A evolução da Sociedade de insetos	01	A. N. Morley
Mar do conto brasileiro	01	Ed. Cavalheiro
O Folclore Negro	01	Artur Ramos
Est. E Pesquisas	01	MEC
Ed. E Ciências Naturais	03	MEC
Práticas de Ciências	01	MEC
Est. Da Soc. E História	01	Newton D. dos Santos
Est. De Soc. E História	01	Anhemi
Puro Canto	01	T. da Silveira
A Época e o Homem	01	Tobias Barreto
Antes que o médico chegue	01	Dr. Th O. Swartot
Inic. A Ciências	01	Julian Thuxley
As mais Belas Flôres	01	G. Franciosi
Francês	01	Ed. Paulo de Azevêdo
Matemática	01	C. Galante
Atomos da Paz	01	J. N. Siqueira
Desenho	01	R. Rotandaro
Palestras s/ fio	01	V. Uzêda
Crítica	01	M. de Assis
Mar do Conto Russo	01	Edgar Cavalheiro
A Ciência do Bom Viver	01	Ellen G. White
Rev. do Livro	01	MEC
Viagem através do Brasil	01	A. Espinheira
O Sonho	01	E. Zala
Leon Marin Padre	01	B. Beck

Vida de Jesus	01	G. White
D. José A. Reis	01	Aquino Corrêa
Ciência na Esc. Primária	01	MEC
Chão do Inferno	01	R. Marques
Oswaldo Cruz	01	R. S. Fleury
Ed. p/ uma socied. De TH. Livres	01	Georges S. Connts
A máscara de Ferro	01	Al. Dumas
A form. Hist. de M. Gerais	01	D. de Carvalho
Como os países s/ governados	01	C. L. George
Francês	01	Ang. R. Rainha
Ed. E Ordem Social	01	B. Russel
Quo Vadis	01	Alfredo Gomes
Robinson Crusoe	01	Daniel Delfore
Aventuras de Xisto	01	L. M. de Almeida
Caixinhas de Bombas	01	A. de Albuquerque
Back	01	O. W. S. Deucher
Reconstrução em Filosofia	01	Jhon Dewey
Mar do conto italiano	01	Ed. Cavalheiro
Cenas da vida Brasileira	01	Marques Rebelo
Francês	01	Luiz ap. Vitória
Metodologia da Matemática	01	Irene de Albuquerque
English	01	S. J. Schmidt
Cuidados com a pele	01	José L. de Oliveira
Livro de leitura	01	Frei Bruno
Bliblia Sagrada	01	João F. de Almeida
Química	01	Geraldo C. de Carvalho
Português para o curso técnico	01	José C. Júnior
Latim	01	J. L. de almeida
Coração	01	Ed. de Amicis
Geog. da Fome	02	Josué de Castro
O Brasil no Pens. Brasileiro	01	MEC
Sociologia	01	G. Freire
Bibliog. Bras. De e educação	01	A.B.P.E.
O mundo da Criança	03	-
Os Cav. Platiplanto	01	J. J. Veiga
Desenv. e Independência	01	J. Goular
Banhado em Flor	01	M. Ramos
Bibliog. Brasileira	03	MEC
O Bicho de pé	01	Celso Brant
Curso Matemática	01	A. M. Maeder
Mus. p/ Infância	01	José Siqueira
História da Pedagogia	01	L. Riboulet
Regras práticas B. maneiras	01	Maureen Daily
Catulo da Paixão Cearense	04	Nelson Pilo
Ver. Da Pedagogia	01	A. E. P.
137 anos a serviço da Cultura	01	-
Sup. Da Ver. Do Livro	01	-
Romances Completos	01	Afrânio Peixoto
Memória Histórica	01	A. V. dos Santos
Ver. Bras. De Estudos	01	MEC
Bibliog. Brasileira	01	MEC
Memória Histórica	01	Ato. Vieiro dos Santos
Enciclopédia Brasileira	01	Alarico Silveira
Antologia	01	Matos Câmara
O mundo da criança	03	-
Antol. da Leit. Mundial	03	-
Nossos Clássicos	01	Cruz e Souza
Psicologia Social da Educação	01	Henning

A formação do Educando	01	Roger Consinez
A Educ. Funcional	01	Claparede
Educação p/ a Democracia	01	Anísio Teixeira
Pedagogia Científica	01	Aguaio
Didática da Escola Nova	01	Aguaio
Noc. de Psicologia Aplic. A Educação	01	Camile Melinand
Democracia e Educação	01	Jhon Dewey
Noc. de Adm. Escolar	01	Teobaldo M. Santos
Noc. de Psic. Da Criança	01	Teobaldo M. Santos
Metod. Do Ensino Primário	01	Teobaldo M. Santos
Noções de prática de ensino	01	Teobaldo M. Santos
Curiosidades	04	W. R. Vidal
Psicol. Evolut. Da çç e de Adolesc.	01	Mira J. Lopez
Valorize s/ Personalidade	01	David Fink
Domine s/ sistema nervoso	01	David Fink
Problemas atuais de Psicologia	01	Mira J. Lopez
História Geral do Brasil	08	Warnhagen
A Cultura Brasileira I	01	Fernando de Azevedo
A Cultura Brasileira II	01	Fernando de Azevedo
A Cultura Brasileira III	01	Fernando de Azevedo
A educação e s/ Problemas I	01	Fernando de Azevedo
A educação e s/ Problemas I	01	Fernando de Azevedo
A educação entre dois mundos	01	Fernando de Azevedo
O trem corre p/ Oeste	01	Fernando de Azevedo
Princípios de Sociologia	01	Fernando de Azevedo
Sociologia educacional	01	Fernando de Azevedo
C. e Eg. de V. Política	01	Fernando de Azevedo
Novos Caminhos e Novos Fins	01	Fernando de Azevedo
Noções de Psicologia	01	Lago Pimentel
Problemas da adolescência	01	Boisson Cardoso
Juaz. De Pe. Cícero	01	Lourenço Filho
Teor. e Pesquisa em Sociologia	01	D. Pierson
Log. e Filos. Das Ciências	01	G. Grauger
Um. Ed. Brasileiro	01	L. Filho
A arte de traduzir	01	B. Silveira
Pequena Hist. Da Arte	01	P.M. Bardi

Fonte: Livro Ata do inventário de materiais (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1965).

O acervo que constituía a biblioteca da Escola Normal Regional Silva Jardim era composto predominantemente por obras de literatura nacional e internacional, uma enciclopédia, alguns títulos traduzidos de autores estrangeiros, livros de literatura infantil e livros didáticos.

No que se refere aos livros, criamos cinco grupos distintos de obras com a finalidade de contextualizar tais publicações no tempo, espaço e meio social em que foram adquiridas. Propusemo-nos, portanto, a responder as seguintes questões: Qual a origem do acervo que compunha a biblioteca da escola? Por que títulos específicos faziam parte do acervo da Escola Normal Regional Silva Jardim?

A primeira possibilidade de agrupamento por nós visualizada diz respeito aos títulos de literatura geral. Dentre eles, identificamos obras de grandes autores

brasileiros e estrangeiros como Castro Alves, João Ribeiro, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Verissimo, Oscar Wilde, Alexandre Dumas e Daniel Defoe; além de títulos relacionados à literatura infantil, como Pinocchio, Aventuras de Xisto, Papai Noel, Gazuza, A macacada, entre outros.

A presença de títulos diversificados nas bibliotecas brasileiras enquadra-se no que Silva (2011) caracteriza como uma tentativa de expandir as bibliotecas escolares para setores mais carentes, em particular as de caráter público. Este movimento, que ocorreu a partir dos anos 30 do século XX, estava intrinsecamente vinculado com as ideias escolanovistas, e encontrou campo fértil nas reformas do ensino primário e normal de 1946. Todavia o autor afirma que este movimento de criação de bibliotecas, característico das décadas de 1930 e 1940, menosprezou “[...] o potencial educativo e informacional da biblioteca escolar, predominando nela, ainda hoje, a composição de um espaço qualquer de livros de qualquer natureza, dentro da escola” (SILVA, 2011, p. 7). Ou seja, apesar de as bibliotecas, teoricamente, representarem um importante meio para se atingir o processo ensino-aprendizagem, grande parte delas adquiriu seus acervos aleatoriamente.

Verificamos que a biblioteca da Escola Normal Regional Silva Jardim em parte foi constituída com títulos aleatórios, visto que consta no *Livro ata das Comemorações* que, em 1961, a instituição realizou um evento envolvendo a comunidade escolar, cuja finalidade foi angariar títulos para compor a biblioteca da escola. A “Semana do Livro”, como foi nomeada, realizou um baile que arrecadou uma considerável quantia de dinheiro, o que possibilitou à instituição adquirir vários livros para o acervo da biblioteca.

[...] iniciando a Sra. Diretora, tomando a palavra, disse da finalidade da mesma, digo da reunião. Em seguida pediu às diversas séries, que trouxessem à mesa, os volumes angariados durante a “Campanha do Livro”, realizada nesta semana por todos professores e alunos. Foram entregues 70 volumes de obras diversas, como resultado do bom êxito da campanha [...] (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

O segundo agrupamento que realizamos, com o intuito de contextualizar o acervo da ENRSJ, ocorreu devido à verificação de muitos títulos de livros que se enquadram como manuais didáticos. Por exemplo, os trinta e dois exemplares do livro *História Universal* de Césare de Cantir, e os livros *História Geral* de Delgado Carvalho, *Ciências Naturais* de Carina de Falleiros, *Sociologia* de G. Freire, *Programa de*

Português de Nelino de Mello, *Noções de Geografia Geral* de Gama Filho, *Matemática* de C. Galante, dentre outros.

Os manuais didáticos por si só constituem um campo promissor para os estudos das práticas pedagógicas. Choppin (2004) aponta que, nos últimos trinta anos, “[...] a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno movimento” (p. 549), desta forma, encontramos uma extensa bibliografia que, ora discute a história dos manuais didáticos, ora concentram-se em estudá-los individualmente. Como exemplo, podemos citar Bittencourt (2004), Valdemarim e Campos (2007), Valdemarim (2010), Carvalho e Toledo (2006), Silva (2006), Santos (2005), Almeida Filho (2008), entre tantos outros que se dedicam aos estudos dos manuais didáticos.

Diante da impossibilidade de realizar uma discussão aprofundada sobre o assunto, elegemos a obra *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*, da autora Vera Teresa Valdemarim (2010), para subsidiar nossa compreensão a respeito dos manuais didáticos da ENRSJ. Ao realizar a análise dos manuais dos autores João Toledo e Antônio D’avila, a autora deixa algumas perspectivas importantes para a compreensão da produção desse repertório literário que emanou das ideias da Escola Nova.

Os manuais didáticos são, acima de tudo, expressão das teorias e das novas práticas em vigor no cenário brasileiro a partir de meados da década de 1920. Seus autores apropriaram-se das ideias em circulação e produziram versões praticáveis em forma de impressos. Esta espécie de publicação atuou no sentido de disseminar mudanças no sistema educacional, oferecendo ênfase aos procedimentos cotidianos, ou seja, às atividades didáticas (VALDEMARIM, 2010).

Desta forma, os textos se articulam e oferecem um sentido que busca mudar a realidade, procurando manter uma ligação com a conjuntura de ideias por ele representado. Os manuais, semelhantemente, são exemplos de apropriações e concepções de um determinado discurso pedagógico (no caso, o escolanovista) e apresentam prescrições práticas em consonância com a teoria. No entanto, cabe salientar que o grande número de manuais em circulação neste período expressa diferentes interpretações, dialogando com várias instâncias, como as políticas públicas, por exemplo, e, assim, comunicam significados, “[...] operando como dispositivos modeladores da ação” (VALDEMARIM, 2010, p. 134).

Os autores dos manuais ocupam uma posição que expressa grande experiência no magistério, uma vez que, de maneira geral, ela é sempre posta como justificativa para a elaboração dessas publicações. Deste modo, os manuais produzidos apresentam um misto de práticas já estabelecidas e emergentes que se tornam decisivas para a disseminação e desenvolvimento da cultura pedagógica de determinado período. Quanto à circulação, a autora esclarece que ela varia:

[...] conforme sua inserção no campo editorial e depende da tiragem e do número de edições, da expressividade da editora, da articulação com a legislação, da chancela e do financiamento de órgãos públicos e da aquisição particular ou da distribuição gratuita nas escolas. Essa produção se firma tanto pelo respaldo institucional quanto pela acolhida dos leitores e, para isso, se vale do prestígio dos autores, da mobilização de outros veículos para sua divulgação e do fato de apresentar-se como resposta às necessidades dos profissionais da educação (VALDEMARIM, 2010, p. 132).

Diante disso, constatamos que o acervo de manuais didáticos da ENRSJ constitui-se em expressão de seu meio social e uma representação das ideias pedagógicas escolanovistas em vigor na época, visto que, como salientam Vidal e Schwartz (2010, p. 31), o comércio dos livros escolares “[...] é a ponta mais visível desse jogo econômico que tem implicações sobre a construção dos saberes e as suas formas de disseminação, bem como sobre o desenho das práticas pedagógicas”.

Com base nesta premissa, observamos a possibilidade de mais dois agrupamentos de obras, dentro dos manuais didáticos presentes no acervo da ENRSJ. Assim, a terceira seleção que realizamos deu-se devido à presença de vários títulos de intelectuais brasileiros e estrangeiros, cujos nomes são expoentes da Escola Nova. Chamou-nos a atenção títulos como *Sociologia Educacional* e mais onze títulos de Fernando de Azevedo, *Reconstrução em Filosofia e Democracia e Educação de John Dewey*, *Educação para a Democracia* de Anísio Teixeira, *Educação Científica e Didática da Escola Nova* de Aguayo, *Um Educador Brasileiro* e *Juazeiro de Padre Cícero* de Lourenço Filho.

A presença desses títulos consiste em um meio para se compreender o intrincado relacionamento entre escola e sociedade, descortinando a possibilidade de compreender como cada um desses intelectuais atuou para disseminar suas ideias. Ao proceder um breve levantamento, verificamos que eles são objeto de estudo de um grande número de autores, como Bezerra (2008), Rafael e Lara (2011), Alves, C.

E. R. (2010), Nunes (2000), Souza (2011), dentre muitos outros. Tanta bibliografia deve-se ao fato de que tais intelectuais são expressões de vários movimentos reformadores em diferentes estados brasileiros, ou ainda pelo imenso repertório de publicações por eles produzido. Assim, para atingir nosso objetivo específico nesta seção, restringiremo-nos a contextualizar as publicações da Biblioteca da Educação, coleção organizada por Lourenço Filho para a Companhia Melhoramentos de São Paulo. Esta coleção possui vários títulos do próprio Lourenço Filho e de outros intelectuais brasileiros e estrangeiros, é expressão do movimento editorial que objetivava fixar a base científica para a escola do período.

A coleção Biblioteca da Educação é resultante de um momento em que o mercado editorial brasileiro ganhou notoriedade, promovendo a publicação de obras, coleções e periódicos voltados para a formação de professores. Este movimento veio ao encontro do movimento escolanovista e do movimento de modernização do país, difundindo os princípios de ambos os movimentos (OLIVEIRA; ARCE, 2012).

De acordo com Carvalho e Toledo (2006), a escolha de Lourenço Filho como organizador da coleção não ocorreu por acaso, e sim porque, do ponto de vista comercial, a pretensão era convencer o público de que a seleção seria confiável e atenderia aos fins científicos objetivados pela coleção, “[...] o nome do organizador é a garantia da obra comprada pelo público, é a chave de sua difusão” (p. 50).

A coleção era composta por trinta e sete títulos, com diversas reedições publicadas entre 1927 e 1970. Nesse período, uma das principais características da biblioteca da educação foi apresentar um número superior de autores brasileiros em relação aos estrangeiros. Os autores brasileiros foram escolhidos tanto para “apresentar as bases científicas do ensino” quanto para “definir os meios práticos de educação e ensino”, enquanto que as traduções de autores como Claparède, Ferrière, Durkheim, Pierón, Binet, Luzuriaga, Dewey e Kilpatrick foram escolhidas, sobretudo, porque pertenciam a instituições reconhecidas internacionalmente, além de serem referência nos debates educacionais e intelectuais da época (CARVALHO; TOLEDO, 2006).

Oliveira e Arce (2012) concluem que as obras que compunham a biblioteca da educação tinham como finalidade disseminar as bases científicas para a educação primária da época, por isto estava voltada para a formação de professores primários, elementos centrais da almejada reforma escolar. Nas palavras das autoras: “[...] o objetivo desta coleção era disseminar para o professorado da época os princípios e

as bases da Escola Nova, e garantiriam a formação educativa e civilizatória do país [...]” (p. 603).

Já a presença de vários títulos voltados à Psicologia da Educação, como *A educação Funcional* de Claparède, *Noções de Psicologia Aplicada à Educação* de Camile Melinand, *Psicologia Evolutiva da Criança e do Adolescente* e *Problemas Atuais da Psicologia* de Mira y Lopez, *Noções de Psicologia* de Lago Pimentel, *Noções de Psicologia da Criança* de Teobaldo M. Santos, dentre outros, levou-nos a considerá-los como uma das possibilidades de análise do acervo da ENRSJ.

Quanto à emergência da psicologia educacional no Brasil e a disseminação de diversas obras a ela relacionadas, Antunes (2008) afirma que ocorreu no âmbito das reformas escolanovistas promovidas nas Escolas Normais. Tais reformas suscitaram a criação de laboratórios de psicologia, com os quais emergiram as bases sólidas para a propagação das obras de psicologia educacional. Além disso, esse movimento foi responsável por oferecer os alicerces para a constituição da psicologia como área específica de conhecimento. De acordo com a autora,

Pode-se afirmar que o processo pelo qual a psicologia conquistou sua autonomia como área de saber e o incremento do debate educacional e pedagógico nas primeiras décadas do século XX estão intimamente relacionados, de tal maneira que é possível afirmar que psicologia e educação são, historicamente, no Brasil, mutuamente constituintes uma da outra (ANTUNES, 2008, p. 471).

Quanto aos manuais didáticos de Psicologia Educacional, Assunção (2007), ao realizar um estudo em diversas obras desta modalidade específica de manual, publicados entre as décadas de 1920 e 1970, constatou que o conteúdo dos livros por ela analisados¹² foi “[...] bastante semelhante e apresentavam como preocupação básica definir a Psicologia e a Psicologia educacional” (p. 80). Destaca que sempre se pautam em uma perspectiva hereditária e neurológica para entender os diversos tipos de comportamento, inclusive utilizando-se do comportamentalismo para explicar os “fenômenos psíquicos” e todo o processo de aprendizagem.

Os manuais didáticos de Psicologia Educacional, portanto, representavam um suporte à construção do modelo de pensamento escolanovista em vigor e, como

¹²Os livros analisados por Assunção (2007) são: Afro do Amaral Fontoura, Antônio Xavier Teles, Antônio de Sampaio Dória, Guerino Casasanta, Lago Victoriano Pimentel, Iva Waisberg Bonow, Justino Mendes, Manoel José do Bomfim, Noemy da Silveira Rudolfer, Ruy de Ayres Bello e Theobaldo Miranda Santos, este último constante na biblioteca da ENRSJ.

podemos constatar, ocupavam uma parte da coletânea de obras utilizadas pela ENRSJ.

A última seleção que fizemos não se trata de um agrupamento de obras que apresentam traços em comum, mas de um gênero de publicação específica: a enciclopédia. A presença da *Enciclopédia Brasileira*, de Alarico da Silveira, provocou nosso interesse em saber um pouco mais sobre este formato de publicação. Por alto, sabíamos que o compêndio literário figurou como meio de pesquisa escolar durante todo século XX, por isto consultamos bibliografia afim para entender o motivo de sua aquisição.

O artigo *O negócio das enciclopédias* de Fonseca (1972) nos fornece algumas informações sobre a enciclopédia da ENRSJ. O autor afirma que esta obra do “[...] insigne educador paulista Alarico Silveira (1878-1943), que dedicou toda sua vida à elaboração de uma Enciclopédia Brasileira” (p. 91), foi a verdadeira precursora das enciclopédias no Brasil. Sobre o mercado voltado para este tipo de obra, verifica-se que, a partir de meados do século XX, a preocupação das editoras em colocar obras desta espécie no mercado cresceu consideravelmente, culminando com as publicações da *Enciclopédia Barsa* em 1964 e da *Enciclopédia Mirador Internacional* em 1974, as quais, amplamente comercializadas, figuram ainda hoje na maioria das bibliotecas escolares.

No que tange à origem das enciclopédias, Nobre (2007) esclarece que a obra mais antiga que se tem informação é de uma enciclopédia organizada na Grécia Antiga, aproximadamente em 370 a. C. por Speusippus, sobrinho e seguidor de Platão, que objetivava reunir manuscritos sobre história, matemática, filosofia, dentre outros assuntos. Em seus quase 2400 anos de história, este gênero bibliográfico sempre se preocupou em reunir, em um único lugar, informações sobre um ou vários assuntos, até que se configurou, nos séculos XIX e XX, como “[...] grandes obras enciclopédicas envolvendo o conhecimento universal, apresentadas em forma de verbetes postos em ordem alfabética” (p. 40).

Quanto ao uso escolar, sua disseminação ocorreu conjuntamente com a defesa, a partir da década de 1930, de se criar bibliotecas nas escolas, entendidas como mediadoras do conhecimento, no âmbito das reformas da Escola Nova. Ao realizar um estudo sobre o uso dessas obras nas bibliotecas públicas de Belo Horizonte na década de 1990, Campello, Andrade e Medeiros (1993) verificaram que

as enciclopédias eram “[...] fontes de referência encontradas em praticamente todas as bibliotecas públicas e escolares” (p. 44).

Atualmente, as versões impressas estão dando lugar às enciclopédias virtuais, como a Wikipedia e a Enciclopédia Britânica on-line, cuja confiabilidade foram analisadas por D’andrea (2009) e Ribeiro e Gottschald-Duque (2011). Apesar do formato estar mudando da forma impressa para a versão digital, tais compêndios literários ainda são fonte de informações e pesquisa no século XXI, em especial no âmbito das pesquisas escolares.

Pela análise desenvolvida, constatamos que tanto a enciclopédia quanto os demais livros e materiais pertencentes a ENRSJ apontam que a escola é uma expressão das ideias de seu tempo. Pelo exposto acerca da cultura material escolar da instituição, verificamos que a materialidade do cotidiano da escola estava em sintonia com as ideias escolanovistas em circulação. Apesar de, em muitos aspectos, a escassez de materiais ser uma constante nas instituições de ensino brasileiras, como revela Lima (2015) ao constatar a falta de materiais nas escolas rurais de Cianorte, a presença de vários mapas, quadros explicativos e as iniciativas tomadas para a formação de uma biblioteca expressam o imenso esforço da comunidade escolar da ENRSJ em prover um espaço adequado em consonância com as ideias da Escola Nova.

Diante dos achados acerca dos elementos materiais da Cultura Escolar utilizados pela ENRSJ, emergiu o seguinte questionamento: Para além das formas internas de apropriação dos objetos escolares, de que forma a escola se exteriorizava e ganhava destaque perante a sociedade? É o que almejamos responder na sequência.

3.2 A cultura imaterial escolar¹³: desfiles, festejos e comemorações

De acordo com Vidal e Schwartz (2010), as investigações acerca do espaço escolar vêm ultrapassando a constituição dos espaços individuais e dos objetos que

¹³ Optamos por classificar os desfiles, festejos e comemorações como “cultura imaterial escolar” por considerarmos que este termo, além de contemplar as práticas desenvolvidas no interior da escola, aproxima-se das discussões antropológicas que visam à “educação patrimonial”. A educação patrimonial, na perspectiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é compreendida como um instrumento que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo a que pertence, tomando conhecimento e se apropriando da sua herança cultural. Ribeiro (2005) afirma que

compõem o cotidiano escolar para além dessa perspectiva. O viés que escrutina as intrincadas tramas entre a escola e a sociedade tem tomado a preocupação dos pesquisadores da cultura escolar. Desta forma, as festas escolares e outros modos de exteriorização da escola, como conferências, vistorias sanitárias, ações médico-escolares, dentre outras questões, vêm “[...] suscitando o entrecruzamento de fontes variadas num trabalho mais pormenorizado dos dados”, e assim “a materialidade da escola e sua externalização sobre a sociedade se enlaçam ao desejo de captar as formas como os sujeitos sintetizam, acolhem e subvertem os preceitos pedagógicos e os conteúdos do currículo prescrito” (p. 27).

Em conformidade com estas ideias, Alves C. (2010) afirma que os estudos relacionados à cultura material escolar têm descortinado novos horizontes em relação à construção conceitual e suas apropriações e, com isto, têm permitido ao historiador da educação suscitar discussões de dimensões imateriais que se relacionam com a memória e a construção de identidade. Ao discutir os aspectos imateriais inerentes à cultura escolar, a autora chama a atenção para os aspectos simbólicos dos objetos do cotidiano e defende que as “[...] contribuições do debate historiográfico mais amplo permitem encontrar parâmetros de análise que articulem a materialidade da escola à produção cultural que envolve outros âmbitos da vida social” (p. 104).

Encontramos vários indícios na pesquisa realizada que dizem respeito a eventos internos e externos, cujas dimensões se enquadram na imaterialidade que os alunos, professores e funcionários da ENRSJ participaram. Dentre eles, destacamos os registros no *Livro Ata das Comemorações*, documento que descreve ao todo trinta e nove eventos festivos realizados pela escola, ou que, de alguma forma, promoveram a participação de seus membros. Para auxiliar na compreensão das informações contidas neste documento, organizamos o quadro que está na sequência. Nele, colocamos a data em que o festejo ou cerimônia foi realizado e, em seguida, o motivo da comemoração.

os bens culturais foram definidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na Convenção de Haia em 1954, como “aqueles móveis e/ou imóveis que representam o patrimônio cultural dos povos” (p. 112), assim, a cultura é expressa por meio de múltiplas dimensões que englobam tanto o simbólico quanto o material. De acordo com estes preceitos, Cerqueira (2005) aponta que a escola, enquanto agente promotor da cultura material e imaterial, faz parte do patrimônio cultural brasileiro, e por isso merece ser alvo de iniciativas que buscam sua preservação.

Quadro 7- Comemorações realizadas pela Escola Normal Regional Silva Jardim

DATA	COMEMORAÇÃO
03/03/58	Ata da aula inaugural
14/04/58	Comemoração ao dia pan-americano
21/04/58	Festa em comemoração ao grande mártir da independência Tiradentes
18/08/58	Comemoração ao patrono da Escola Normal Antônio Silva jardim
18/08/58	Reunião para escolha da Grêmio Estudantil
07/09/58	Comemoração à Semana da Pátria
22/09/58	Segunda reunião de 1958 para comemorar o dia da Arvore
12/10/58	Comemoração da semana da criança
s/d	Ressalva da não comemoração do dia do professor devido ao atraso do memorando
24/10/58	Comemoração do 13 aniversário das nações unidas
28/10/58	Solicitação da liga brasileira de Higiene mental União Brasileira pró temperança
15/11/58	Festa de Proclamação da República
19/11/58	Comemoração ao dia da Bandeira
01/12/58	Festa de encerramento do ano letivo de 58
02/03/59	Aula inaugural de 1959
14/04/59	Festa de comemoração ao dia Pan-americano
21/04/59	Comemoração do dia do protomártir da Independência Tiradentes
01/05/59	Ata de comemoração ao dia do trabalho
10/05/59	Festa de comemoração ao dia das mães
25/08/59	Festa de comemoração ao dia do soldado
21/09/59	Festa de comemoração ao dia da árvore
17/10/59	Reunião para eleição da nova presidente do grêmio literário Duque de Caxias
15/11/59	Festa de comemoração ao dia da proclamação da república
19/11/59	Comemoração ao dia da Bandeira
03/03/60	Aula inaugural de 1960
21/04/60	Festa de comemoração ao protomártir Tiradentes
08/05/60	Festa de comemoração ao dia oito de maio (dia das mães) programa veiculado na rádio Porta voz
01/03/61	Aula inaugural de 1962
14/05/61	Comemoração ao dia das mães
18/08/61	Comemoração do aniversário do patrono da Escola Antônio silva jardim
03/08/61	Reunião de encerramento da Semana do Livro
21/09/61	Comemoração ao Dia da Arvore
12/10/61	Comemoração à Semana da Criança
01/03/62	Seção solene da aula inaugural de 1962
30/06/62	Encerramento do primeiro semestre
14/08/62	Reunião do corpo docente do mês de agosto
15/12/62	Encerramento do segundo semestre do ano letivo de 62
01/03/63	Aula inaugural de 1963
02/03/64	Aula inaugural de 1964

Fonte: Livro Ata das comemorações (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964)

Ao lançarmos um primeiro olhar sobre as comemorações realizadas pela ENRSJ, percebemos que elas são de ordem variada. Consideram-se eventos festivos desde aulas inaugurais e de encerramento do ano letivo, passando por eventos de cunho popular, como o dia das mães e dia da árvore, e, com maior frequência, comemorações ligadas a datas políticas pré-estabelecidas pelo estado, como dia pan-americano, dia de Tiradentes, Proclamação da República, dentre outras.

Ao realizar estudos acerca das festas escolares e as respectivas representações do Grupo Escolar Dr. Francisco Xavier da Silva, de Curitiba, Bencostta (2006, 2010) analisou os festejos, separando-os em duas ordens distintas. Em um primeiro momento (BENCOSTTA, 2006), o autor examinou as festas que se relacionavam com o calendário de comemorações de datas patrióticas que o estado republicano brasileiro determinava que as escolas celebrassem. Os desfiles cívicos foram tomados como objeto para o entendimento das relações entre a comunidade escolar e a construção das representações coletivas responsáveis pela composição “de uma certa cultura cívica” (p. 301). Já, em um segundo momento, os objetos de análise referem-se a eventos como:

[...] comemorações que a escola celebrava dentro de um calendário que, apesar de não ser tão rígido quanto o cívico, dispunha os alunos que, sob a supervisão dos seus professores, teatralizavam, em diferentes momentos do ano escolar, representações festivas de cunho religioso, popular e outros sugeridos pela própria escola ((BENCOSTTA, p. 248, 2010).

O autor faz distinção entre os eventos de ordem cívica e os eventos que faziam parte da demanda social, que não eram obrigatórios por Lei, mas que, mesmo assim, a escola entendia ser importante realizar.

Quanto às festas realizadas nos Grupos Escolares de São Paulo, Souza (2000), ao proceder a análise das comemorações, também as separou em dois grupos distintos. No primeiro, as festas denominadas “sucesso escolar”, que abarcam as festas de início e encerramento do ano letivo, os rituais como provas e exames e as cerimônias de início e encerramento do ano letivo, dentre outros. No segundo, enquadrou as festas pertencentes ao “imaginário sociopolítico”, cujas datas faziam parte do imaginário da população e eram responsáveis pela transmissão de valores morais e cívicos, como o dia da bandeira, o dia pan-americano, o dia de Tiradentes, dentre outros.

No que tange às comemorações específicas realizadas no âmbito das Escolas Normais, Frankfurt (2006) constatou que, no caso específico por ela analisado, o da Escola Normal de Pirassununga, “[...] o que diferenciava uma festa da outra não era a pertença à categoria do sucesso escolar ou o imaginário sócio-político”, as festas realizadas, além desse caráter particular, intentavam “[...] transmitir aos alunos o que deveriam fazer e como deveriam atuar quando fossem profissionais” (p. 69), ou seja,

as festas voltadas para os alunos normalistas deveriam inculcar aspectos voltados à prática, no intuito de demonstrar o que eles deveriam fazer quando fossem atuar no magistério primário.

Assim, tomando como ponto de referência os autores citados, percebemos que as comemorações realizadas pela ENRSJ, ora se distanciavam, ora se aproximavam dos cenários comemorativos descritos nos estudos mencionados.

Ao realizarmos a leitura das atas que descrevem essas comemorações, percebemos eventos que se aproximam daqueles ligados ao cotidiano da escola, como argumenta Bencostta (2010), ou como qualifica Souza (2000), ligados ao “sucesso escolar”: as aulas inaugurais e os encerramentos do ano letivo, reunião para escolha do grêmio, dia da árvore, semana da criança, dia das mães e cerimônia de formatura.

Constatamos ainda a existência de muitos eventos ligados à promoção da cultura cívica, ou ligados ao “imaginário sociopolítico”, como a Comemoração ao dia pan-americano, Dia de Tiradentes, Semana da Pátria, Proclamação da República, Dia da Bandeira e Dia do Soldado. No entanto percebemos que somente alguns deles eram comemorados fora do âmbito escolar, ou seja, somente em algumas datas os alunos e professores saíram do contexto escolar e interagiram com a comunidade. Na maioria das vezes, as comemorações eram realizadas internamente e seguiam um programa simples, cujo conteúdo basicamente consistia em preleções alusivas ao tema e declamações de poesias, como é o caso da comemoração realizada na ocasião do início do ano letivo de 1958.

A aula inaugural foi administrada pela professora Neusa Martini. O programa constou dos seguintes números: 1 abertura com o Hino Nacional cantado pelos alunos. 2 Discurso pela aluna Leônidas Abreu. 3 Poesia pela aluna Antonilda Mota. 4 Discurso pela aluna Nazaré Cornelós. 5 Hino Verde Mar cantado pelos alunos. 6 Poesia pela aluna Derci Ellias. 7 Hino dos Estudantes pelos alunos. 8 Poesia pela aluna Helena Cioffi. 9 Hino Onde o céu azul é mais azul cantado por todos (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

Ou, ainda, na festa de comemoração ao dia do trabalho no ano de 1959:

I Preleção alusiva à data pela Prof. Maria Gomes Sismeiro Dias. II Hino aos trabalhadores pelos alunos da terceira série. III Poesia- I de maio por uma aluna da 3. série Irene de Jesus. IV Canção- Trabalhai Mocidade- por Massaé Ohi. V Lutar pela Pátria, por uma aluna da

segunda série – Odila Bruno. VI Encerramento com o Hino Nacional cantado por todos (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

De uma maneira geral, grande parte das comemorações seguiu os passos daquelas acima descritas: iniciavam com uma palestra a respeito do dia a ser comemorado, os alunos cantavam músicas e declamavam poesias, e o evento se encerrava com o Hino Nacional.

Ante nosso intuito de identificar a forma como a escola se exteriorizava no tecido social e, desta forma, ganhava destaque perante a sociedade, elencamos os seguintes eventos: festas em comemoração ao dia das mães, desfiles em comemoração ao aniversário da cidade e desfiles em comemoração à semana da pátria, comemorações relativas à semana da criança e cerimônias de formatura, por considerá-los expressão do movimento contínuo que escrutina as relações entre a escola e a sociedade.

O dia das mães, comemorado sempre no segundo domingo de maio, foi uma das festas com maior notoriedade dentre todas as comemorações realizadas pela ENRSJ. Tanto que, no ano de inauguração do Curso, em 1957, a ata do Histórico anuncia que houve no “Dia 12 de maio, 2.domingo de Maio, grande homenagem, no Cinema local, àquela que nos deu o sêr, Dia das Mães” (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1965). No entanto, além dessa breve menção, não foram registrados os pormenores do evento nesta ocasião.

Já nos anos seguintes, 1958 e 1959, o dia das mães foi comemorado de forma mais simples, nas dependências da escola, mas novamente contou com a presença das mães dos alunos. Em 1958, aconteceram as seguintes homenagens:

I Canto às mães pelo segundo ano. II Preleção pela aluna Odila Bruno. III Poesia por Ayoko Narimatsu. IV Poesia- Antes que seja tarde – por Leônidas Abreu. V Poesia- Minha Mãe, por Maria Helena. VI Canção- A Orfão, por Mariza Fefim. VII Poesia- As mãos da minha mãe, por Antonilda Mota. VIII Canção- Mãe, por Darci Ellias. IX Discurso- pela prof. Maria Gomes Sismeiro Dias. X Encerramento com o hino Minha Mãezinha querida pelo I ano (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

No ano seguinte, o evento do dia das mães tomou as mesmas configurações do ano anterior com apresentação de canto, poesias, palestras e exaltações ao dia comemorado.

A partir de 1960, as comemorações alusivas à data passaram a ser feitas por meio da veiculação de um programa na rádio local, a Rádio Porta Voz. Neste ano, reuniram-se, no dia oito de maio, professores, alunos e mães, que foram alocadas no auditório. A animação do programa realizado ficou por conta da aluna Aidê Biazzi, que apresentou para as mães e para a comunidade as exposições preparadas por suas colegas. Foram apresentados bailado cantado por todas as alunas, preleção referente ao dia das mães pela aluna Jandira Telles, declamação de poesias pelas alunas Terezinha Manfrinato e Massaé Ohi e, ao final, cantaram o hino “A pátria formosa”. Após o programa, ofereceram presentes à mãe mais velha e à mãe mais nova que compareceram ao evento (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

Em 1961, o dia das mães também foi comemorado nas dependências da Rádio Porta Voz. Neste ano, a ENRSJ, fez não só as apresentações costumeiras, como promoveu um concurso de frases e os vencedores tiveram suas frases veiculadas no programa transmitido naquele dia. Em relação a este dia específico, assim como no ano anterior, reuniram-se os professores, os alunos e as mães no auditório da Rádio Porta Voz, juntamente com os alunos do Grupo Escolar. Registrou-se:

O curso Normal Regional “Silva Jardim”, aliando-se a essas comemorações, apresentou-se em alguns números. Enquanto o coral da Escola cantava o “Hino às Mães”. A seguir, ouvimos o canto “Minha mãezinha” por um grupo de alunas. Prosseguindo, foi lido o resultado do “Concurso de Frases” alusivas à data, organizado entre o corpo docente digo discente, onde saíram-se vencedoras as alunas: na 4. série a Snrta. Neide Aparecida Gonçalves com a frase “Mãe, quem seria capaz de analisar tal nome? Na 3. série Snrta. Olide Massarente com a frase: “Mãe, nome tão curto, mas de significado tão amplo”. Na 2. série Snrta Cecília Piazzon “Es a rainha do lar, esta palavra querida, no coração dos bons filhos nunca serás esquecida”. Na 1. série a Sra. Carolina Bexiga com a frase “Foste tu, mãe, o pensamento do Deus Eterno”. O programa prosseguiu com bonitos números cantados e declamados pelos alunos do Grupo Escolar (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

Sobre as comemorações dos anos seguintes, existe apenas uma breve menção no *Livro Ata do Histórico do CNRSJ* de que, no ano de 1962, a escola realizou uma festa na Rádio Local, “[...] dirigida pelas professoras Mary Ana e Juvir Castilho, com a participação das alunas do estabelecimento” (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1965), não existindo menções a festejos nos anos de 1963 e 1964.

O dia das mães, apesar de ser uma festa que não constava no calendário oficial de comemorações, era uma data de peculiar relevância para os alunos e professores da ENRSJ. O dia era festejado, já que trazia a comunidade para dentro da escola, ao mesmo tempo, realizava o movimento contrário, porque exteriorizava a escola para as demais instâncias sociais. A utilização da Rádio Porta Voz, como meio de atingir o maior número de pessoas, ou ouvintes possíveis, consiste em expressão desse movimento.

Outra forma de interação entre os alunos e professores da ENRSJ e a comunidade foi constatado por meio da participação da instituição em desfiles, tanto aqueles relacionados ao aniversário de Cianorte, festejado em vinte e seis de julho, quanto voltados ao feriado referente à Independência do Brasil, comemorado no dia sete de setembro.

Curiosamente, a participação dos alunos nesse tipo de evento cívico não era registrada na “Ata das comemorações”, apenas foi mencionada, de forma breve, na “Ata do Histórico da ENRSJ”. Como é possível observar no excerto a seguir:

[...] além destas comemorações houve dois desfiles da Escola. O primeiro em 26 de Julho em homenagem à Cidade. O segundo em homenagem ao dia da Pátria. Compareceu também a escola na inauguração do Grupo Escolar local, onde esteve presente o Governador do Estado e luzidia comitiva (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1965).

Desta forma, não é possível saber dos detalhes acerca da organização exigida para que o evento fosse realizado. Existem registros da participação da escola nos desfiles desde 1957 até 1964, ou seja, em todos os anos, os alunos e professores se organizavam para participar dos desfiles da cidade. Como esses desfiles fizeram parte da história do município, conseguimos localizar algumas fotografias que retratam, de forma direta, a participação dos normalistas.

As fotos referem-se às alunas que participaram do desfile em comemoração ao sétimo aniversário da cidade, ou seja, o desfile realizado no ano de 1960, visto que a fundação da cidade ocorreu no ano de 1953. Como é possível observar, todas as alunas estavam com uniformes impecavelmente idênticos, com suas saias de pregas, blusas, sapatos, meias e luvas brancas. Nota-se que prepararam como adorno os dizeres “Cianorte Salve”, como complemento da apresentação no desfile. Quanto ao local, podemos constatar que a primeira fotografia foi tirada em frente ao prédio onde

funcionava a Escola Normal de Cianorte, de forma intencional, com o objetivo de retratar oficialmente a participação das alunas no evento.

Imagem 7- Alunas da Escola Normal Regional Silva Jardim no Sétimo Aniversário de Cianorte (1960)



Fonte: Mostra de fotografias históricas da Prefeitura Municipal de Cianorte.

Na fotografia seguinte, é possível observar uma outra perspectiva do mesmo evento. As normalistas estão desfilando e a população ao lado contempla o desfile. Temos, assim, um retrato do evento em andamento, no qual são captados grupos diferenciados que participaram de um mesmo evento.

Imagem 8- Alunas da Escola Normal Regional Silva Jardim desfilando no Sétimo Aniversário de Cianorte (1960)



Fonte: Mostra de fotografias históricas da Prefeitura Municipal de Cianorte

Podemos inferir, por meio das imagens, que a participação das normalistas nesses eventos relacionava-se com a função de auto afirmar a importância da instituição e, ao mesmo tempo, impor a marca de uma presença qualificada na comemoração cívica. Assim, é possível observar, por meio das fotografias, o envolvimento dos sujeitos, cujo entusiasmo expressa o intrincado relacionamento que as instituições escolares e os alunos que as representavam mantinham com a manutenção da cultura cívica, objetivo desses eventos.

Neste sentido, Bencostta (2006) argumenta que “[...] os desfiles escolares entendidos como festa são uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica inerente aos seus atores [...]”. É o que observamos tanto nas imagens quanto por meio dos indícios que apontam a constante participação dos alunos da ENRSJ nos desfiles cívicos.

O próximo evento vai ao encontro da afirmativa de Frankfurt (2006) de que os eventos comemorativos das escolas normais têm a pretensão de imprimir nos alunos saberes relativos à prática do magistério. Observamos que a Escola Normal Regional Silva Jardim procurou envolver toda a comunidade escolar na comemoração da semana da criança do ano de 1961. Existem vestígios deste evento não só no *Livro Ata das Comemorações* como no *Livro Ata do Histórico da ENRSJ* e no *Livro Ata das Reuniões*.

A semana da criança do ano de 1961 foi um evento planejado com antecedência. Na reunião realizada pelo corpo docente no dia 28 de setembro daquele ano, ficou decidido como seriam organizadas as festividades junto ao Grupo Escolar da cidade. Registrou-se o seguinte:

Inicialmente fez uso da palavra a Sra. Diretora, que falou sobre a “Semana da Criança”, a importância da mesma, e a responsabilidade dos professores quanto à Infância. Propôs que as professoras e alunas doassem cada uma, uma roupinha infantil, que seria destinada às crianças pobres através da “Liga de Proteção à Infância”, mas sendo antes, exposta na vitrine de uma casa comercial, com cartazes incentivadores, à proteção que deve ser dada às nossas crianças. Propôs também a Sra. Diretora que se fizesse em nome da E.N.R., distribuição de balas e doces às crianças do G. Escolar local, e também pecinhas teatrais para distrair as mesmas, ficando a cargo da Sra. professora de música Maria S. Dias. Ficou também combinado que haveria uma manhã esportiva no G. Escolar, organizada com distribuições de prêmios, ficando a cargo desta parte as alunas do estabelecimento. (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1962).

Os pormenores discutidos na reunião demonstram que a realização da Semana da Criança mobilizou os professores e os alunos da ENRSJ, ultrapassando fronteiras bem mais amplas do que as pertencentes apenas ao âmbito escolar. Ficou claro que a Escola pretendia envolver, com este evento, vários setores da comunidade, realizando uma exposição e distribuindo roupas às crianças carentes por meio da *Liga de Proteção à Infância* do município.

Outros indícios que revelam o envolvimento da comunidade estão presentes no *Livro Ata das Comemorações*. Por meio deste documento, percebemos que a efetiva participação das normalistas e do corpo docente na Semana da Criança ocorreu apenas no dia doze de outubro. Neste dia, reuniram-se, no pátio do Grupo Escolar Itacelina Bittencourt, o corpo docente e discente da Escola Normal e também do Grupo Escolar, além de estarem presentes o Prefeito Municipal e esposa para inaugurar as comemorações alusivas à data. Naquele dia,

[...] houve a manhã esportiva, programada e organizada pelas alunas da Escola Normal Regional. Nas diversas competições, foram premiados os vencedores. Seguindo foi apresentado às crianças do Grupo vários números musicais e poesias além de uma comédia e uma pecinha teatral infantil, que foram muito apreciados. Para encerrar as comemorações do dia, este curso fez distribuições de pacotes de balas, doces e bolachas aos 1300 alunos daquele educandário, que graças à colaboração do comércio e do povo altruísta desta cidade, tiveram oportunidade de ver seu “Dia” comemorado condignamente (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

Além de oferecer estes pormenores, o documento menciona que as alunas contribuíram com um total de 76 peças de roupas que ficaram expostas na vitrine da loja *Casas Pernambucanas* e, posteriormente, foram encaminhadas para as crianças carentes.

Sobre a comemoração do dia das crianças, Bencostta (2010) esclarece que o dia, inicialmente criado em 1924, foi alvo de modificações durante a ditadura Vargas, passando a ser comemorado no mês de março, voltando para o dia doze de outubro em fins dos anos 1940. Mesmo assim, o autor afirma que o uso da data pelo estado não deslocou o palco da comemoração referente ao dia: o espaço escolar.

Podemos afirmar, portanto, que a festa promovida pelas normalistas para os alunos do Grupo Escolar, muito além do intento de inculcar nos alunos práticas relativas

à profissão docente, representava uma possibilidade de auto afirmar a importância da escola como uma instituição de destaque social, que, ao atuar junto à comunidade, acabava por envolver objetivos relacionados a seu momento histórico, no sentido de imprimir as ideias postas em circulação, objetivadas pela nova ordem política e vinculada aos princípios escolanovistas.

A partir de 1960, um evento passou a figurar dentre as comemorações da ENRSJ: a seção solene de entrega de diplomas. Ao todo, foram realizadas cinco solenidades, que reuniram formandos, corpo docente, autoridades e a comunidade em geral. De maneira geral, as sessões solenes dos anos de 1960 a 1963 seguiram um mesmo padrão. Logo após todos estarem presentes, a seção era iniciada, os formandos entravam e a diretora da escola convidava as autoridades presentes para compor a mesa. Como exemplo, fizeram parte da mesa no ano de 1961:

[...] Sra. Representante da patrona Maria S. G. Dias, Sra. M. Sônia A. Oliveira, Paraninfa, Sr. Antonio R. Motta, Prefeito da cidade, Sr. Dr. Paulo Moraes de Barros, diretor da Cia Melhoramentos Norte do Paraná, Dr. Juiz de Paz, Delegado Sr. Sérgio Mostechi, Reverendo Padre Luiz, Reva. Madre Superiora, Mr. Clyde Cooper, Sra. Cleusa França Ferraz, Sra. Liez de Oliveira, Sra. Madalena de Carvalho, Sra. Eglê Mafra e o corpo docente do estabelecimento (ESCOLA NORMAL..., 1960 a 1964a).

Estavam presentes praticamente todas as autoridades do município, o que indica a grande importância dada ao evento em suas primeiras quatro edições.

Dando seguimento à composição da mesa, a diretora, presidindo a seção, convidava os alunos formandos a prestarem compromisso e receberem, por ordem de classificação de notas, os respectivos diplomas. Foram formadas pela Escola Normal Regional Silva Jardim de Cianorte cinco turmas, que ingressaram entre os anos de 1957 e 1961 e realizaram a colação de grau entre os anos de 1960 e 1964. Por meio do quadro a seguir, é possível observar o ano, o local da solenidade e o número de formandos.

Tabela 1- Relação entre ano, local de formatura e número de formandos da ENRSJ

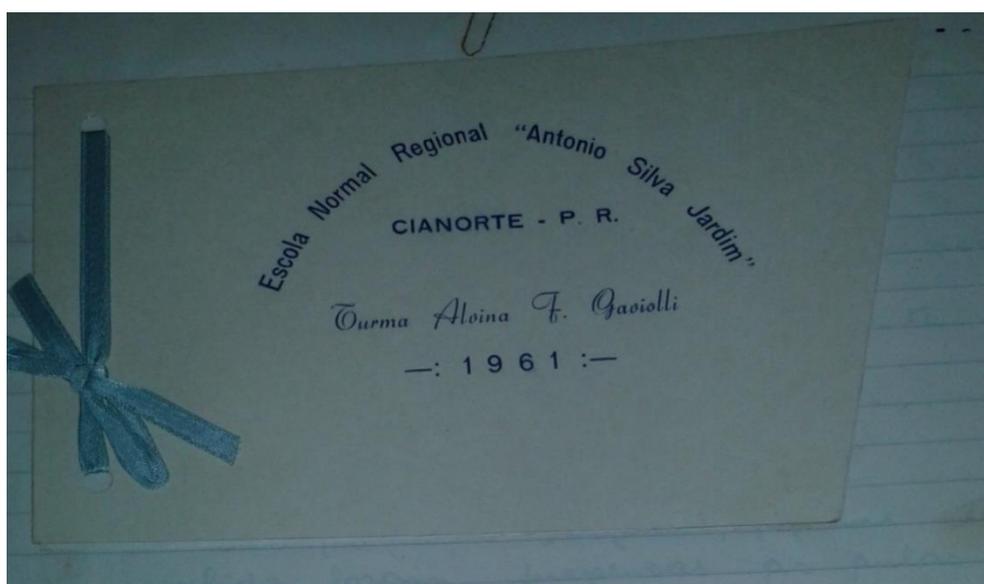
Ano da formatura	Local	Número total de formandos	Formandos do sexo feminino	Formandos do sexo masculino
1960	Cine Local de Cianorte	16	13	3
1961	Cine Local de Cianorte	12	10	2
1962	Cine Local de Cianorte	11	10	1
1963	Clube S. E. Cultural de Cianorte	12	11	1
1964	Secretaria da Escola Normal Regional	13	13	-

Fonte: Livro Ata das sessões solenes de entrega de diplomas (ESCOLA NORMAL..., 1960 a 1964a).

As informações expostas nos revelam que se formaram na ENRSJ um total de sessenta e quatro normalistas. Faz-se necessário notar que o número de mulheres foi muito superior ao de homens, no entanto não vamos tratar da questão de gênero neste momento, visto que ela será discutida na subseção a seguir.

Quanto ao local de realização, percebemos que a solenidade das quatro primeiras formaturas foi planejada com antecedência, em local previamente escolhido, com convites específicos para a data, como é o caso do convite elaborado pela turma de 1961, que consta em anexo no *Livro Ata do Histórico do CNRSJ*.

Imagem 9- Convite de formatura da turma de 1961



Fonte: Arquivo digital da pesquisadora.

No convite, constam, além de páginas destinadas às informações para as solenidades de formatura, que consistiam em Missa de Ação de Graças na parte da manhã e entrega solene dos diplomas na parte da tarde; páginas com “Homenagens de Gratidão” aos pais, professores, patrono e paraninfa; página de “Grandes Homenagens” destinada a agradecimento ao governador, secretário de educação, chefe do serviço do ensino normal, diretora da escola e prefeito municipal; página com “Homenagem de Honra” a Diva Vidal, ex-chefe do serviço de ensino normal; página com o nome das formadas; e, por último, o juramento a ser prestado no dia da solenidade (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1965).

Chamou nossa atenção, porém, que a pompa dedicada às sessões solenes dos primeiros quatro anos não se repetiu na cerimônia de entrega de diplomas de 1964. Neste ano, os diplomas foram entregues na secretaria da instituição, estando presentes somente os professores da escola, os alunos e alguns convidados. Acreditamos que tal fato tenha se dado devido ao encerramento das atividades da instituição e por esta ser a última turma de normalistas de grau ginásial do município.

Vale ressaltar, entretanto, que as cerimônias de entrega de diplomas demonstram que este tipo de evento, que não fazia parte do calendário oficial, cumpria o papel de disseminar os preceitos inerentes à cultura desenvolvida pela escola para outros espaços sociais. Este tipo de comemoração aglutinava públicos diferenciados em um mesmo lugar: políticos, religiosos, intelectuais e a sociedade de um modo geral e, assim, a escola fazia-se presente nos diversos grupos sociais.

Pelo exposto, consideramos que as comemorações da ENRSJ promoviam a interação de sujeitos ligados a vários espaços sociais. Tal constatação corrobora a afirmação de Julia (2001, p. 10) de que a “[...] cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém a cada período da sua história com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas”.

A seguir, com a finalidade de compreender um pouco mais a respeito dos sujeitos que compunham a ENRSJ e suas relações com o período histórico de quem eram contemporâneos, delinearemos alguns aspectos inerentes aos personagens centrais da ENRSJ.

3.3 A cultura escolar e os sujeitos da Escola Normal Regional Silva Jardim: Entram em cena os alunos e os professores

A criação da ENRSJ ocorreu paralelamente à disseminação de muitas outras escolas dessa modalidade no estado do Paraná. De acordo com Miguel (2007), a intensa ocupação das terras do norte a partir da década de 1930 levou o estado a criar muitas escolas rurais, entendidas naquele momento como “[...] instância adequada de preparação do homem para o trabalho no interior” (p. 79). Mas, ao mesmo tempo, a precariedade dessas escolas e a insuficiente formação dos professores levou os estabelecimentos de ensino rurais a serem encarados “como um dos problemas da educação” (p. 84).

É neste momento histórico que a figura de Erasmo Pilotto desponta no cenário educacional paranaense. Segundo Boni (2007), Pilotto foi uma figura ímpar, cujas propostas por vezes se aproximavam da utopia, mas que teve uma atuação importante no sentido de sanar os problemas da educação paranaense. Como secretário de educação, construiu e interiorizou vários Grupos Escolares, “[...] mas, em especial, para suprir a falta de professores no interior, propõe a criação de Escolas Normais Regionais” (p. 213).

Ao assumir a Secretaria de Educação no Governo Moysés Lupion, cujo plano de candidatura tinha sido elaborado por Pilotto, colocou em voga um plano que objetivava fundar no Paraná – à semelhança de outros estados, como Ceará, Pernambuco, Bahia e Goiás – os cursos Normais Regionais, destinados a formar professores para as escolas rurais. Miguel (1997) faz um resumo da atuação de Pilotto na Secretaria de Educação:

Na gestão de Pilotto, foram abertas “mais de 1000 escolas na zona rural, beneficiando cerca de 25.000 crianças”, criaram-se 249 associações de Amigos da Escola e 20 Cursos Normais Regionais, ampliou-se a rede de ginásios do estado, com 25 novas unidades, os salários do magistério secundário e normal foram elevados de acordo “com a sua função de preparadores de uma elite. Conclui-se a construção de cem unidades escolares rurais, pelo regime de acordo com o governo federal (p. 130).

Verifica-se que a disseminação de tais cursos se deu na mesma intensidade do vertiginoso aumento da população do campo e da pressão migratória impulsionada pela ação das companhias colonizadoras que atuavam no norte e noroeste do Paraná

(VALE et al.,2005). Erasmo Pilotto ficou no cargo entre 31 de janeiro de 1949 e 29 de janeiro de 1951, e mesmo após seu afastamento, em um período de seis anos, o estado contava com 81 cursos normais localizados nas cidades do interior.

Os cursos regionais foram criados para suprir as demandas locais, mas também almejavam alcançar um objetivo maior, visto que a educação rural e a falta de professores qualificados eram um problema nacional. A realidade exemplificada delinea o contexto de formação e implantação do Curso Normal Regional no município de Cianorte, em 1957, apenas cinco anos depois de sua fundação.

Sobre a formação de professores em Cianorte, Lima (2015) afirma, ao analisar os cadastros funcionais dos professores atuantes no ensino rural, que, entre 1956 e 1991, o município:

[...] contava com a maioria de seus profissionais habilitados a lecionar nas primeiras séries, mesmo assim, o número de professores com escolarização mínima atuando nas escolas primárias apresentava-se razoável e a quantidade de docentes sem habilitação específica correspondia a um terço do total (p. 138).

Esta realidade descortina a persistente desqualificação dos professores durante todo o decorrer do século XX, além de revelar que a maioria dos professores atuantes no ensino rural possuía habilitação para lecionar nas primeiras séries do ensino primário. Esta afirmação nos leva a crer que a ENRSJ tenha sido responsável pela formação de parte desses professores, mesmo sendo de pequeno porte e curto período de atuação.

Deparamo-nos, então, com o complexo movimento que compõe a sociedade, em que vários âmbitos – social, cultural e político – se entrelaçam, formando um delicado tecido de relações. Assim, considerando que as escolas normais regionais foram criadas para formar professores para atuar na zona rural – e estes mesmos professores poderiam ser ex-alunos da ENRSJ, formados de acordo com um programa previamente elaborado pelo estado, que almejava formar um determinado tipo de profissional – nós inquirimos: quem eram estes estudantes? Quantos deles passaram pelos bancos da ENRSJ? E quantos deles efetivamente se formaram? Quais eram os sujeitos responsáveis pela formação desses estudantes? Que disciplinas ministravam? Como se relacionavam entre si? São estas e outras questões que nos estimularam a buscar informações sobre dois dos principais sujeitos atuantes na ENRSJ: os alunos e os professores.

Na tentativa de identificar quem eram os sujeitos da ENRSJ, procedemos a leitura dos documentos. Encontramos alguns elementos que nos permitem refletir sobre a atuação desses sujeitos enquanto parte do corpo discente de uma instituição voltada para a formação de professores.

3.3.1 O Corpo Discente

Em um primeiro momento, já tendo em mãos os dados de que ao todo a ENRSJ foi responsável por formar 64 normalistas, divididos em cinco turmas, procuramos outros dados para efeito de comparação. Encontramos, na lista de alunos constante nas primeiras folhas dos diários de classes dos primeiros anos, a quantidade de alunos que realizavam a matrícula e iniciavam o ano letivo. Para nossa surpresa, constatamos, por meio da comparação dos dados, que o índice de desistência foi relativamente alto. Quantificamos o índice de desistentes mediante a comparação do número de alunos matriculados no primeiro ano do curso com o número de formandos no seu final. Na tabela a seguir, é possível observar a grande quantidade de desistências.

Tabela 2- Comparação entre matrículas e desistências

Ano/Turma	Número de alunos matriculados no 1º ano	Número de formandos	Número de alunos desistentes
1957	35	16	19
1958	23	12	11
1959	24	11	13
1960	25	12	13
1961	22	13	09

Fonte: Livro Ata da sessões solenes de entrega de diplomas e Diários de Classe (ESCOLA NORMAL..., 1960 a 1964a; 1957 a 1964a).

Os números indicam que, do total de 129 alunos que efetivaram a matrícula e iniciaram o ano letivo, durante o período de 1957 e 1961, apenas 64 concluíram o curso quatro anos depois. O alto índice de evasão, de 50,3%, que justifica os poucos formandos da ENRSJ, vai ao encontro da afirmação de Lima (2015) de que a desqualificação dos professores foi uma constante, fato corroborado pelo implemento de sucessivos programas governamentais destinados à qualificação dos professores, como o Programa Logos II, cuja documentação, catalogada pela referida

pesquisadora, revela a realização deste curso no município de Cianorte durante as décadas de 1970 e 1980.

Outro aspecto que foi possível verificar, por meio dos dados registrados nos Diários de Classe, foi a grande presença dos alunos do sexo feminino. A tabela apresentada na sequência explicita o pequeno número de normalistas do sexo masculino, tanto que, no último ano, o ingresso no curso normal regional foi totalmente feminino.

Tabela 3- Relação de alunos matriculados por sexo

Ano/Turma	Número de alunos matriculados no 1º ano	Número de alunos do sexo masculino	Número de alunos do sexo feminino
1957	35	8	27
1958	23	4	19
1959	24	2	22
1960	25	3	22
1961	22	-	22

Fonte: Livro Ata da sessões solenes de entrega de diplomas e Diários de Classe (ESCOLA NORMAL..., 1960 a 1964a).

Estes dados nos remetem aos estudos que tomam como objetivo identificar os motivos da feminização do magistério. Inicialmente, as primeiras escolas normais do Brasil eram destinadas exclusivamente aos alunos do sexo masculino. Somente nos anos finais do Império que a abertura ao sexo feminino foi acontecendo aos poucos, junto com o florescimento da ideia de que o magistério deveria ser destinado à mulher, por ser um prolongamento do papel de mãe e educadora que exercia no âmbito familiar. Por outro lado, a mão de obra feminina apresentava-se como viável para as escolas primárias, uma vez que eram pouco procuradas pelos homens devido à baixa remuneração (TANURI, 2000). Campos (2002), por sua vez, afirma que a mentalidade que ligava a figura da mulher à vocação inata de educadora estava imbricada na sociedade desde meados do século XIX, tanto que, ao fim da Primeira República, a feminização do magistério no estado de São Paulo era uma realidade consumada.

No decorrer do século XX, o magistério apresentava-se como o caminho possível para grande parte das mulheres, especialmente as de classe média, já que, até os anos 1930, era o único trabalho considerado digno a ser exercido por elas. No entanto às mulheres era aceitável somente lecionar; a condução da educação, ou

seja, os cargos diretivos, de liderança eram destinados aos homens, revelando uma perpetuação patriarcal relegada à figura feminina (RABELO; MARTINS, 2006).

Sobre a presença dos normalistas do sexo masculino, mesmo que em minoria, podemos inferir, de acordo com a afirmação de Campos (2002), que ele ocorria devido à grande expansão da rede de escolas normais em que a ENRSJ estava inserida. De acordo com a autora, ao divulgar uma pesquisa feita por Mascaro em 1956,

Com a grande expansão dos cursos normais a partir de 1950 e a criação dos cursos noturnos, esses estabelecimentos começaram a ser procurados novamente pelo sexo masculino, mas isso não significou, segundo Mascaro, um novo interesse despertado pela profissão docente entre os homens, senão uma busca da função propedêutica que esses cursos passaram a ter [...] (p. 35).

Podemos afirmar, portanto, que o cenário predominantemente feminino da ENRSJ se configurava representativo destas escolas, as quais se disseminaram na segunda metade do século XX, atingindo um público alvo essencialmente feminino.

3.3.2 O Grêmio Literário Duque de Caxias

Para além dos dados quantitativos, que dizem respeito aos alunos da ENRSJ, os documentos revelam indícios de sua organização e da iniciativa da formação de um Grêmio Estudantil. Por meio do *Livro Ata das Comemorações*, temos a descrição de como alunos e professores se organizaram na constituição de tal instância no ano de 1959:

Foi feita neste dia a eleição e empossada a diretoria do “Grêmio Literário Duque de Caxias” que constou das seguintes eleitas: Orientadora: prof. Maria Egle Polito, Diretora Presidente: Suzana Barbosa, Vice- presidente: Terezinha Yatsu, Secretária: Helena Cioffi, I bibliotecária: Leônidas Coimbra Abreu, II bibliotecária: Maria Helena Cossich, Tesoureira Geny Luiz; Oradora: Antomilda Mota, Diretor-artístico: Dirce Afonso, diretor de propaganda: Aidê Biazzi [...] (ESCOLA NORMAL..., 1958 a 1964).

Para além dessas informações, o livro ata relata que os membros do Grêmio Duque de Caxias foram os responsáveis pela promoção de eventos exteriores à escola, como o baile realizado em 1959.

Falou ao corpo docente dando o conhecimento de que o Grêmio Duque de Caxias está promovendo uma festa em benefício a Escola Normal “Silva Jardim” no próximo dia 30 deste, Uma noite no Hawai, um show num baile na sociedade local (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1962).

Chagas (2006) esclarece que, no Brasil, a história dos grêmios confunde-se com a história da União Nacional dos Estudantes (UNE), constituída em 1937 pelo governo de Getúlio Vargas. Após sua criação, teve início uma grande participação dos estudantes no cenário político brasileiro, que predominou até o momento da eclosão da ditadura militar em 1964, quando houve um movimento político em prol da desarticulação da UNE. Com a perseguição a seus membros, suas atividades foram encerradas em 1973 e permaneceu fechada até 1979, quando reiniciou suas atividades, mas nunca mais tendo a mesma visibilidade do período anterior à ditadura.

Segundo Scorsoline, Moura e Santos (2006), os grêmios estudantis são expressão da participação dos estudantes na vida política, tanto das instituições de ensino a que pertencem quanto das esferas exteriores e superiores à instituição educativa. Os autores apontam, citando Aguiar e Gracio (2002), que o grêmio estudantil se constitui em um espaço de discussões entre os estudantes, no qual eles têm a oportunidade de expor suas opiniões acerca do processo educacional e de diferentes instâncias sociais.

Verificamos que a agremiação de alunos dessa escola se tratava de uma entidade peculiar, visto que o grêmio representava uma forma de interação entre alunos e professores em prol de uma causa específica: a literatura. Na ENRSJ, não existem indícios de reivindicações feitas pelos alunos, no entanto, o grêmio era uma instituição que participava do cotidiano da escola, uma vez que seus membros promoviam eventos para angariar fundos de modo a contribuir para a melhoria do espaço por eles ocupado. Os bailes promovidos pelos alunos contavam com a participação e a aprovação do corpo docente. Esta relação entre corpo docente e discente é visível por meio da ata da reunião realizada em 1959: [...] marcou para dia 29 às 15 horas, uma reunião com a docência para assistir a um ensaio da dança Hula-

Hula que a escola está promovendo, para aprovação da mesma ou desaprovação [...] (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1962).

3.3.3 O Corpo Docente

Sobre o corpo docente da ENRSJ, pudemos observar uma continuidade tanto nos nomes quanto no número de professores. Todas as contratações que ocorreram durante os anos de funcionamento da instituição ficaram registradas no documento Livro Ata dos Assentamentos, por se tratar de uma cópia que legalizava a presença dos profissionais no ambiente escolar. Com base nos dados, foi possível traçar um quadro completo das contratações realizadas pelo governo do estado. Na sequência, temos a tabela que explicita este cenário de contratações, com o nome dos professores, disciplina que assumiram, número de aulas, data da contratação e número da portaria que os nomeou.

Tabela 4- Contratações de Docentes para o Curso Normal Regional de Cianorte entre 1957 e 1964

Nome	Disciplina	n. de aulas	Data da contratação	N. da Portaria
Maria G. S. Dias	Geografia Geral	3	01/03/57	1214
Maria G. S. Dias	Trabalhos manuais e economia domestica	2	01/03/57	1214
Neusa Martini	Português	5	01/03/57	1214
Neusa Martini	Desenho e Caligrafia	2	01/03/57	1214
Luiz Mark	Ciências Naturais	3	01/03/57	1214
Maria Sonia Oliveira	Matemática	5	01/03/57	1214
Maria Sonia Oliveira	Canto Orfeônico	2	01/03/57	1214
Maria Sônia Oliveira	Educação Física	2	01/03/57	1214
Neusa Martini	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	2	01/04/57	1466
Maria Sonia A. Oliveira	Geografia Geral	3	01/04/57	1466
Neusa Martini	Secretária	-	23/07/57	3200
Maria Egle P. Mafra	Ciências Naturais	3	01/06/57	3199
Leônidas C. da Abreu	Secretário	-	14/02/58	542
Neusa Martini	Português	10	01/03/58	1754
Neusa Martini	Desenho e Caligrafia	4	01/03/58	1754
Misael de Oliveira	Matemática	10	01/03/58	1754
Maria Gomes Sismeiro Dias	Geografia	3	01/03/58	1754
Maria Gomes Sismeiro Dias	Geografia	3	01/03/58	1754
Maria Gomes Sismeiro Dias	Trabalhos manuais e economia doméstica	2	01/03/58	1754

Maria Gomes Sismeiro Dias	Trabalhos manuais e atividade econômica da região	2	01/03/58	1754
Maria Egle P. Mafra	Ciências Naturais	6	01/03/58	1754
Maria Sônia Azevedo Oliveira	Canto Orfeônico	4	01/03/58	1754
Maria Sônia Azevedo Oliveira	Educação Física	4	01/03/58	1754
Neusa Martini	Canto Orfeônico	4	24/06/58	4733
Maria Sônia Azevedo Oliveira	Português	10	11/09/58	5686
Maria Sônia Azevedo Oliveira	Desenho	4	11/09/58	5686
Neusa Martini	Português	15	01/03/59	584
Neusa Martini	Desenho e Caligrafia	6	01/03/59	584
Misael de Oliveira	Matemática	14	01/03/59	584
Maria Gomes Sismeiro Dias	Geografia Geral	3	01/03/59	584
Maria Gomes Sismeiro Dias	Trabalhos manuais e economia domestica	2	01/03/59	584
Maria Gomes Sismeiro Dias	Geografia do Brasil	3	01/03/59	584
Maria Gomes Sismeiro Dias	Trabalhos manuais e economia da região	5	01/03/59	584
Maria Egle Polito Mafra	Ciências Naturais	6	01/03/59	584
Maria Egle Polito Mafra	Noções da anatomia e física humana	3	01/03/59	584
Maria Sônia A. Oliveira	Canto Orfeônico	6	01/03/59	584
Maria Sônia A. Oliveira	Educação física	6	01/03/59	584
Maria de Lourdes M. Favila	História Geral	3	01/03/59	584
Neusa Martini Sella	Português	18	07/03/60	1533
Maria Sonia A. Oliveira	Didática e prática de Ensino	4	07/03/60	1533
Maria Sonia A. Oliveira	Psicologia Pedagógica	4	07/03/60	1533
Maria Sonia A. Oliveira	Educação Física	2	07/03/60	1533
Maria Sonia A. Oliveira	Pratica de Educação Física	2	07/03/60	1533
Maria Sonia A. Oliveira	Desenho e Caligrafia		07/03/60	1533
Junior Correia Lourenço	Música e Canto Orfeônico	6	07/03/60	1533
Misael de Oliveira	Matemática	17	07/03/60	1533
Maria Gomes Sismeiro Dias	Trabalhos manuais e ed. Física	2	07/03/60	1533
Maria Gomes Sismeiro Dias	Trabalhos manuais e atividades econômicas da região	5	07/03/60	1533
Maria Gomes Sismeiro Dias	Geografia Geral	3	07/03/60	1533
Maria Gomes Sismeiro Dias	Geografia do Brasil	3	07/03/60	1533
Maria Egle Polito Mafra	Ciências Naturais	6	07/03/60	1533
Maria Egle Polito Mafra	Noções de anatomia	3	07/03/60	1533
Maria Egle Polito Mafra	Higiene Escolar	3	07/03/60	1533
Maria de Lourdes Favilla	História Geral	3	07/03/60	1533
Maria de Lourdes Favilla	História do Brasil	3	07/03/60	1533
Maria de Lourdes Favilla	Bibliotecária	-	11/07/60	8311
Maria de Lourdes Favilla	Geografia Geral	6	13/09/60	11424
Maria de Lourdes Favilla	Trabalhos manuais e atividades econômicas da região	7	13/09/60	11424
Maria Sonia Azevedo Oliveira	Diretora	20	07/03/60	2196
Neusa Martini	Secretária	10	07/03/60	2196

Dirce Chagas Soares	Diretora	20	15/04/61	3721
Orlanir Turbay Braga	Secretária	10	01/08/61	3721
Dirce Chagas Soares	Didática e prática de ensino	4	25/08/60	4285
Aláide Guimarães	Servente	-	25/10/61	5423
Mary Ana Correia	Português	5	04/05/62	1513
Lucia M. O. Passerine	Português	8	04/05/62	1513
Dirce C. Soares	Didática	4	04/05/62	1513
Dirce C. Soares	Matemática	11	04/05/62	1513
Maria Sonia Azevedo Oliveira	Psicologia	4	04/05/62	1513
Maria Sonia Azevedo Oliveira	Desenho	4	04/05/62	1513
Maria Sonia Azevedo Oliveira	Ed. Tec. Manu.	4	04/05/62	1513
Juvir C. Castilho	Ed. Art.	4	04/05/62	1513
Mary Na C. Correia	Ed. Física	6	04/05/62	1513
Maria Egle Polito Mafra	In. A Ciências	2	04/05/62	1513
Maria Egle Polito Mafra	Ciência fís. e Bio.	3	04/05/62	1513
Maria Egle Polito Mafra	Org. S. e Pol.	2	04/05/62	1513
Maria G. S. Dias	Geografia	5	04/05/62	1513
Maria de L. M. Favilla	História	7	04/05/62	1513
Lucia M. de Andrade	Frances	3	04/05/62	1513
Dino R. Neto	Inglês	4	04/05/62	1513
Wilabe O. B. Franzoni	Matemática	4	24/06/63	3003
Dina Rossigli Neto	Inglês	4	24/06/63	3003
Maria M. de C. Mendonça	Org. Social e política brasileira	1	24/06/63	3003
Lenir E. dos Santos	Psic. Educacional	4	24/06/63	3003
Maria Egle Polito Mafra	Ciências	2	-	3775
Maria M. de C. Mendonça	Tec. Manual	2	-	3775
Neusa Martini Sella	Português	18	01/03/61	3369
Nanci Trindade	Didática e prática de ensino	4	01/03/61	3369
Maria Sonia Azevedo Oliveira	Psicologia pedagógica	4	01/03/61	3369
Juvir Correa Lourenço	Canto Orfeônico	6	01/03/61	3369
Dircéia Rocha Fagotti	Ed. Física	2	01/03/61	3369
Dircéia Rocha Fagotti	Prática de Ed. Física	2	01/03/61	3369
Misael de Oliveira	Matemática	17	01/03/61	3369
Maria Sonia A. Oliveira	Desenho e Caligrafia	8	01/03/61	3369
Maria Gomes Sismeiro Dias	Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e atividades econômicas da região	7	01/03/61	3369
Maria Egle Polito Mafra	Ciências Naturais e noções de anatomia	9	01/03/61	3369
Maria Egle Polito Mafra	Higiene Escolar	3	01/03/61	3369
Maria G. Sismeiro Dias	Geografia geral e do Brasil	6	01/03/61	3369
Maria de Lourdes M. Favilla	História Geral e do Brasil	6	01/03/61	3369
Maria M. da C. Mendonça	Português	5	04/01/64	310
Maria Egle Polito Mafra		5	04/01/64	310

Fonte: Livro Ata de assentamentos (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964b).

Observamos que a ENRSJ totalizou 20 professores lecionando as disciplinas do programa. Por vezes, o mesmo profissional era o responsável por ministrar mais

de uma disciplina, sobrecarregando-se de trabalho devido à falta de um substituto. Nos primeiros quatro anos, praticamente todas as disciplinas eram ministradas pelos mesmos profissionais e, em alguns casos, ainda acumulavam funções, como é o caso da secretária, também professora de Português, Neusa Martini Sella, e da diretora Maria Sônia Azevedo Oliveira, que ministrava as disciplinas de Matemática, Canto Orfeônico e Educação Física.

A falta de profissionais qualificados era um problema enfrentado pela escola desde sua abertura. Tanto que, por duas vezes, por meio de conversas com ex-professores, o nome do Padre Luís Mark foi citado. De acordo com os relatos, o “Padre Luís”, como era conhecido, foi solicitado a compor o corpo docente durante os primeiros tempos de curso, porque não havia professores suficientes com formação adequada para ministrar todas as disciplinas.

As disciplinas ministradas seguiam um programa elaborado, cujo objetivo era compensar os professores pela formação que ainda não tinham. Eram bastante densas e buscavam constituir um vínculo com o ensino primário, almejando transmitir conteúdos pedagógicos ao mesmo tempo que complementavam a formação inicial dos estudantes. Os programas desenvolvidos no Paraná não atendiam às flexibilizações sugeridas na Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, o modelo que foi aplicado aqui ampliou os objetivos de conhecimento dos problemas enfrentados no campo, local onde os professores nela formados atuavam, ao mesmo tempo, as disciplinas de História e Geografia procuravam garantir que a educação para o meio rural apresentasse bases mais sólidas (MIGUEL, 2007).

Tanto o Decreto Estadual n. 8862, de 17 de novembro de 1949, que estabelecia os programas dos Cursos Normais Regionais (MIGUEL, 2007), quanto a “Nova Regulamentação das Escolas Normais do Estado”, publicada pelo Decreto n. 19.891, em 25 de novembro de 1955, vinculam os programas das escolas normais regionais ao ensino primário rural. Este último Decreto estabelece, ao referir-se à estrutura do ensino normal de primeiro ciclo, os seguintes parâmetros:

Da estrutura do ensino normal.

Os cursos de regentes de ensino primário (1. Ciclo).

Dos fins.

Os cursos normais regionais têm as seguintes finalidades:

- 1- Formar o professor regente para a escola primária sobretudo da região, com uma aguda consciência dos problemas locais, uma formação técnica que o capacite a formar soluções adequadas a esses

problemas, fazendo da escola um centro de vida social e educativa de toda a comunidade. Promover o estudo dos problemas pedagógicos ligados à vida escolar da região. Promover o intercâmbio entre os pais e mestres da região.

Da organização.

- 2- Os cursos normais regionais compreendem:
 - a) - no mínimo duas escolas isoladas;
 - b) - um curso primário experimental;
 - c) - curso normal propriamente dito (PARANÁ, 1955).

Além disso, o artigo sétimo, apresentado logo após as disposições escritas acima, estabelece que o curso de regentes de ensino primário se faria em quatro séries com um programa que, minimamente, deveria compreender as disciplinas descritas na sequência:

Primeira Série: Português, Matemática, Geografia Geral, Ciências naturais, Desenho e Caligrafia, Canto Orfeônico, Trabalhos manuais e economia doméstica, Educação física e jogos esportivos.

Segunda Série: Português, Matemática, Geografia do Brasil, Ciências naturais, Desenho e Caligrafia, Canto Orfeônico, Trabalhos manuais e economia da região, Educação física e jogos esportivos.

Terceira Série: Português, Matemática, História Geral, Noções de anatomia e fisiologia humanas, Desenho, Canto Orfeônico, Trabalhos manuais e atividades econômicas da região, Educação física e recreação e jogos.

Quarta Série: Português, Matemática, História do Brasil, Noções de Higiene, Psicologia e Pedagogia, Didática e prática de ensino, Desenho, Canto Orfeônico, Educação física e recreação e jogos (PARANÁ, 1955).

Ao compararmos o quadro de professores, as disciplinas por eles ministradas e as especificações do programa constante no Decreto de 1955, constatamos que a ENRSJ acatava o currículo mínimo até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, depois disso, passou a oferecer algumas disciplinas como Inglês, Francês, Organização Social e Política, Educação Artística e Técnica Manual.

Já, no que tange à organização, não conseguimos identificar a interação direta dos professores e dos alunos com as duas escolas isoladas conforme previa a Lei. No entanto a referência a uma reunião com os professores rurais que seria realizada nas dependências na escola normal, presente no *Livro Ata das Reuniões Pedagógicas*, em 25/08/1960, confirma que esta relação existia. Sobre a interação entre os sujeitos da ENRSJ com o curso primário experimental, verificamos que a

relação com o Grupo Escolar Itacelina Bittencourt, única instituição de ensino primário urbana de Cianorte até a década de 1960, era constante. Foram desenvolvidas, nas dependências deste estabelecimento, aulas de prática de ensino e atividades referentes a eventos festivos, como a Semana da Criança de 1961.

3.3.4 As Reuniões Pedagógicas

Os professores também interagiam entre si, discutiam assuntos referentes ao cotidiano da escola, debatiam problemas com alunos, organizavam festas e comemorações internas. O *Livro Ata das Reuniões Pedagógicas*, que contém o registro de 32 reuniões, permite-nos conhecer pormenores do cotidiano administrativo e detalhes das discussões realizadas. Vale ressaltar, porém, que não encontramos evidências sobre até que ponto essas reuniões interferiam no andamento da escola, uma vez que as atas não trazem detalhes a este respeito, exceto quando, vez ou outra, os professores eram elogiados pela diretora.

A seguir, com a finalidade de demonstrar a regularidade, o conteúdo e os sujeitos que participavam das reuniões pedagógicas, organizamos o quadro demonstrativo das reuniões realizadas e registradas pela instituição. Acreditamos que estas não foram as únicas, todavia a continuidade dos registros entre os anos de 1957 e 1961 nos permitem visualizar alguns aspectos das relações entre professores, diretores, funcionários e alunos.

Quadro 8- Reuniões realizadas pelo corpo docente da Escola Normal Regional Silva Jardim.

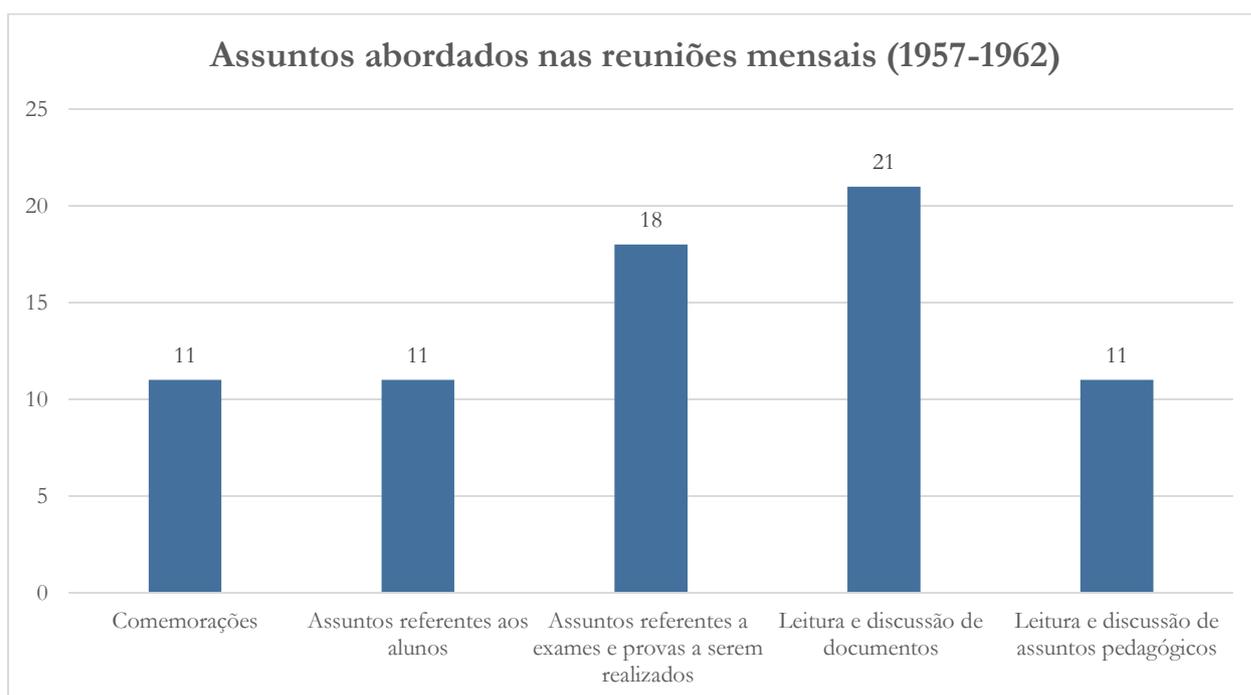
Ano/Mês	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
1957	X	x	x	x		x	x	x	X
1958	X	x	x			x	x	x	
1959	X		x	x		x	x	x	X
1960	X	x		x		x	x	x	
1961			x			x	x	x	
1962		x							

Fonte: Livro Ata das reuniões mensais (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1962).

Nos primeiros anos, como é possível visualizar, as reuniões aconteciam regularmente, com exceção do mês de julho, que acreditamos ser referente às férias escolares. Peculiarmente, os registros cessam em 1962, coincidindo com o ano em que as instruções para o encerramento do curso e, paralelamente, a abertura do Curso Normal de nível colegial chegam à escola.

Quanto ao conteúdo nelas tratados, eram discutidos assuntos variados, desde pautas referentes à administração do cotidiano escolar até problemas internos de ordem variada. Fato que nos chamou a atenção é que o primeiro assunto a ser registrado em todas as atas era a discussão das circulares, portarias ou demais documentos enviados pela Secretaria de Educação e Cultura ou pelo Serviço de Ensino Normal; mesmo que não houvesse documentos, eram mencionados como inexistentes naquela ocasião.

Como as reuniões apresentavam pautas muito variadas, organizamos um gráfico, apresentado a seguir, com os assuntos mais recorrentes no conjunto das atas. Gráfico 2- Demonstrativo dos assuntos mais abordados nas reuniões docentes



Fonte: Livro Ata das reuniões mensais (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1962).

Identificamos cinco assuntos abordados constantemente: as comemorações que a escola deveria participar ou organizar; assuntos referentes a dificuldades ou problemas relativos aos alunos; discussões acerca da preparação e organização dos

exames parciais e das provas finais; leitura e discussão de documentos oficiais recebidos pela escola; e, por fim, a discussão de assuntos pedagógicos.

O assunto mais mencionado diz respeito à discussão dos documentos enviados pelos órgãos aos quais a escola estava submetida. As orientações eram lidas e discutidas antes de se abordar os assuntos referentes à formação pedagógica ou ao cotidiano da escola, e, quando os documentos não chegavam, as atas registram a preocupação com o fato de não haver instruções, o que denota uma grande preocupação em seguir as instruções dos órgãos superiores.

As provas e exames que seriam aplicados aos alunos nas diferentes turmas, ou mesmo os exames de admissão foi o segundo assunto que mais suscitou discussões nas reuniões mensais. As instruções para as provas a serem aplicadas aos alunos eram regulamentadas por meio do capítulo XII constante no Decreto 19891, de 9 de julho de 1955. O capítulo é subdividido em quinze artigos, cujas subdivisões resultam em treze parágrafos.

As orientações deste documento compreendem a forma como os exames deveriam ser aplicados em todas as disciplinas, instruíam desde o tempo exato a ser utilizado em cada avaliação, chegando mesmo a regulamentar a quantidade de pontos a serem abordados em cada prova. O artigo 29, que instruía sobre a realização das provas parciais, continha as seguintes normas:

- Art. 29- Os exames parciais obedecerão às normas seguintes:
1. – Versarão as provas: a primeira sôbre matéria tratada no período letivo correspondente: a segunda sôbre dois terços de toda matéria dada até então e a prova final, sôbre toda matéria programada.
 2. – As listas organizadas pelos professôres, conterão 10 (dez) pontos para a primeira prova e 20 (vinte) para as demais, considerando, sempre que possível de três assuntos ou questões diferentes.
 3. – O ponto será sorteado na presença do Diretor ou do Assistente Técnico da Escola.
 4. – A prova de Prática de Ensino terá a duração de 15 a 40 minutos para cada aluno e constará da aplicação de um plano elaborado sôbre ponto sorteado com vinte e quatro horas (24) de antecedência e apresentado pelo examinado no momento da prova.
 5. – No exame de Prática de Ensino, após a realização da parte prática, deverá cada aluno ser submetido a uma ligeira arguição para que justifique o método e processo empregados para a execução dos objetivos citados.
 6. – A prova de Desenho Pedagógico, feita no quadro negro não ultrapassará de 10 (dez) minutos, para cada aluno no máximo.
 7. – O exame de Música e Canto Orfeônico será prático-oral, sendo as provas feitas individualmente sem comunicação entre os examinados e constarão de três partes:

- A) Leitura rítmica;
- B) Solfejo;
- C) Canto.

O solfejo e o canto serão escolhidos por sorteio numa lista de dez (10) pontos para a primeira prova e de 20 (vinte) para a segunda.

8. – As provas escritas terão a duração de 90 (noventa) minutos, a contar do momento em que o ponto fôr sorteado exceto as de Desenho e Artes Aplicadas.

9. – O exame prático de ensino em Educação Física será realizado com a duração de 20 a 30 minutos para cada turma.

10. - O exame de Desenho constará de uma prova gráfica feita em papel adequado.

Para a terceira série, prova prática das cadeiras aplicada ao ensino primário.

11. - O exame de Artes Aplicadas constará da execução de um a três trabalhos (PARANÁ, 1955).

Tamanho espaço destinado à normatização dos exames demonstra que as provas eram pontos cruciais para o governo do estado no que tange à organização das Escolas Normais Regionais.

Outro aspecto que expressa a preocupação dos professores nas reuniões pedagógicas diz respeito às comemorações realizadas. Eram pautas de reuniões ricas em pormenores acerca da realização dos eventos, além disto, as reuniões pedagógicas eram utilizadas como espaço para a distribuição de tarefas.

No mesmo patamar da importância dos eventos, estavam os assuntos referentes a problemas enfrentados com os alunos. Era o momento em que os professores compartilhavam preocupações a respeito do desempenho ou ainda elogiavam alunos que haviam superado as expectativas. Não é possível saber pormenores acerca dos problemas, visto que são descritos de modo superficial, apenas mencionando que o assunto foi discutido, mas sem apresentar detalhes a respeito.

As reuniões também eram o meio utilizado para a qualificação contínua dos professores. Nelas, debatiam-se assuntos pedagógicos que versavam sobre os mais diferentes temas. Geralmente, cada professor optava por escolher um tema relativo à sua disciplina de formação, eventualmente, sobre assuntos que diziam respeito ao andamento geral da escola, como “a profilaxia da cola”, assunto pedagógico da reunião de 26 de agosto de 1958.

Assim, podemos inferir que as reuniões pedagógicas realizadas pelos professores da ENRSJ constituíam espaços de interação, em que os professores discutiam temas relativos ao seu cotidiano. Esses momentos possibilitavam ainda

debater as instruções vindas dos órgãos superiores, oferecendo evidências sobre as relações entre escola e estado, além de colocar as reuniões como campos cujas relações estratégicas denotavam ações práticas.

É importante ressaltar que o cotidiano da escola e as tentativas de desenvolver um espaço de qualificação são expressão do conjunto de práticas que proporciona a transmissão dos saberes e conhecimentos que se coadunam e justificam as ideias em circulação. As ações dos sujeitos, tanto na interação, pela materialidade que lhe é imposta, quanto ao participar de eventos efêmeros, vão ao encontro das práticas desenvolvidas cotidianamente e permitem visualizar as diferentes maneiras de produção e percepção do espaço escolar pertencente à ENRSJ.

4. A ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS ÀS PRÁTICAS E SABERES COTIDIANOS

Nossa intenção, neste capítulo é refletir sobre as disciplinas ministradas no Curso Normal Regional Silva Jardim. Pinto (2014), ao referir-se à história das disciplinas escolares, entende que, na prática dessa modalidade historiográfica, “não há separação entre teoria e metodologia” (p. 128), as ferramentas historiográficas disponíveis justificam, por elas mesmas, a filiação metodológica à História Cultural.

As disciplinas escolares, compreendidas como um produto cultural, responsáveis pela transmissão de conteúdos e saberes escolares, além de seu rol programático, são também constituídas pelo aparato didático-pedagógico que orienta seu ensino. Concebida como uma construção escolar, uma disciplina escolar, pelos códigos próprios criados para seu funcionamento, ajuda a moldar a cultura escolar. Nessa perspectiva, as práticas de ensino, sob o olhar da história cultural, são práticas culturais, um espaço de excelência repleto de códigos pertinentes para serem decifrados em uma história das disciplinas escolares (PINTO, 2014, p. 131).

A abordagem do historiador André Chervel é amplamente difundida entre os pesquisadores que contemplam as disciplinas escolares, tais como Pessanha et al, (2004), Anjos (2013) e Pinto (2014), Bittencourt (2003), e outros. O estudo de Chervel (1990) sobre a história das disciplinas escolares procura, em um primeiro momento, delimitar o campo de estudo e, em seguida, tratar da proposição de uma estrutura de análise e da problematização das fontes historiográficas ligadas às disciplinas escolares.

Quanto à estrutura de análise proposta pelo autor supracitado, Anjos (2013) esclarece que ele propõe a investigação historiográfica das disciplinas escolares por meio de tripé “finalidades – práticas – efeitos”. Por meio dele,

[...] o historiador precisa considerar a que tipo de *finalidade* determinada disciplina vem satisfazer. Considerando-se que cada época a escola se coloca a serviço de diferentes finalidades que, no seu conjunto, fornecem a esta instituição o seu caráter educativo, é por meio das disciplinas escolares que ela sempre vai colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa [...] mas ao trabalhar com as finalidades reais, percebendo o processo de *transformação dessas finalidades*, cujo resultado é expressão clara da capacidade criativa da instituição escolar. Essa consideração vai conduzir o historiador à segunda perna do tripé: as práticas em torno

de cada disciplina. A questão então passa a ser o modo como se processam na sala de aula os ensinamentos escolares [...] No hiato entre o que o professor efetivamente ensina e os alunos efetivamente aprendem é que estará o resultado, o efeito verdadeiro de uma disciplina escolar. Por isso o terceiro aspecto da investigação é justamente o dos efeitos do ensino sobre os alunos, o resultado que o ensino das disciplinas escolares à mesma sociedade que confiou à escola as finalidades educativas e de instrução [...] (ANJOS, 2013, p. 287-288, grifo do autor).

Seguindo estas prerrogativas, Chervel (1990) afirma que as fontes passíveis de serem utilizadas pelos historiadores das disciplinas escolares podem variar desde “[...] séries de textos oficiais programáticos, discursos ministeriais, leis, ordens e decretos” (p. 188-189), até “[...] relatórios de inspeção, projetos de reforma, artigos ou manuais de didática, prefácio de manuais, polêmicas diversas, relatórios de presidente de bancas, debates parlamentares, etc.” (p. 190-191). Estas, aliadas às práticas de alunos e professores permitem ao pesquisador realizar um movimento que interligue os “objetivos fixados” presentes nos documentos oficiais com a “realidade pedagógica” expressa nas inter-relações dos atores da escola: professores e alunos (CHERVEL, 1990).

Tendo por base estas indicações, nosso intuito, nesta seção, é realizar um movimento que relacione os documentos oficiais que regulamentavam e instruíam as disciplinas das Escolas Normais Regionais com as informações contidas nos livros registros das disciplinas ministradas na ENRSJ entre 1957 e 1964. Intencionamos, com esta relação, realizar o movimento de identificação das normatizações oficiais e interligá-las com as concretizações cotidianas, expressas por meio de documentação analisada.

Objetivamos ainda identificar o conteúdo programático das disciplinas ministradas no Curso Normal Regional Silva Jardim, visto a especificação de os conteúdos ministrados constarem na série documental composta pelos Diários de Classe, e interligá-los com as especificações contidas nas Leis que regulamentavam esta modalidade de Ensino Normal e com a bibliografia que oferece suporte ao entendimento do problema por nós levantado.

Procuramos responder as seguintes questões: o que foi ensinado nas disciplinas do Curso Normal Regional de Cianorte? Até que ponto era possível aplicar as determinações enviadas pela Secretaria de Ensino Normal? E, por fim, sistematizar

elementos que nos indiquem como ocorreu o processo de cessação das atividades desta escola.

4.1 As disciplinas ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim entre 1957 e 1964

O primeiro passo, no sentido de atingir nosso objetivo, deu-se pela leitura dos quinze livros que compõem a série documental responsável por guardar os conteúdos ministrados nas disciplinas que o Curso Normal Regional de Cianorte ofereceu durante o período em que manteve turmas de formação de professores primários. Ao proceder a leitura e sistematização das fontes, percebemos, primeiramente, algumas lacunas presentes na documentação, pois várias disciplinas não estavam contempladas nos livros registros, como é o caso da disciplina de Trabalhos Manuais e Atividade Econômica da Região do ano de 1960, revelando a ausência de um ou mais livros registros na série documental.

Esta ausência nos remete, mais uma vez, à discussão de Werle (2004), que aponta a dificuldade de encontrar a documentação completa nas escolas, uma vez que as instituições, por falta de informação e por não ter a dimensão de sua importância, destroem ou não se importam com a preservação dos arquivos em seu poder. Apesar das ausências detectadas, constatamos que a grande maioria dos livros está preservada em posse da instituição guardiã, o que nos possibilitou detectar vários aspectos das práticas e saberes que floresceram no interior da escola.

Por meio da tabela a seguir, é possível ter uma visão panorâmica das disciplinas que foram ministradas no Curso Normal Regional Silva Jardim de Cianorte, já que seus documentos permaneceram na secretaria da instituição por meio da conservação dos livros registros.

Tabela 5-Disciplinas Ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim (1957-1964)

Livro	Ano	Disciplina	Professor	Série
01	1957	Geografia Geral	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
01	1957	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
01	1958	Geografia Geral	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
01	1958	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
01	1958	Geografia do Brasil	Maria Gomes Sismeiro Dias	2

01	1958	Trabalhos Manuais e Atividade Econômica da Região	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
01	1959	Geografia Geral	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
01	1959	Geografia do Brasil	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
01	1959	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
01	1959	Trabalhos Manuais e Economia da Região	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
02	1957	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	1
02	1958	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	1
02	1958	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	2
02	1959	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	2
02	1959	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	3
02	1960	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	1
02	1960	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	2
02	1960	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	3
02	1960	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	4
03	1961	Geografia Geral	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
03	1961	Trabalho e Economia Doméstica	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
03	1961	Trabalho e Atividades Econômicas da Região	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
03	1961	Geografia do Brasil	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
03	1961	Trabalho e Atividades Econômicas da Região	Maria Gomes Sismeiro Dias	3
03	1961	Trabalhos Manuais	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
03	1962	História do Brasil	Maria Gomes Sismeiro Dias	4
03	1962	História	Maria Gomes Sismeiro Dias	3
03	1962	Geografia do Brasil	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
03	1962	Geografia	Maria Gomes Sismeiro Dias	3
03	1962	Geografia das Américas	Maria Gomes Sismeiro Dias	3
03	1962	História do Brasil	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
04	1961	Português	Neusa Martini Sella	4
04	1961	Português	Neusa Martini Sella	3
04	1960	Português	Neusa Martini Sella	2
04	1961	Português	Neusa Martini Sella	1
04	1961	Português	Neusa Martini Sella	4
04	1962	Português	Neusa Martini Sella	3
04	1962	Português	Neusa Martini Sella	2
04	1962	Educação Física	Neusa Martini Sella	3 e 2
04	1962	Educação Física	Neusa Martini Sella	4
05	1961	Higiene	Maria Egle Polito Mafra	4
05	1961	Anatomia	Maria Egle Polito Mafra	3
05	1961	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	2
05	1961	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	1
05	1962	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	4
05	1962	Anatomia	Maria Egle Polito Mafra	3
05	1962	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	2
06	1961	Matemática	Dirce Chagas	4
06	1961	Matemática	Dirce Chagas	3
06	1961	Matemática	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
06	1961	Matemática	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
06	1962	Didática	Dirce Chagas	4
06	1962	Matemática	Dirce Chagas	3
06	1962	Matemática	Dirce Chagas	2
06	1962	Matemática	Dirce Chagas	4
06	1962	Didática	Dirce Chagas	4

07	1960	Canto Orfeônico	Castilho	1
07	1960	Canto Orfeônico	Castilho	2
07	1960	Canto Orfeônico	Castilho	3
07	1963	Canto Orfeônico	Castilho	4
07	1961	Canto Orfeônico	Castilho	4
07	1961	Canto Orfeônico	Castilho	3
07	1961	Canto Orfeônico	Castilho	2
07	1961	Canto Orfeônico	Castilho	1
07	1961	Inglês	Dirce Ronigalli Mello	3
07	1962	Organização Social e Política	Maria Egle Polito Mafra	3
08	1964	Educação Artística	Wilabi Franzoni	4
08	1964	Didática	Wilabi Franzoni	4
08	1964	Português	Neusa Martini Sella	4
08	1964	Psicologia	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
08	1964	Matemática	Maria Mendonça	4
08	1964	História	Maria Mendonça	4
08	1964	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	4
08	1964	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
08	1964	Educação Física	Maria Mendonça	4
09	1957	Matemática	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
09	1957	Canto Orfeônico	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
09	1957	Educação Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
09	1958	Canto Orfeônico	Neusa Martini Sella	1
09	1958	Educação Física	Neusa Martini Sella	1
09	1958	Canto Orfeônico	Neusa Martini Sella	2
09	1958	Educação Física	Neusa Martini Sella	2
09	1959	Canto Orfeônico	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
09	1959	Canto Orfeônico	Maria Gomes Sismeiro Dias	2
09	1959	Canto Orfeônico	Maria Gomes Sismeiro Dias	3
10	1960	Didática e Prática de Ensino	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
10	1960	Psicologia	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
10	1961	Psicologia	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
10	1961	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
10	1961	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	3
10	1961	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
10	1961	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
10	1961	Desenho e Caligrafia	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
10	1961	Matemática	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
10	1961	Matemática	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
10	1962	Francês	Wilma Kobayashi	1
11	1959	Ed. Física	Maria Gomes Sismeiro Dias	1
11	1959	Ed. Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
11	1959	Ed. Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	3
11	1960	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
11	1960	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
11	1960	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	3
11	1960	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
11	1960	Educação Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	1
11	1960	Educação Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
11	1960	Educação Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	3
12	1959	História Geral	Maria de Lourdes Mello Favilla	3
12	1960	História do Brasil	Maria de Lourdes Mello Favilla	4
12	1960	História Geral	Maria de Lourdes Mello Favilla	3
12	1961	História	Maria de Lourdes Mello Favilla	4
12	1961	História Geral	Maria de Lourdes Mello Favilla	2
12	1962	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
12	1962	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	3
12	1962	Desenho	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4

12	1962	Psicologia	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
12	1962	Educação Artística	Maria Sônia Azevedo Oliveira	2
13	1958	Matemática	Misael de Oliveira	1
13	1958	Matemática	Misael de Oliveira	2
13	1959	Matemática	Misael de Oliveira	1
13	1959	Matemática	Misael de Oliveira	2
13	1959	Matemática	Misael de Oliveira	3
13	1960	Matemática	Misael de Oliveira	1
13	1960	Matemática	Misael de Oliveira	2
13	1960	Matemática	Misael de Oliveira	3
13	1960	Matemática	Misael de Oliveira	4
13	1961	Didática e Prática de Ensino	Nanci Trindade e Dirce Chagas Soares	4
14	1963	História Geral	Maria Gomes Sismeiro Dias	3
14	1963	Técnica Manual	Maria Mendonça	3
14	1963	Educação Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
14	1963	Educação Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	3
14	1963	Inglês	Dino Rossigalli Mello	3
14	1963	Ciências	Maria Egle Polito Mafra	4
14	1963	Geografia do Paraná	Maria Gomes Sismeiro Dias	3
14	1963	História do Brasil	Maria Gomes Sismeiro Dias	4
14	1963	Puericultura	Maria Mendonça	3
15	1959	Português	Neusa Martini Sella	1
15	1959	Português	Neusa Martini Sella	2
15	1959	Português	Neusa Martini Sella	3
15	1960	Português	Neusa Martini Sella	1
15	1960	Português	Neusa Martini Sella	2
15	1960	Português	Neusa Martini Sella	3
15	1960	Português	Neusa Martini Sella	4
15	1961	Educação Física	Maria Sônia Azevedo Oliveira	4
15	1961	Educação Física	Dircea Rocha Fagotti	3

Fonte: Diários de aulas das disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a)

Como é possível observar, extraímos da série documental as disciplinas, o nome dos professores responsáveis por administrá-las, o ano em que cada uma foi ministrada e a série correspondente. Nos quinze livros presentes no acervo da instituição, constam que, durante o período de 1957 a 1964, houve o registro da maioria das disciplinas, uma vez que todas foram citadas, salvaguardadas algumas lacunas que identificamos.

De acordo com as instruções contidas no Decreto n. 18.180, de 9 de julho de 1955, os cursos normais regionais do Paraná deveriam seguir um número mínimo de disciplinas a serem ministradas¹⁴. Este currículo prevaleceu até o ano de 1961, quando a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4024/61 proporcionou a ruptura da rigidez dos sistemas de ensino, permitindo a flexibilização dos programas oferecidos. De acordo com o documento denominado *Currículos do*

¹⁴ O currículo mínimo a ser seguido pelas Escolas Normais Regionais já foi descrito no capítulo anterior, página 123.

Ensino Médio, publicado pela Secretaria de Educação e Cultura do estado do Paraná em 1962, as alterações curriculares que foram propostas respeitavam as seguintes orientações:

Respeitando as disposições da Lei Federal n. 4.024, bem como as indicações do Conselho Federal de Educação e as sugestões do Ministério de Educação e Cultura, foram elaboradas, pela Secretaria de Educação e Cultura, normas concernentes à fixação dos currículos nos estabelecimentos estaduais de ensino médio, durante o ano letivo de 1962, consubstanciadas nos textos das Portarias n. 873, de 15 de março de 1962, e 1.749, de 11 de maio de 1962. Ao estabelecê-las, objetivou-se alcançar a melhor forma de integração entre as disciplinas obrigatórias, complementares e optativas, a fim de que os currículos resultantes fossem adequados não só à atualização dos programas do sistema estadual de ensino, como às singularidades próprias dos cursos secundário, normal e técnico-comercial. Dentre as variedades estruturais admitidas pelo Conselho Federal de Educação, foram escolhidas as mais consentâneas com as finalidades do Ensino Médio (PARANÁ, 1962, p. 3).

Assim, o currículo das Escolas Normais Regionais passaram a contemplar a flexibilização de acordo com a necessidade de cada instituição de ensino. Nota-se que as instruções versam sobre o nível colegial, no entanto seu conteúdo também apresentou normatizações para o nível ginasial.

As Portarias n. 873, de 15 de março de 1962, e n. 1.749, de 11 de maio de 1962, estabeleceram alterações curriculares que permitiam às instituições de ensino de nível ginasial uma nova distribuição do número de aulas, a inserção de novas disciplinas e a escolha entre quatro tipos distintos de programas, o de tipo A com tendência à História, o de tipo B com tendência à Matemática e Ciências, o de tipo C com tendência a Línguas e o de tipo D com tendência a Línguas Clássicas.

Com exceção do programa com tendência a Línguas Clássicas que incluía a disciplina de Latim, os demais apresentavam as mesmas disciplinas, diferindo apenas a quantidade de aulas, que eram em maior ou menor quantidade conforme a tendência que seguiam. Com a publicação dessas portarias, no currículo das escolas normais ginasiais, ficaram definidas como disciplinas de cunho obrigatório, Didática e Prática de Ensino e Psicologia Educacional, as demais disciplinas foram equiparadas ao curso ginasial: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Francês, Inglês, Organização Social e Política, Desenho, Educação Manual Comercial Artística e Industrial e Educação Física. Esta última não era oferecida aos cursos noturnos.

Verificamos, ao realizar esta sistematização, que a ENRSJ ofertou algumas disciplinas que pertenciam a esta diversificação, a saber: Inglês em 1961 e 1963, Organização Social e Política em 1962, Educação Artística em 1962 e 1964, Francês em 1962, Geografia das Américas em 1962, Geografia do Paraná em 1963, Técnica Manual em 1963 e Puericultura em 1963.

Seguimos em frente na tentativa de sistematizar e, desse modo, problematizar as demais disciplinas do curso normal do município, para tanto, elaboramos o quadro na sequência, que compara as disciplinas ministradas com a série em que as mesmas eram oferecidas. Procuramos, assim, estabelecer organicidade entre as informações encontradas.

Quadro 8- Comparação entre disciplinas ministradas e séries correspondentes da Escola Normal Regional Silva Jardim (1957 a 1964).

Disciplinas	1 série	2 série	3 série	4 série
PORTUGUÊS	X	X	X	X
MATEMÁTICA	X	X	X	X
CIÊNCIAS	X	X	X	X
DESENHO E CALIGRAFIA	X	X	X	X
CANTO ORFEÔNICO	X	X	X	X
EDUCAÇÃO FÍSICA	X	X	X	X
FRANCÊS	X			
GEOGRAFIA GERAL	X	X	X	
TRABALHOS MANUAIS E ECONOMIA DOMÉSTICA	X	X		
HISTÓRIA DO BRASIL		X		X
GEOGRAFIA DO BRASIL		X		
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA		X		X
TRABALHOS MANUAIS E ATIVIDADES ECONÔMICAS DA REGIÃO		X	X	
HISTÓRIA GERAL			X	
GEOGRAFIA DO PARANÁ E DAS AMÉRICAS			X	
TÉCNICA MANUAL			X	
ANATOMIA			X	
INGLÊS			X	
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA			X	

HIGIENE				X
PUERICULTURA				X
PSICOLOGIA E PEDAGOGIA				X
DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO				X

Fonte: Diários de aulas das disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a)

Conforme consta no Quadro 1, o currículo vigente era composto por disciplinas de formação básica, oferecida em todos os anos do curso, como Português, Matemática, Ciências, Canto Orfeônico e Educação física, ao passo que as disciplinas de formação específica eram oferecidas apenas em determinadas séries. Deste modo, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Atividade Econômica da Região, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino, Anatomia, Higiene e Puericultura, dentre outras eram distribuídas aleatoriamente durante os quatro anos de curso.

Assim, apuramos que a ENRSJ ofereceu disciplinas em conformidade com dois momentos distintos, o primeiro ente 1957 e 1961, seguindo as orientações do Decreto n. 18.180, de 9 de julho de 1955, e o segundo entre 1962 e 1964 quando inseriu, em sua grade curricular, disciplinas que contemplavam a flexibilização do ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024, de 1961.

Com base nestas informações, nos inquiremos: Por que estas disciplinas eram tidas como requisitos mínimos nos Cursos Normais Regionais do Paraná, nestes dois momentos distintos? Havia interesses políticos ou de instâncias sociais implícitos nos programas disciplinares? Enfim, por que eram 'estas' disciplinas em detrimento 'daquelas' tantas outras que não estavam ali contempladas? O que as ausências têm a nos dizer?

Recorrendo aos fatos históricos, sabemos que tanto o curso normal de nível Colegial quanto o curso normal de nível Ginásial foram regulamentados por meio da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. Foi pelas orientações contidas nesta Lei que os Cursos Normais Regionais se disseminaram nos diversos estados da federação. No Paraná, a maioria das instituições responsáveis por esta modalidade de ensino foram criadas no governo de Moysés Lupion, tendo na elaboração das políticas educacionais de seu governo a participação expressiva do intelectual Erasmo Pilotto, cujas ideias comungavam com os ideais do movimento escolanovista. Segundo Miguel (1995),

A obra pedagógica de Piloto representou o eixo de consolidação e expansão de um ideário educacional que continha elementos da Pedagogia da Escola Nova no sistema formal de educação paranaense, e que prevaleceu principalmente na formação dos professores primários, no período de 1938 a 1961 (MIGUEL, 1995, p. 82)

Diante desta afirmativa, compreender a intensa atuação de Erasmo Pilotto nas políticas públicas educacionais paranaenses desse período torna-se imperioso para o entendimento do programa disciplinar das Escolas Normais Regionais paranaenses. De acordo com Monteiro (2015), Erasmo Pilotto, apesar de ter redigido o plano de governo de Lupion, assumiu a Secretaria de Educação do Paraná somente dois anos após o início de seu mandato, onde vislumbrou, apesar de admitir ser impossível implantar em curto período de tempo os ideais escolanovistas, uma reforma e ampliação das escolas rurais e escolas de formação de professores para o ensino rural.

No que tange especificamente às medidas voltadas à formação de professores, Pilotto identificou o problema da falta de formação específica destes profissionais que atuavam no interior do estado, visto que as escolas normais formavam um grande número de normalistas, mas que se recusavam a atuar nos rincões interioranos. Ante esta constatação, criou, durante sua atuação como secretário da educação, 24 Escolas Normais Regionais, além de colocar em ação um plano de capacitação no qual ele e mais um grupo de professores percorriam as cidades do interior para orientar os professores, propondo soluções simples com a finalidade de melhorar a realidade que já estava posta. As orientações consistiam em incluir, nas escolas rurais, atividades voltadas ao ensino de leitura e aritmética, interações sociais, atividades agrícolas, recreação, decoração, artes, educação física, geografia e ciências naturais (MONTEIRO, 2015).

Quanto às proposições e intenções de Pilotto frente à reforma do ensino, Hervatini (2011) afirma que

Erasmo Pilotto se destacou na organização da escola pública paranaense e na formação de professores, com sua contribuição ímpar para a reforma do Curso Normal. Apoiou-se nas metodologias de Montessori (1870-1952), quanto ao desenvolvimento da individualidade e da liberdade expressa em atividades de aprendizagem, Decroly (1871-1932) sobre a globalização do

conhecimento e os centros de interesse e de Wallon (1879-1962) ao considerar a importância para o desenvolvimento da criança. Mas foi com a concepção humanista de educação de Pestalozzi (1746-1827), em relação à escola para as crianças de classes menos privilegiadas, que Erasmo Pilotto procurou pôr em prática suas propostas para a educação primária e a educação de professores pela Escola normal no Paraná (HERVATINI, 2011, p. 174).

Deste modo, o intelectual visava promover uma educação de cunho cultural que abrangesse a comunidade de um modo geral; os conteúdos ensinados deveriam ultrapassar os currículos mínimos e extrapolar os bancos escolares de forma a atingir o meio social e familiar da criança. Tencionando implantar esta nova visão no ensino normal do estado, Pilotto procurou estabelecer algumas estratégias de trabalho que visassem contemplar os ideais escolanovistas por ele defendidos, através da utilização de métodos científicos que contemplassem a experimentação e a aplicação de técnicas pedagógicas previamente planejadas. Para isto, o educador e secretário defendia que o professor deveria ser preparado para uma escola ativa, que deveria oferecer atividades práticas, cuja missão era propiciar a cultura escolar para as comunidades em que atuasse, ou seja, caberia ao professor desenvolver ações baseadas em situações reais de forma a conseguir mudar a realidade posta. Assim, a ênfase no caráter higienista, expresso por meio das disciplinas de Higiene e de Economia Doméstica, se propunha a oferecer novos horizontes, expressos em melhores condições familiares (HERVATINI, 2011).

Além disso, Monteiro (2015) identificou, ao proceder a análise da obra de Pilotto, que ele preocupava-se com as particularidades e necessidades das instituições voltadas para o ensino rural. Decorria de tais preocupações o estabelecimento de algumas ações e conhecimentos específicos no currículo das escolas de formação de professores que atuavam no interior. Na visão de Pilotto, a disciplina de Economia Doméstica deveria alçar a criança e sua família a novas e melhores condições econômicas, por isto deveria ser um dos mais importantes pontos do currículo oferecido. As Ciências Físicas e Naturais deveriam ser priorizadas devido ao fato de as escolas isoladas estarem situadas em meio privilegiado, conseqüentemente, os professores deveriam cultivar o hábito de sair da sala e interagir com o meio ambiente; quanto à Higiene deveria ser trabalhada à exaustão com a finalidade de extinguir maus hábitos não só dos alunos, mas da comunidade em geral. Em relação ao ensino da Leitura, Erasmo Pilotto alertava para a deficiência

de estímulos da criança da área rural, uma vez que ela não recebia tantos estímulos como as que residiam nas cidades, assim o professor deveria desenvolver nos alunos verdadeiro vício de leitura. Outro importante fator apontado referia-se ao Teatro Escolar, que deveria oferecer instrumentos de interação entre professores e alunos, sob esta perspectiva, os alunos participariam do processo de confecção de textos, cenários e afins (MONTEIRO, 2015).

De acordo com Miguel (2011), as políticas nacionais e estaduais que foram implantadas a partir da década de 1940 possuíam um arranjo mais amplo, porque orientavam também outros países da América Latina, seguindo as recomendações da UNESCO. Assim, os cursos normais regionais, criados a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, incluíam algumas das orientações desta entidade internacional, que defendia que se assegurasse o mesmo nível de qualidade de educação para as zonas rurais e urbanas. Caso os professores encontrassem condições desfavoráveis, deveriam utilizar meios para se adaptar o programa, visando sempre ao estudo do meio rural de acordo com a realidade próxima da estudante. No Paraná,

[...] tais experiências foram pensadas e aplicadas na gestão de Erasmo Pilotto frente à pasta de Educação e Cultura a partir de 1949. As propostas e experiências podem ser consideradas relevantes, uma vez que marcaram a vida dos professores e manifestavam as principais tendências presentes na educação internacional. As experiências locais realizadas na educação paranaense, no período acima citado, tiveram a peculiaridade de serem pensadas em função do habitante que se fez presente nas zonas rurais do Estado e principalmente nas glebas de café (MIGUEL 2011, p. 24).

As propostas de Erasmo Pilotto tornaram-se efetivas por meio da aprovação dos programas para os Cursos Normais Regionais em 17 de novembro de 1949, estabelecidas no Decreto n. 8862, publicado em Diário Oficial no dia 24 de janeiro de 1950. Neste Decreto, estão expressos os objetivos de cada uma das disciplinas que compunham o programa dos Cursos Normais Regionais, além de apresentar sugestões de ordem prática e metodológica.

Este documento foi amplamente analisado por Miguel (1997). Nele, a autora identificou, ao realizar uma comparação com as obras de Erasmo Pilotto, que o núcleo de maior importância consistia em desenvolver nos alunos três pontos fundamentais, a saber:

- I- O pleno e vivo domínio da linguagem;
- II- O conhecimento dos problemas sociais, de suas soluções e a prática da interferência da escola isolada nos mesmos;
- III- A formação didática (PILOTTO, 1952, p. 45, *apud* MIGUEL, 1997, p. 156-157).

Estes pontos específicos constituíam os objetivos de todas as disciplinas da grade curricular proposta naquele momento. Desta forma, as disciplinas de Português, Matemática, Geografia, História, Ciências Naturais e Higiene, Desenho e Caligrafia, Música, Trabalhos Manuais, Psicologia e Pedagogia e Didática e Prática de Ensino tinham como orientação, nas instituições responsáveis pela formação de professores para o ensino rural, que fossem utilizados princípios escolanovistas representados pela metodologia ativa, além de transmitir a cultura geral e de seguir orientações internacionais que visavam fixar o homem no campo, fornecendo ferramentas para que, interagindo com o meio, sobretudo o solo, retirasse dele o sustento familiar.

Por meio das discussões realizadas até o momento, podemos inferir que o corpo disciplinar básico das Escolas Normais Regionais do Paraná, entre 1955 e 1961, estava pautado em orientações de vigência nacional e internacional e tinham objetivos claros. Tanto o movimento escolanovista, que se posicionava contra o ensino tradicional e pretendia implantar nas escolas uma nova organização científica, quanto as orientações internacionais expressas nos relatórios da UNESCO, identificadas por Miguel (2011), são elementos que nos auxiliam a compreender o contexto em que a Escola Normal Regional Silva Jardim estava inserida e a razão do currículo proposto para essa modalidade de ensino contemplar tais disciplinas.

A partir de 1961 Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do Ministério da Educação e Cultura, o que ofereceu novos rumos para os programas curriculares das escolas brasileiras.

De acordo com Marchelli (2014), o período em que a LDB foi gestada, entre 1947 e 1961, foi palco de um exasperado conflito de interesses, envolvendo, de um lado, os liberais escolanovistas, defensores da escola pública e da descentralização dos processos educativos, e, de outro, os católicos que defendiam a escola privada e a não interferência do estado. Neste sentido, Saviani (2010) afirma que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, atendeu tanto a

aspiração dos renovadores, que almejavam, desde a década de 1920, a autonomia dos estados e a diversificação e descentralização do ensino, quanto ofereceu concessões à iniciativa privada.

Assim, os novos mecanismos que orientavam a educação nacional consistiam em dispositivos que expressavam a conciliação dos interesses em jogo, onde os princípios liberais e católicos foram contemplados. Nas palavras de Souza (2008):

[...] a LDB assegurou a liberdade de ensino e afrouxou os mecanismos de controle das escolas privadas, facultando a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção ou reforma de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsas de estudo. Por outro lado, atendeu às reivindicações dos que há muito clamavam pela descentralização e flexibilidade na educação, conferindo aos Estados competência para a organização de seus sistemas de ensino. Desse modo, pela primeira vez, a União abria mão do forte controle que exercera sobre o ensino secundário desde o Império (SOUZA, p. 231, 2008).

Nesta perspectiva, Marchelli (2014) aponta que o sistema curricular proposto se fundamentou em quatro elementos distintos, as disciplinas obrigatórias, as disciplinas optativas, o currículo mínimo e a base comum. No que se refere a estes fundamentos Souza (2008) afirma que, em 1962 o Conselho Federal de Educação indicou as matérias obrigatórias de ensino médio, a saber: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências, acenando ainda, na ocasião, como possibilidades de completar o número de disciplinas obrigatórias o ensino de Desenho e Organização Social e Política Brasileira, uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna ou ainda duas línguas estrangeiras modernas (SOUZA, p.234, 2008).

Como já apontamos, o estado do Paraná reenquadrou os currículos das escolas normais por meio das Portarias n.873 de 15 de março de 1962 e n.1.749 de 11 de maio de 1962, as quais, buscavam acatar as orientações da LDB e atender as indicações do Conselho Federal de Educação e do Ministério de Educação e Cultura, oferecendo as instituições de ensino normal regional a opção de seguir um, dentre quatro programas distintos, a ser escolhido pela escola, aquele que julgassem se enquadrar da melhor forma possível a sua realidade.

Assim, a presença de disciplinas que pertenciam a essas novas orientações curriculares, propostas pela LDB, configuram-se em elementos que nos auxiliam o entendimento do contexto em que a ENRSJ estava inserida e a responder porque o currículo da instituição apresentou disciplinas diferenciadas a partir de 1962.

Por derradeiro, cumpre-nos identificar as práticas e saberes específicos que foram difundidos na Escola Normal Regional Silva Jardim. Uma verificação mais pormenorizada na documentação existente demonstrou a impossibilidade de refletir sobre cada uma das disciplinas devido à quantidade de conteúdo a ser analisado e ao limitado espaço de tempo desta pesquisa. Por isto, optamos por realizar a discussão a respeito das disciplinas de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região, por trazer informações mais detalhadas sobre a formação dos professores primários e sua preparação para o ensino rural, e Didática e Prática de Ensino, por desvelar as relações teórico-práticas oferecidas aos alunos pela instituição.

4.1.1 A disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região

Optamos por esta disciplina em particular porque a consideramos expressão das preocupações com a formação dos professores das Escolas Normais Regionais. Conforme identifica Mendes (2011), as disciplinas que contemplam em seu programa os trabalhos manuais e os estudos voltados à economia e atividades desenvolvidas na região onde o curso era oferecido foram inseridas no currículo apenas após a aprovação da Lei Orgânica de Ensino Normal de 1946, e representam um fenômeno específico da modalidade ginasial, ou seja, dos Cursos Normais Regionais, deixando de existir quando a Lei n. 5692/71 encerrou a dualidade do ensino normal. As referidas preocupações com os estudos regionais podem ser observadas tanto no texto da Lei Orgânica n.8530/46 quanto nas orientações do Decreto n.19891/55, que regulamentava as bases do Ensino Normal Regional no estado Paraná. Nos dois documentos, consta:

O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e ao da organização do trabalho na região (BRASIL, 1946, p. 2; PARANÁ, 1955, p. 6).

A disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região objetivava oferecer aos alunos dos Cursos Normais Regionais instrumentos para a compreensão das necessidades econômicas e educacionais próprias da localidade

onde pudessem vir a atuar. A ênfase nos trabalhos manuais seria responsável por desenvolver, na comunidade, elementos de melhoria das condições de vida, uma vez que capacitariam a população a confeccionar produtos artesanais para uso doméstico ou comercialização.

De acordo com os objetivos gerais presentes no Decreto n. 8882/49, que regulamentou os programas dos Ensino Normal Regional, os trabalhos manuais deveriam inculcar no aluno o “estímulo à capacidade de criação”, aliado ao desenvolvimento neurológico e à promoção de “hábitos de ordem e cooperação”, além de proporcionar “elementos para a ação futura no magistério” e nas condições familiares (PARANÁ, 1950, p. 7).

Para viabilizar as orientações dispostas acima, o documento estabelecia possíveis encaminhamentos:

1 ANO 1- Levar os alunos e estudar o programa de trabalhos manuais do 1 e 2 ano do curso primário e realizá-lo executando, naturalmente, trabalhos compatíveis com a idade, mas sempre dentro do mesmo espírito e orientação.

2- Realizar amplo inquérito sobre as condições da vida doméstica na região, por núcleos de população tomados separadamente, e traçar planos para a sua melhoria. Estudo das soluções que cada um dos problemas suscita, prática a respeito, elaboração de planos para influência da escola primária local em tal sentido e prática de realização desses planos.

2 ANO- 1- Como se fez em 1, do programa do 1 ano, procede-se agora em relação aos programas do 3 e do 4 ano primários.

2- Práticas relacionadas com a matéria de 14, do programa de Ciências naturais, do segundo ano do curso, e com os problemas de solo e de semente, para a produção. Os alunos devem chegar a saber sobre erosão como devem saber taboada, isto é, com verdadeiro automatismo.

3 ANO 1- Continuação dos exercícios de 1, do primeiro e do segundo ano do presente programa. Prática de Ensino.

2- Estudo dos elementos econômicos da região, pela maneira como se faz com economia doméstica, em relação ao lar, no segundo ano. (PARANÁ, 1950, p. 7).

As orientações acima dispostas revelam a preocupação em interligar a formação dos professores das Escolas Normais Regionais com a prática das escolas primárias rurais, promovendo ações de melhoria no cotidiano das famílias atendidas. É importante atentar que, no momento da publicação deste Decreto, ainda não havia sido explicitada a nomenclatura das disciplinas, que, posteriormente, figuraram como “Trabalhos Manuais e Economia Doméstica”, ministrada no primeiro ano, e “Trabalhos

Manuais e Atividades Econômicas da Região”, ministrada no segundo e terceiro anos das Escolas Normais Regionais respectivamente.

Na Escola Normal Regional Silva Jardim, permaneceu o registro da disciplina de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica da segunda série de 1958, segunda série de 1959, segunda série de 1961 e terceira série de 1961. Nos livros de registro estudados, os conteúdos ministrados nas aulas eram registrados pelos professores das disciplinas no decorrer do ano letivo. Alguns dos registros mostram-se mais detalhados que outros, mas, de uma maneira geral, as anotações foram realizadas de modo superficial, não informando detalhes sobre o que foi ensinado nas aulas. Mesmo assim, por meio dos registros que permaneceram, é possível observar a disposição do que foi ensinado.

Na tentativa de sistematizar os conteúdos dos Livros de Registro, elaboramos os quadros que são apresentados na sequência. Neles estão sistematizados, por ordem cronológica, a matéria lecionada em cada turma no decorrer do ano letivo. Deste modo, consideramos que a ordem dos conteúdos descritos e registrados nos livros refere-se à sequência em que foram ministrados oferecendo uma sequência do que foi ensinado no decorrer dos meses letivos. Optamos por não colocar as datas devido à imprecisão das anotações nos documentos, que, por vezes, quando registravam, apresentavam apenas o dia, não informando o mês.

Quadro 9- Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 2. série (1958)

Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região		2 série	1958
Professor (a): Maria Gomes Sismeiro Dias			
Conteúdo: - Ensino de dobraduras: binóculo - Ensino de dobraduras: Navio - Ensino do ponto margarida - Execução dos trabalhos ensinados - Ponto Cruz - Ensino da construção de fantoches - Continuação da modelagem - Começo da pintura dos fantoches - Continuação das pinturas - Continuação da aula anterior - Trabalho com os fantoches - Continuação da aula anterior - Trabalho com os fantoches - Continuação da aula anterior - Pintura dos fantoches - Ponto matiz - Execução do ponto ensinado - Ensino de tecelagem - Execução do trabalho ensinado - Ensino do ponto de Atividades Econômicas da Região - Execução dos pontos ensinados		- Continuação da aula anterior - Revista nos trabalhos - Ensino de vários trabalhos manuais - Execução dos trabalhos - Ensino de recortes - Ponto de Atividades Econômicas da Região - Execução dos trabalhos - Nota mensal - Trabalho de agulhas para a seção feminina - Trabalhos de serrinha para a seção masculina - Tecelagem - Trabalhos ensinados para executarem em classe - Execução dos trabalhos ensinados - Notas mensais - Tecelagem geral - Recortes - Trabalhos Executados - Dobraduras-estrela - Ponto de Atividades Econômicas da Região - Dobradura cruz pedestal - Ponto de Atividades Econômicas da Região - Exame	

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

Quadro 10-Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 2. série (1959)

Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região		2 série	1959
Professor (a): Maria Gomes Sismeiro Dias			
Conteúdo: - Confecção de trabalhos - Ponto de Atividades Econômicas da Região: História de Cianorte - Continuação do ponto - Trabalhos manuais - Trabalhos em confecção - Continuação - Ensino do ponto cheio - Continuação - Confecção de trabalhos - Continuação - Nota mensal - Ensino do ponto cheio (haste) - Ensino do ponto matiz - Ensino do ponto rococó		- Recapitulação - Dobradura Bico batedor - Confecção de trabalhos - Nota mensal - Confecção de trabalhos - Ensino do ponto galho - Revista nos trabalhos - Ensino do ponto galho - Confecção dos trabalhos - Trabalho prático: flores de lã pluma - Nota mensal - Ponto cruz - Revisão nos trabalhos - Ponto cruz - Revisão dos trabalhos - Ponto cruz - Revisão dos trabalhos	

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

Quadro 11- - Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 2. série (1961)

Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região		2 série	1961
Professor (a): Maria Gomes Sismeiro Dias			
Conteúdo: - Execução dos trabalhos ensinados - Bainha simples - Execução dos trabalhos - Trabalhos com lã - Execução dos trabalhos - Execução do trabalho individual - Trabalho com arroz - Execução dos trabalhos - Ensino do ponto matiz - Nota mensal - Viagem a Curitiba - Ensino do ponto espiga - Riscar o pano - Ponto Xadrez - Trabalho com feltro	- Trabalho com lã pluma - Recapitulação - Prova parcial - Trabalho com papel crepom - Trabalhos manuais - Emprego de cereais como enfeite - Trabalhos para a semana da criança - Colar de mamona - Nota mensal - Colar de mamona - Recortes de papel - Dobraduras - Recortes - Dobraduras - Execução dos trabalhos - Recapitulação		

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

Quadro 12-Conteúdo ministrado na disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região – 3. série (1961)

Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região		3 série	1961
Professor (a): Maria Gomes Sismeiro Dias			
Conteúdo: - Ponto máquina - Execução do ponto - Ponto trigo - Execução do ponto - Ponto matiz - Execução do ponto - Nota: visto nos trabalhos - Bainha larga - Caseado simples - Aplicação com pano - Crivo simples - Crivo trabalhado - Viagem a Curitiba - Ponto cheio com recheio - Execução dos trabalhos - Trabalho com feltro - Nota mensal	- Ponto de Atividades Econômicas da Região - Atividades - Recapitulação - Prova parcial - Visto nos trabalhos - Trabalho com jornal - Marionetes - Marcadores de livros - Confecção dos trabalhos - Trabalhos para a semana da criança - Nota mensal - Porta naftalinas - Suporte de lenços - Nota mensal - Recorte - Execução de trabalhos - Recapitulação - Prova		

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

Na sistematização realizada, é possível constatar que a disciplina foi ministrada por uma mesma professora nos diferentes anos em que foi oferecida. Consideramos tal fato como o responsável por incutir uma certa semelhança no modo como os registros foram feitos e ainda um certo grau de semelhança entre conteúdos ministrados em anos e séries diferentes.

Na segunda série do ano de 1958, foi contemplado o ensino de dobraduras, de pontos de bordado e tricô, confecção de fantoches e tecelagem. Também observamos a menção à separação dos trabalhos femininos e masculinos, em que as alunas realizavam trabalhos com agulha e os alunos trabalhos com serrinha. O conteúdo da segunda série da turma de 1959 apresenta ênfase maior no ensino de pontos de bordado e tricô, além de trabalhos de confecção e dobradura. Difere do ano anterior, visto que não contempla a confecção de fantoches e trabalhos em tecelagem. A turma da segunda série de 1961, além dos conteúdos já abordados nos anos anteriores, realizou trabalhos com lã e feltro, papel crepom e confecção de trabalhos com cereais. Registra uma viagem a Curitiba, no entanto não conseguimos elementos para identificar se foi realizada pela turma ou somente pela professora. Por meio do conteúdo registrado na terceira série de 1961, foi possível visualizar que os conteúdos ministrados eram semelhantes aos da série anterior, salvo alguns trabalhos realizados, como porta-naftalinas, marcador de livros, suporte para lenços, além de alguns pontos de bordado e tricô diferentes dos ensinados na segunda série.

Pelo exposto, podemos inferir que a disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região da Escola Normal Regional Silva Jardim oferecia a seus alunos conteúdos e atividades voltados à confecção de artigos de uso doméstico, expressos por meio do ensino de pontos, bordados e afins. Quanto aos materiais que poderiam diversificar a prática pedagógica no primário, contemplava o ensino de fantoches, recortes, dobraduras, etc.

Constatamos que o ensino sobre trabalho manual ocupava um tempo muito maior do que o dedicado ao ensino dos conteúdos que tratavam das atividades econômicas da região. Sobre esta parte da disciplina, conseguimos indícios mais relevantes na avaliação parcial que consta anexa ao livro que registra a disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região do terceiro ano de 1961.

Os pontos a serem sorteados como avaliação nos mostram que os conteúdos relativos às atividades econômicas desenvolvidas na região davam ênfase a dois aspectos distintos, o primeiro abordava assuntos ligados à vida do campo, como o

clima, hidrografia, limites territoriais e cultivo do café. O segundo atém-se a conteúdos essencialmente urbanos, como o funcionamento do hospital, do comércio e dos meios de comunicação de Cianorte.

Quadro 13- Transcrição da Avaliação da disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região.

<p>Escola Normal Regional Silva Jardim Cianorte</p> <p>Estado do Paraná</p> <p>Lista de pontos para a Prova Parcial de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região, da 3 série, turma única do Curso Normal Regional "Silva Jardim", realizado no dia __de____ de 1961.</p> <p>JUNTA EXAMINADORA: 1 examinador _____ 2 examinador _____ 3 examinador _____</p> <p>PONTOS:</p> <p>1- a) Marionete b) Descrição do hospital de Cianorte</p> <p>2- a) Porta lenço b) Ensino de Cianorte</p> <p>3- a) Recortes de papel para balas b) Cianorte- Dissertação</p> <p>4- a) Flores de lã pluma b) Localização do hospital de Cianorte</p> <p>5- a) Recortes de papel toalhina b) Religiões de Cianorte</p> <p>6- a) Ponto de agulha – paris pregando renda b) Corpo clínico do hospital</p> <p>7- a) Aplicação de pano b) Ensino da nossa região</p> <p>8- a) Marionete de jornal b) Repartições do prédio</p> <p>9- a) Dobradura- enfeite de balas b) Hidrografia da nossa região</p> <p>10- a) Trabalho com lã pluma b) Organização do hospital Cianorte</p> <p>11- a) Ponto de Agulha- Cheio b) Clima- Limites de Cianorte</p> <p>12- a) Porta Lenço b) Dissertação sobre o hospital Cianorte</p> <p>13- a) Ponto de Agulha – Sombra b) Comércio da nossa região</p> <p>14- a) Recorte de papel livre b) Limites do município</p> <p>15- a) Ponto de agulha- Matiz b) Meios de comunicação da nossa região</p> <p>16- a) Enfeites de lã pluma b) O café em nossa região</p> <p>17- a) Ponto de agulha – Livre b) Rios de nossa região</p> <p>18- a) Enfeite de quarto b) Limites de nossa cidade</p> <p>19- a) Ponto de agulha- Picurú b) Rios principais do município de Cianorte</p> <p>20- a) Dobradura-livre b) Agricultura da nossa região</p> <p>Foi sorteado o ponto n. _____ 19__</p> <p>_____, ____ de _____ de 1961.</p> <p>_____ Inspetor</p>
--

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

De um modo geral, percebemos que tanto esta como outras avaliações que se encontram preservadas seguem estrutura semelhante a aqui transcrita. O conteúdo

ensinado durante um certo período era elencado em tópicos e realizava-se o sorteio de um dos pontos. Neste caso específico, foi contemplado o item n. 19 e os alunos dissertaram, na ocasião, sobre o ponto de agulha Picurú e sobre os principais rios do município de Cianorte.

As constatações que realizamos por meio da análise dos documentos nos oferecem elementos para concluir que as orientações do Estado, expressas no Programa do Ensino Normal Regional, ora se aproximavam, ora se distanciavam do conteúdo descrito pelo professor da disciplina. Não identificamos uma preocupação tão acentuada quanto a do documento oficial em identificar problemas do meio rural e criar meios para saná-los. Somando-se o pouco tempo dedicado ao debate destes conteúdos ao fato de que as aulas práticas eram realizadas no Grupo Escolar Itacelina Bittencourt, que atendia à população urbana, podemos afirmar que, no caso da Escola Normal Regional Silva Jardim, não havia uma preocupação explícita em se identificar, debater e promover mudanças no meio rural, uma vez que a maior parte da disciplina se concentrava no ensino de trabalhos manuais.

4.1.2 A disciplina de Didática e Prática de Ensino

Elencamos a disciplina de Prática de Ensino pelo fato de exprimir as preocupações didáticas com o ensino nas escolas primárias e por especificar as recomendações voltadas à prática dos professores que viriam a atuar no ensino rural.

Historicamente, esta disciplina passou por muitas discussões de ordem teórica e metodológica. Guedes (2009) e Guedes e Schelbauer (2009), ao refletirem sobre a construção histórica da Prática de Ensino, apontam que, no final da década de 1930, a disciplina assumiu configurações que a restringiram a uma série única, suscitando a perda de vários elementos da cultura pedagógica defendida pelo escolanovismo. Naquele momento, houve uma desvinculação entre teoria e prática, uma vez que a disciplina foi relegada ao último dos quatro anos de formação das escolas normais, mesmo assim, apontam as autoras, ainda existiam marcas significativas das reivindicações renovadoras e da luta pela profissionalização do magistério ocorridos nesse período.

Ao proceder a análise dos currículos propostos pelas Leis Orgânicas do Ensino de 1946 e comparando-os com o currículo da década de 1920, Mendes (2011)

identificou a ruptura teórico-prática citada pelas autoras anteriores. O que mais o impressionou, ao realizar a comparação entre os currículos de 1920 e de 1946, foi que as disciplinas responsáveis pela formação do professor, como Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino contavam com uma carga horária muito inferior a disciplinas como Canto Orfeônico, por exemplo, que estava presente em todas as séries. Nos currículos de 1920, a prática pedagógica era trabalhada desde a segunda série, enquanto que, em 1946, como já apontado, estava apenas no último ano de formação (MENDES, 2011).

Nas Escolas Normais Regionais do Paraná, a disciplina de Didática e Prática de Ensino foi concebida como elemento de melhoria de vida da comunidade na qual se inseria a escola. Para atingir este intuito, propunha práticas voltadas para a conservação da saúde da população, indicações do modo de alfabetizar crianças e adultos, inculcar sentimentos patrióticos, modos de dignificar a vida doméstica, enfim, priorizava modos de organização da vida social. Nesta perspectiva, a Prática de Ensino, proposta pelo programa da disciplina, preocupava-se com dimensões maiores que apenas transmitir saberes teóricos e práticos (MIGUEL, 1997).

Estes elementos identificados por Miguel (1997) são visíveis no texto do Decreto n. 8862/49, ao estabelecer os sete objetivos principais que a disciplina deveria atingir, oferecendo ainda onze sugestões práticas de como o professor deveria dirigir as atividades desenvolvidas durante o ano letivo. Exceto alguns parágrafos que não reproduzimos na íntegra devido à extensão, constavam as seguintes orientações:

Didática e Prática do Ensino 4 ano

1- As funções da escola rural;

- a) Implantação de práticas, no meio rural, que tendam à conservação da saúde e da vida;
- b) desenvolvimento econômico da região;
- c) desanalfabetização (*sic*) de crianças e adultos;
- d) cultivo de sentimentos cívicos e patrióticos;
- e) dignificação da vida doméstica;
- f) participação do homem da região nos valores espirituais da humanidade;
- g) organização da vida social do homem que vive em torno da escola.

Tudo isso se resume em: Melhorar a vida;

Sugestões Práticas:

O professor coloca o problema acima diante dos seus alunos e procura, depois que eles, mediante o debate em mesa redonda, precedido da conveniente preparação, discutam cada tópico, vendo o estado atual e o que julgam possível fazer, até chegarem a elaborar um relatório ou estudo a respeito. O professor fará a crítica desse relatório, em debate com os alunos. Como estas são ideias

fundamentais, prolongar este debate durante todo o ano, através das formas mais variadas.

2- A sala de aula da escola rural. [...]

3- Aulas ao ar livre. [...]

4- O ensino inicial da leitura e da escrita. [...]

5- O ensino inicial da aritmética. [...]

6- O canto, o desenho, a pintura e a modelagem como técnicas de expressão e desenvolvimento do espírito criador da criança. [...]

7- A continuação do ensino da leitura. Não ler para ler: a leitura como recreação ou instrumento para a solução de problemas locais [...]

8- Continuação do ensino da aritmética. [...]

9- A atividade agrícola e pecuária da escola. [...]

10- A organização da vida social do homem que vive em torno da escola. Como fazê-lo. Prática até a rotina. Estudo de um plano de atividades daquela organização.

11- Elaboração de planos de aula e sua aplicação. Crítica coletiva dos planos e aplicações. Correções sucessivas.

12- O horário. Prática de condução simultânea das atividades. Regência da classe e da escola.

Estes dois últimos itens devem ocupar a metade do tempo destinado à Didática e prática do ensino e é preciso dar-lhes o máximo de atenção e importância (PARANÁ, 1950, p. 8).

Os Livros de Registro das Disciplinas da Escola Normal Regional Silva Jardim preservam os conteúdos ministrados de todas as turmas de quarta série que a escola manteve. Estão preservados os livros dos anos de 1960, 1961, 1962 e 1963. Assim, como na disciplina analisada anteriormente, utilizamos a sistematização das informações por meio de quadros explicativos que expõem o conteúdo ministrado durante o ano letivo.

A seguir, apresentaremos quatro quadros que descrevem, na íntegra, o programa disciplinar elaborado pelos professores e disponibilizados em cada ano para os alunos da Escola Normal Regional Silva Jardim.

Quadro 14-Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4. série (1960)

Didática e Prática de Ensino		4 série	1960
Professor (a): Maria Sônia Azevedo Oliveira			
Conteúdo: - A Escola Rural - Aulas ao ar livre - Observação no primeiro e quarto ano primário - Relatórios - Métodos e suas divisões – processos didáticos - Aulas práticas no Grupo Escolar Itacelina Bittencourt - Formas didáticas – modos didáticos - Materiais didáticos - Organização de plano de aula	- Ensino de leitura - Leitura oral – método global - Ensino da Escrita: Escrita no 1ano - Ensino da leitura no meio rural - Ensino da aritmética - Plano de aula de leitura e de escrita - Continuação do ensino da aritmética - graduação das dificuldades - Plano de aula de aritmética - Prática no Grupo Escolar Itacelina Bittencourt - Relatório das aulas dadas		

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

Quadro 15- Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4. série (1961)

Didática e Prática de Ensino		4 Série	1961
Professor (a): Nanci Trindade / Dirce Chagas Soares			
Conteúdo: - Introdução ao estudo de didática - Noções sobre a prática do magistério: Conduta do professor - Esquema sobre: Conceito e divisão da Didática - Conceito e divisão da didática: Etnologia e iniciação - Modelo de plano de aula: 3 ano - Explicação sobre planos de aula em geral - Conceito e divisão da didática: metodologia e evolução - Designação de trabalhos práticos: Planos de aula - Conceito e divisão da didática: Pedagogos e pedagogistas modernos - Programa para a Curso Primário: aritmética e conhecimentos gerais - Prática: Conduta do Professor e suas relações diversas - Designação de trabalhos práticos: temas diversos - Advertências sobre os erros comumente cometidos pelas professorandas; Seu modo de agir - Os métodos da Escola Nova: Esquema - Métodos da Escola Nova: Explicação - Designação de trabalhos práticos: Esclarecimentos - Verificação da capacidade do timbre de voz das formandas - Prova Mensal	- Prática. Narração. Pelas formandas - Explicação sobre o domínio que a professora deve ter - Designação de Trabalhos Práticos - Prática: Narração de uma história pelas alunas - Metodologia da Aritmética 1 parte - Idem a aula anterior –Explicações - Designação de trabalhos práticos – Explicações - Objetivos da Aritmética - Anotações sobre os objetivos da aritmética - Meios para a fixação da Aritmética - Ensino da aritmética: Recursos 1 ano. - Ensino de Aritmética: Subtração - Revisão para a prova/ Ensino da Metodologia da Geografia - Anotações sobre o ensino da Geografia - Recapitulação - Revisão da matéria - História dos métodos - Planos de aula - Fichas de observação - Livro de chamada - Material didático: Confecção - Aplicação de testes - Estágio - Aula Modelo - Estágio - Prova mensal - 14 aulas práticas - 5 aulas práticas - Prova Parcial		

- Designação de trabalhos práticos	- Confeção de material
------------------------------------	------------------------

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

Quadro 16- Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4. série (1962)

Didática	4 série	1962
Professor (a):: Dirce Chagas Soares		
Conteúdo: - Palestra sobre a matéria - Didática: conceito - Etmologia da palavra – definições - Leitura sobre o assunto - Consulta de livros - Objetivos da didática para Claparède - Objetivos da didática - Divisão da Didática - Conceito e finalidade da Escola - Orientação para confecção de materiais - Escola Viva - Confeção de um flanelógrafo - Aprendizagem - Prova mensal - Comentário das provas - Aprendizagem e ensino - Leitura de trecho Didático - Continuação - Quadro de pregas - Objetivos Didáticos - Fundamentos da didática - Ensinar - Atitudes do professor - Didática mínima - Leitura e comentários - Plano de aula - Elementos de um plano de aula - Funções do plano de aula		- Prova mensal - Modelo de plano de aula - Confeção de material didático - Plano de aula - Ensino da leitura - Aprendizagem - Objetivos da leitura - Fatores que influem na aprendizagem - Recapitulação - Fator psicológico - Fator físico - Fator social - Prova mensal - Comentários sobre as provas - Leitura e preparação - Conclusão da parte iniciada - Avaliação da capacidade para aprendizagem - Continuação - Testes ABC - Normas gerais - Duração do exame - Aplicação do teste - Local da prova - Avaliação dos testes - 15 aulas práticas - 13 aulas práticas - 7 aulas de preparação para regência - 4 aulas de regência - Comentário sobre a regência

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

Quadro 17- Conteúdo ministrado na disciplina de Didática e Prática de Ensino – 4. série (1963)

Didática e Prática de Ensino	4 série	1963
Professor (a):: Wilabe Antônio Franzoni		
Conteúdo: - Aula Inaugural - Definição de didática - Arguição - Conceito de didática - Objetivos da didática - Chamada oral		- Continuação da aula anterior - Exercícios - Quadrinhos e canto no período de adaptação - Etapas para a aula de leitura - Apresentação do motivo - Domínio das dificuldades gerais

<ul style="list-style-type: none"> - Continuação ponto da aula do dia 11 - Formação e informação - Continuação aula anterior - As escolas rurais - Arguição - Comparação de preços: comentário e explicação - Localização das escolas rurais - Arguição - Problema de aplicação nas escolas rurais - Arguição - Instalações comunitárias - Funções da escola rural - Aulas ao ar livre - Qualidade do professor - Continuação aula anterior - Prova - Continuação aula anterior - Leitura. Objetivos - Leitura Continuação - Arguição - Métodos - Métodos Sintéticos - Métodos Analíticos - Método Global - Fase da sentença - Continuação da aula anterior - Recapitulação da matéria dada - Prova bimestral - Fase da palavra - Continuação do ponto - Arguição - Atividades de uma aula de linguagem - Decomposição em sílabas - Continuação da aula anterior - Atividades no período de adaptação - Didática Crítica - Discriminação da qualidade - Discriminação da intensidade - Leitura oral - Identificação - Contagem Ordinal - Noções de antes, depois e entre. - Jogos - Contagem além de dez - Planos de aula - Material para aula - Planos de aula - Material para aulas práticas - Introdução dos vocábulos: dezena e unidades - Continuação da aula anterior - Correção de planos de aula - 5 Aulas práticas no Grupo Itacelina Bittencourt - Orientação sobre aulas práticas - Crítica das aulas práticas - Planos de aula - Aulas práticas - Escalas para a regência - Continuação dos pontos de didática: Adição 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura selecionada pelos alunos e domínio das dificuldades gerais - Comentários - Leitura oral pelos alunos – aplicação - Revisão da matéria dada durante este mês - Conceito de plano de aula - Continuação - Problemas do ensino da escrita - Prova bimestral - 1 ao 3 itens de problemas do ensino da escrita - 4 a 7 itens sobre os problemas do ensino da escrita - Arguição - Fatores que influenciam na composição - Narração - Continuação da narração - Palestra sobre planos de aula - Fatores que influem na composição - Concisão e vigor - Ortografia - Gramática - Carta - Metodologia da aritmética – objetivo matemático e social - Método - Uso do material concreto e organização da sequência do trabalho - Contagem - Exercícios orais - Revisão da matéria dada - Exercícios - Planos para regência - Orientação para planos - Exercícios - Falta do professor - Dia do funcionário - Planos de aula para regência - Orientação para planos - Exercícios - Planos para regência - Orientação para planos - Exercícios - Falta do professor - Dia do funcionário - Plano de aula para regência - Continuação da aula anterior - Censo escolar - Planos para regência - 7 dias consecutivos de regência - Palestra com as alunas - Ficha de avaliação a ser preenchida pela estagiária - Palestra com as alunas - Comentários sobre a regência - Continuação aula anterior - Encerramento das aulas
--	---

Fonte: Diários de aulas de disciplinas (ESCOLA NORMAL..., 1957 a 1964a).

No caso da Disciplina de Didática e Prática de Ensino, os professores que ministravam a matéria não eram os mesmos em cada uma das turmas. Este fato possibilita entender as diferenças na forma como o conteúdo foi registrado, fornecendo-nos elementos mais detalhados em alguns anos, ao passo que outros, como o quarto ano de 1960, que apresenta apenas algumas anotações sucintas.

No ano de 1960, a turma sob a orientação da professora Maria Sônia Azevedo Oliveira participou de discussões sobre o meio rural e de aulas ao ar livre, ao passo que as aulas práticas ocorreram no Grupo Escolar Itacelina Bittencourt. Sobre as orientações metodológicas, observamos a menção sobre como proceder no ensino da leitura e escrita, o método global e orientação para o ensino da aritmética, todavia não nos fornecem maiores detalhes devido à brevidade dos relatos.

A quarta série do ano de 1961 começou sob a orientação da professora Nanci Trindade, que foi substituída, alguns meses depois, por Dirce Chagas Soares. Por meio dos registros, verificamos não somente uma maior quantidade de conteúdos registrados, além de uma grande quantidade de temas, como conduta do professor, estudo do conceito da disciplina, métodos da Escola Nova, dentre outros que se somam ao ensino da Aritmética, Geografia e indicam que, a partir desse ano, a disciplina tomou rumos diferentes, distanciando-se das orientações curriculares expressas nas orientações do Programas das Escolas Normais Regionais. Esta turma também teve um grande número de aulas práticas, que, ao nosso entender, eram tanto de observação (fichas de observação) como de regência (Confecção de materiais didáticos), além do que nos chamou a atenção não haver nenhuma menção ao ensino no meio rural.

A disciplina de Didática e Prática de Ensino da quarta série de 1962 foi ministrada pela professora Dirce Soares, que, como no ano anterior, enfatizou estudos que contemplavam o conceito e definição de Didática. Pelas descrições, é possível observar ainda a menção a alguns conteúdos específicos como “Objetivos da Didática para Claparède”, “Escola Viva” e a aplicação dos “Testes ABC”. Além disso, foram confeccionados alguns materiais, como flanelógrafo, quadro de pregas e outros materiais didáticos não especificados. As aulas práticas tiveram um espaço maior que o ano anterior, totalizando 39 aulas, das quais 11 foram dedicadas à preparação e regência propriamente dita. Novamente, não existe nenhuma menção ao ensino no meio rural.

A disciplina de Didática e Prática de Ensino oferecida à última turma da Escola Normal Regional Silva Jardim foi ministrada pelo professor Wilabe Antônio Franzoni, no ano de 1963. Os registros indicam conteúdos com maiores detalhes acerca do que foi ensinado, conseguimos identificar vários pontos específicos do programa, por exemplo, a menção aos métodos sintético, analítico e global, decomposição de sílabas, contagem ordinal, contagem além de dez, introdução dos conteúdos: dezenas e unidades, a utilização de quadrinhos e canto e o uso do material concreto. Nesse ano, observamos a volta da discussão de temas envolvendo o meio rural: as escolas rurais e sua localização, problemas de aplicação nas escolas rurais, funções das escolas rurais e aulas ao ar livre estavam presentes no conteúdo curricular de 1963. Em relação às aulas práticas, foi utilizado um período muito menor que nos anos anteriores, apenas sete aulas dedicadas à regência, o que explica o expressivo aumento de conteúdo em relação aos anos anteriores.

Ao compararmos o conteúdo das orientações oficiais com o conteúdo das aulas ministradas na ENRSJ, podemos notar que a preocupação e a ênfase com a melhora da vida no meio rural não foram prioridade dos conteúdos trabalhados durante os anos de funcionamento da Escola em Cianorte. Apesar da menção às escolas rurais, essas consistiam em pontos específicos estudados no decorrer do ano letivo. As orientações do Decreto n. 8862/49, que valorizavam a problematização do meio rural em que a instituição estava inserida, visando soluções para os problemas encontrados, em discussões que deveriam se prolongar durante o ano todo, não se configuravam na realidade da Escola Normal Regional Silva Jardim.

4.2 O processo de cessação da Escola Normal Regional Silva Jardim

Para compreender o processo de extinção das Escolas Normais Regionais no Paraná, temos que ter em mente que elas foram criadas como tentativa de reparar um quadro de decréscimo de matrículas em escolas de educação básica, identificadas pelo Governo Federal por meio de inquéritos sobre a situação educacional pública nos estados, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o INEP. Portanto, o conjunto de Leis Orgânicas promulgadas em 1946, dentre as quais estabelecia

novas bases para o Ensino Normal, vislumbrou a criação das escolas de regentes de ensino de nível ginásial com o objetivo de sanar essa deficiência (MIGUEL,1997).

No Paraná, as décadas de 40 a 60 do século XX foram marcadas pela intensa ocupação dos territórios, sobretudo ao norte e sudoeste, e pela criação de diversos núcleos populacionais, os quais demandavam uma rede física escolar. Sob tal pressão, a criação das Escolas Normais Regionais veio para atender às necessidades emergenciais referentes à demanda desses novos centros populacionais.

Hervatini (2011) aponta que o principal objetivo da criação dos Cursos Normais Regionais era a formação aligeirada de muitos professores que já atuavam ou que objetivavam assumir turmas de ensino primário no interior. No entanto, o baixo nível didático-pedagógico ofertado, aliado à formação insuficiente levaram à afirmação de que a cessação destes cursos havia sido prevista desde sua criação.

De fato, na década de 1960, o Estado do Paraná já havia contemplado a ocupação da maioria de seu território, conseqüentemente o aumento do contingente populacional já havia se estagnado a algum tempo. É deste momento a aprovação da Lei n.4024/61, que passou a reger as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reorganizou o Ensino Normal nos seguintes termos:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professôres, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;

b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial.

Art. 54. As escolas normais, de grau ginásial expedirão o diploma de regente de ensino primário, e, as de grau colegial, o de professor primário.

Art. 55. Os institutos de educação além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial (BRASIL, 1961).

Seguindo estas novas orientações, os Cursos Normais Regionais deixaram de existir, passando a denominar-se Cursos Normais Ginásiais, responsáveis, a partir de

então, pela formação de regentes primários, enquanto que a formação de professores passou a ser de responsabilidade das Escolas Normais de grau Colegial.

O Paraná entrou em consonância com estes termos por meio da aprovação da Lei Estadual n. 4978, de 5 de dezembro de 1964. Dentre outros aspectos, determinou que os estabelecimentos fossem assim organizados:

I – escola normal de grau ginásial de 05 (cinco) séries anuais, onde além das disciplinas obrigatórias de curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica na 5ª série;

II – a escola normal colegial de 03 (três) séries anuais, em prosseguimento à quarta série ginásial;

III – instituto de educação, onde, além dos cursos ministrados nas escolas citadas nos itens I e II, serão ministrados cursos de especialização, de administração escolar, de orientação educacional e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escola normal de grau ginásial.

§ 1º - Cada estabelecimento de ensino normal contará com uma escola primária de aplicação ou de classes especiais para o período de regência a que ficarão sujeitos todos os alunos.

§ 2º - Nos casos de transformação de atuais escolas regionais em ginásios, com ensino secundário de 1º ciclo, a quinta série, de preparação pedagógica para a formação de regentes de ensino, poderá funcionar, como curso anexo, em escolas normais de grau colegial ou instituto de educação da mesma cidade (PARANÁ, 1964, Art. 159).

Deste modo, o Curso Normal Ginásial paranaense deixou de ser uma escola de formação de professores e tornou-se um Curso Ginásial que ofertava a formação normal apenas como um apêndice curricular. De acordo com Tanuri (2000), estas novas orientações, expressas na Lei n. 4024/61 e na Lei Estadual n. 4978/64, acarretaram uma perda de prestígio dos cursos de formação de nível ginásial, acentuando-se ainda mais com a aprovação da Lei n. 5692/71. Esta Lei reformulou as bases do ensino nacional, criando as habilitações profissionalizantes e modificando as bases do ensino em primeiro e segundo graus, quando antes eram classificados como primário, ginásial e colegial (HERVATINI, 2011).

A nova estrutura da Lei n.5692/71 extinguiu os Cursos Normais e ofereceu, a partir de então, uma habilitação técnica, que figurava dentre muitas outras, para aqueles que desejassem atuar no magistério, descaracterizando assim as Escolas Normais como local específico voltado à formação de professores. Considerando este processo, podemos afirmar que a criação das Escolas Normais Regionais foi um fenômeno que priorizou atender às demandas emergenciais de professores primários,

que, no caso específico do nosso estado, foi acentuada pela colonização de terras nas décadas de 1930 a 1950.

Outro fator que se deve considerar é a constatação feita por Hervatini (2011) nos cursos normais regionais por ela estudados das cidades de Apucarana e Maringá: a cessação das atividades estava vinculada à abertura de Cursos Normais Colegiais logo na sequência. No município de Cianorte também ocorreu este processo de encerramento da Escola Normal Regional e, simultaneamente, a criação de uma escola de nível colegial, a Escola Normal Secundária Cândido Portinari.

As orientações fornecidas pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, por meio de títulos e portarias, foram transcritas em livro ata específico e que ainda encontra-se preservado juntamente com o restante da documentação pertencente a esta instituição. Este documento contém as instruções para a realização dos exames vestibulares de admissão, além de orientação para a contratação de professores, programas curriculares a serem adotados pela instituição já no ano de 1962, fato este que comprova a concomitância de ambos os cursos. Assim, enquanto a Escola Normal Regional Silva Jardim preparava-se para encerrar as atividades, a Escola Normal Secundária Cândido Portinari se organizava para abrir suas primeiras turmas.

Dentre as orientações expressas nas Circulares e Portarias enviadas no ano de 1962, constam instruções para os cursos vestibulares, instruções para a contratação de professores, normas para aplicação de avaliações, instruções para o envio de remessas de relatórios, informações sobre o funcionamento da escola e a competência de cada funcionário e instruções referentes aos programas a serem seguidos em cada disciplina.

Não adentraremos a análise dos documentos desta instituição, no entanto nos chamou a atenção o conteúdo das instruções das disciplinas do curso secundário, uma vez que nos oferecem parâmetros para a comparação entre as disciplinas do curso regional com as disciplinas do curso secundário¹⁵.

As instruções acerca dos programas a serem seguidos orientam sobre como proceder nas disciplinas de Português, Matemática e Estatística, História, Geografia, Ciências, Desenho, Didática e Prática de Ensino, Psicologia, Organização Social e

¹⁵ A comparação a que nos referimos diz respeito aos rumos que o ensino normal tomou no município de Cianorte, ou seja, após a abertura do curso de nível secundário, a formação de professores seguiu novos princípios norteadores. Temos claro que uma comparação entre o programa do Ensino Normal Regional e o programa da Escola Normal Secundária é inviável, visto tratar-se de duas modalidades distintas de Curso Normal.

Política Brasileira, História e Filosofia da Educação, Educação Doméstica, Música e Canto Orfeônico, Educação Física e Educação Artística. Esta relação, por si só, já nos permite visualizar a grande diferença entre os currículos propostos para as duas instituições, disciplinas que foram ofertadas para formar professores primários rurais, como Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Atividades Econômicas da Região foram suprimidas e deram lugar a disciplinas como Organização Social e Política, por exemplo.

Um olhar mais atento para as orientações da disciplina de Didática e Prática de Ensino nos oferece elementos para realizar mais algumas reflexões.

Didática e Prática de Ensino: Matéria por excelência deste Curso, deverá, através de pesquisas bibliográficas de técnicas didáticas atualizadas e da prática dos conhecimentos adquiridos pelo aluno e orientados pelo professor, capacitar o aluno para a tarefa de educar. Na primeira série será dada Didática Geral; na segunda série Didática e Prática de Linguagem, Didática e Prática de Ciências Naturais e na terceira série, Didática e Prática da Matemática, Didática e Prática dos Estudos Sociais (Geografia, História, Moral e Civismo), Didática do Jardim de Infância. Ainda na terceira série recomenda-se que sejam ministrados conhecimentos de medidas Objetivas para verificação do rendimento escolar (ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA CÂNDIDO PORTINARI, 1962).

As disposições acima nos oferecem indícios que demonstram que a preocupação com a formação de professores passou, a partir de então, a objetivar a formação do professor “para a tarefa de educar”, e não mais com o intuito de ser agente modificador de uma realidade social, a rural. Para tanto, a formação curricular englobava a disciplina de Prática de Ensino no decorrer das séries do Curso, e não apenas no último ano como era feito no programa da Escola Normal Regional.

Estas orientações aproximam-se dos debates que circulavam em nível nacional em torno do papel da escola e da função social que deveria exercer. Os debates educacionais ocorridos nas décadas de 50 e 60 do século XX culminaram com a aprovação do “Manifesto dos Educadores mais uma vez reunidos” e com a aprovação da LDB de 1961, além disso traziam um forte teor ideológico que defendia a renovação do ensino e a adoção de novas teorias pedagógicas pautadas no positivismo. Com base nesses preceitos, a educação era apontada como a salvação para os problemas sociais, atribuindo às escolas papel fundamental para o desenvolvimento do país (HEGETO, 2007).

Estes apontamentos nos permitem inferir que, durante o período de funcionamento da Escola Normal Regional Silva Jardim, a preocupação com a formação de professores primários permeou as práticas cotidianas, observadas por meio dos temas disciplinares. No entanto, a educação primária idealizada por Erasmo Pilotto, expressa nos programas para os Cursos Normais Regionais por ele elaborados, em que os professores deveriam estar em constante interação com o meio rural, não se realizou conforme os objetivos propostos. A realidade que observamos na Escola Normal Regional Silva Jardim demonstra que nem todas as propostas direcionadas para esta modalidade de ensino foram possíveis de serem efetivadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao voltarmos o olhar para os principais aspectos vivenciados no processo de pesquisa, não podemos deixar de apontar que muitos caminhos foram trilhados nestes dois anos de pesquisa. Quando dizemos “caminhos”, referimo-nos aos diversos aspectos de amadurecimento e crescimento em que nós, como seres humanos, temos para percorrer durante nossa vida.

Nossa jornada intelectual não se desvincula da emocional. Nossa vida não para quando estamos pesquisando, buscando, aprimorando, pelo contrário, enquanto refletimos sobre os conhecimentos que ganhamos a cada nova leitura, novo dia de trabalho, outorgamos novos sentidos às nossas vivências pessoais, mudamos nossa opinião, compreendemos o que outrora pertencia ao campo do senso comum e, assim, somos capazes de agir, buscar mudanças em vários âmbitos, como o profissional, pessoal, político, social, dentre tantos outros.

Deste modo, primeiramente concluímos que os desafios de cunho científico, sem dúvida, nos levam à ampliação do conhecimento acadêmico, mas também, segundo nossa visão, possibilitam a ressignificação e o amadurecimento pessoal. Para além desta consideração de cunho pessoal, compreendemos que o processo de formação que a realização desta pesquisa propiciou nos permite sistematizar os principais aspectos experienciados durante este processo investigativo.

Nossos esforços ocorreram no sentido de investigar a história da Escola Normal Regional Silva Jardim no período em que manteve turmas no município de Cianorte (1957-1964). Assim, ao questionar os documentos ainda preservados daquela instituição, amparamo-nos na seguinte questão: em que medida o ensino normal promovido pela ENRSJ foi relevante na formação dos professores durante os primeiros anos após a sua criação do município de Cianorte?

Defronte à variedade de fontes encontradas no percurso da pesquisa e amparados na bibliografia que evidencia a importância de se conservar os documentos e viabilizar a ampliação dos conhecimentos ante a possibilidade do acesso às informações, construímos o inventário de fontes da Escola Normal Regional Silva Jardim. Esta construção nos propiciou uma ampla visualização de seu processo

de existência e nos permitiu levantar questionamentos a respeito das práticas e saberes pedagógicos desenvolvidos no interior da escola.

A fim de contextualizar tais questionamentos e na tentativa de interligar a instituição com o contexto socioeconômico da época, recorreremos à bibliografia com o intuito de delinear o contexto em que a ENRSJ foi criada. Verificamos que o município de Cianorte seguiu os passos das demais cidades fundadas pela Companhia que colonizou o norte do Paraná, a CNRP, apresentando um amplo crescimento populacional nos anos posteriores à sua criação. Essa realidade, concomitante com as preocupações dos governos federal e estadual em melhorar as condições de vida no campo e a aprovação das Leis Orgânicas de ensino de 1946, promoveram uma série de mudanças, dentre as quais a criação da modalidade de ensino denominada “Normal Regional”, que forjou a criação dos Cursos Normais Regionais por todo o país, em específico pelo território paranaense. Seguindo as prerrogativas nacional e estadual o Curso Normal Regional de Cianorte foi criado em 1957 e encerrou suas atividades em 1964.

Após este primeiro passo, foram emergindo outras indagações, tais como: qual a estrutura material que fornecia suporte ao funcionamento da ENRSJ? Que práticas escolares perpassavam o cotidiano de alunos e professores? Quais elementos compunham o programa das disciplinas ensinadas na ENRSJ?

A Escola Normal Regional Silva Jardim possuía uma gama de materiais de uso cotidiano bastante simples, cujas salas de aula apresentavam uma estrutura padrão que comumente encontramos ainda hoje: carteiras comuns, quadro-negro, armário, lousa, apagador e giz. Afora os materiais básicos para o funcionamento da instituição, encontravam-se quadros explicativos de várias disciplinas e diversos títulos de livros que compuseram a biblioteca da escola.

O acervo da biblioteca da ENRSJ era composto por diversos títulos, dos quais foram identificados e analisados alguns agrupamentos distintos: os títulos de literatura geral, os manuais didáticos, os títulos de autores escolanovistas, os títulos pertencentes à biblioteca da educação, aqueles relacionados à psicologia da educação e às enciclopédias. A presença destes títulos permitiu a busca de indícios que fossem capazes de responder aos seguintes questionamentos: qual a origem do acervo que compunha a biblioteca da escola? Por que esses títulos específicos faziam parte do acervo da ENRSJ?

Esta gama de materiais pertencentes à ENRSJ veio ao encontro do movimento renovador e das ideias escolanovistas em circulação. Observamos que, apesar da escassez de materiais ser uma constante nas instituições de ensino brasileiras, a ENRSJ esforçou-se para prover um espaço adequado, exemplo disso, foi a preocupação em adquirir exemplares para a biblioteca da instituição.

Em relação às formas de exteriorização, viabilizadas por meio de eventos de ordem efêmera da ENRSJ, foi observada a presença de dois tipos diferentes de comemorações realizadas pela escola. Os primeiros encaixavam-se naqueles que pertencem à gama de comemorações patrióticas que o estado republicano determinava que as escolas celebrassem, classificados por Souza (2000) como pertencentes ao “imaginário sócio-político”; neste sentido, eventos como desfiles cívicos figuravam dentre os comemorados pela ENRSJ. Já os eventos denominados de “sucesso escolar” compreendiam as festas que faziam parte da demanda social, como o dia da criança, dia das mães, dentre outros, os quais foram alvo de comemorações anuais por parte dos alunos da instituição.

No que tange aos alunos, os dados obtidos por meio da análise documental indicam que, do total de 129 estudantes que ingressaram no curso, apenas 64 concluíram-no, apontando um alto índice de evasão, 50,3%. Além disso, a maioria dos indivíduos era do sexo feminino, remontando à feminilização do magistério, que acentuou-se a partir de meados do século XIX. Documentos também demonstraram que os alunos organizavam-se por meio do Grêmio Literário Duque de Caxias, responsável pela promoção de eventos em prol de fundos para a escola de modo a promover a melhoria do espaço por eles ocupado.

O Corpo Docente da ENRSJ foi constituído por um total de vinte professores, que lecionaram nas diversas disciplinas do programa. Este pequeno número de profissionais desdobrava-se para atender ao curso, alguns deles acumulavam funções, como a de professor e diretor ou professor e secretário da escola. No que tange aos assuntos recorrentes que foram abordados pelos professores, o registro das reuniões pedagógicas nos mostrou que a preocupação dos mestres residia em discutir as comemorações que a escola deveria participar ou organizar; assuntos referentes a dificuldades ou problemas relativos aos alunos; discussões acerca da preparação e organização dos exames parciais e das provas finais; leitura e discussão de documentos oficiais recebidos pela escola; e, por fim, a discussão de assuntos

pedagógicos, que nos permitiu inferir que as reuniões realizadas pelos professores constituíam espaços de interação, cujos temas relativos ao cotidiano eram debatidos.

Já as disciplinas ministradas na ENRSJ foram objeto de reflexão na última seção deste trabalho. Por meio de discussões, levantamos dados que nos remeteram a afirmar que a ENRSJ ofereceu disciplinas em conformidade com dois momentos distintos, o primeiro ente 1957 e 1961, seguindo as orientações do Decreto n. 18.180, de 9 de julho de 1955, e o segundo entre 1962 e 1964 quando inseriu, em sua grade curricular, disciplinas que contemplavam a flexibilização do ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024, de 1961. No primeiro momento o programa proposto para as Escolas Normais Regionais do Paraná foi idealizado pelo intelectual Erasmo Pilloto e estava pautado em orientações tanto de vigência nacional, baseadas em ideias que eram contrárias ao ensino tradicional e pretendiam implantar nas escolas uma nova organização científica, quanto nas orientações internacionais, expressas nos relatórios da UNESCO e identificadas por Miguel (2011). No segundo momento foi orientado pelas novas diretrizes contidas na LDB, Lei que atendeu tanto a aspiração dos renovadores escolanovistas, que almejavam, desde a década de 1920, a autonomia dos estados e a diversificação e descentralização do ensino, quanto ofereceu concessões à iniciativa privada, conforme afirma Saviani (2010).

Ao realizar a sistematização dos conteúdos concretizados nas disciplinas com as normatizações oficiais expressas pelo Decreto n.8862/49, constatamos que as disciplinas de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região e Didática e Prática de Ensino, em alguns momentos, aproximavam-se e, em outros, distanciavam-se do conteúdo proposto pelo Programa de Ensino Normal Regional. Apesar de, em vários momentos, temas relativos ao ensino rural serem recorrentes, não foram constatados conteúdos capazes de exprimir a preocupação acentuada com a identificação dos problemas no meio rural e a criação de meios para saná-los, nem tão pouco encontramos elementos que identificassem a realização de atividades ligadas à disciplina de Prática de Ensino nas escolas rurais, verificamos que as regências foram realizadas nas dependências do Grupo Escolar Itacelina Bitencourt, o que indicou um vínculo acentuado com a instituição de ensino primário urbana em detrimento das rurais.

Acreditamos que nossas constatações são relevantes para a história da educação de Cianorte, no entanto, sabemos que existem outras possibilidades de estudo e análise deste material. Ao findar esta pesquisa, permanecem diversos

questionamentos ainda não respondidos sobre a Escola Normal Regional Silva Jardim e as demais instituições que, à sua semelhança, foram criadas no Estado do Paraná em meados do século XX. Dentre eles, podemos mencionar que a documentação catalogada permite investidas teóricas no sentido de aprofundar alguns aspectos ora por nós analisados, como os títulos pertencentes à biblioteca, que poderiam ser estudados em comparação com os conteúdos dos livros; ou que, por ventura, não conseguimos adentrar, como a série de correspondências vindas da Secretaria de Educação e da divisão de Ensino Normal, que foram encontradas nos últimos meses da pesquisa e, por isto, não foram contempladas nas discussões por falta de tempo hábil; ou ainda a análise dos documentos da Escola Normal Secundária Candido Portinari também preservados, bem como tantas outras possibilidades que se descortinam frente à rica documentação encontrada.

Por fim, sabemos que a escrita da história não é algo que permite abarcar aspectos que privilegiam a totalidade, pois nos dizeres de Marc Bloch (2001, p. 68): “A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade”. Assim, acenamos para as diversas pesquisas que podem ser realizadas a partir deste objeto por nós estudado e ansiamos para que o interesse dos pesquisadores pelas instituições de ensino paranaenses permitam o desenvolvimento de novos estudos que dialoguem e problematizem a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. 1946a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. 1946b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. 1946c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 4024, de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm. Acesso em: 15 de Janeiro de 2016.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Diários de aula das disciplinas ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1957 a 1964a.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata de assentamentos**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1957 a 1964b.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata da seção solene da entrega de diplomas**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1960 a 1964a.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livros de registro de diplomas**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1960 a 1964b.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata das comemorações**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1958 a 1964.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata das reuniões mensais**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1957 a 1962.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata de avisos ao corpo docente**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1959 a 1963.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata do histórico do curso**. Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1957 a 1965.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata do inventário de materiais.** Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1958 a 1965.

ESCOLA NORMAL REGIONAL SILVA JARDIM. **Livro ata dos registros de despesas.** Cianorte, PR: Colégio Estadual Cianorte, 1957 a 1963.

ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA CÂNDIDO PORTINARI. **Livro ata dos registros de títulos e portarias.** Cianorte, PR: 1962.

PARANÁ. **Decreto estadual n.8862**, de 17 de novembro de 1949. Aprova os Programas dos Cursos Normais Regionais. Curitiba: Diário Oficial do Estado, 24 de janeiro de 1950.

PARANÁ. **Decreto n. 19891**, de 9 de julho de 1955. Regulamentação das Escolas Normais das bases da organização do ensino normal. Curitiba: Diário Oficial do Estado, 02 de dezembro de 1955.

PARANÁ. **Lei do Sistema Estadual de Ensino n.4978**, de 5 de Dezembro de 1964. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/lei_do_sistema.pdf. Acesso em: 16 de Janeiro de 2016.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Seção Legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, em 01/05/1948.** Curitiba, 1948.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Seção Ordinária da 2ª. Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz, Governador do Paraná, em 01/05/1951.** Curitiba, 1951.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Seção Legislativa Ordinária de 1958 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, em 01/05/1958.** Curitiba, 1958.

PARANÁ. **Currículo do Ensino Médio da Secretaria de Educação e Cultura.** Curitiba, 1962. Disponível em: <http://arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/file/RelatóriosdeGoverno/Ano1962MFN1111CurrículosdoEnsinoMedio.pdf> Acesso em: 14 de Fevereiro de 2016.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. C. L.; GRÁCIO J. C. Grêmio Estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. **Gestão democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt **Vozes esquecidas em horizontes rurais**: histórias de professores. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ALMEIDA-FILHO, José Orlando. **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda dos Santos: (1945-1971)**. 2008. Tese (Doutorado em Educação – História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALVES, Catharina Edna Rodriguez. Fernando de Azevedo e o esboço de uma teoria pedagógica para as condições da educação brasileira. **Educação em Revista** [online]. Marília, SP, v. 11, n. 1. p. 37-52, jan./jun. 2010.

ALVES, Claudia. Educação, memória e identidade: Dimensões imateriais da cultura material escolar. **História da Educação** ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas, RS, v. 14, n. 30 p. 101-125, jan./abr. 2010.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2012. p. 41-56.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. História das disciplinas escolares, quatro abordagens historiográficas. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.21, jan/jun, 2013.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makiko. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. : **Revista Semestral da Associação de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. [On-line]. Maringá, PR, v. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez., 2008.

ARAÚJO, J. C.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. P. C. (Orgs.). **As escolas normais no Brasil do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

ARAÚJO, J. C.; SOUZA, R. F.; NUNES PINTO, R. M. (Orgs.). **Escola primária na primeira república (1189-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2012.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. Os livros didáticos de Psicologia Educacional: pistas para análises da formação de professores (as)- (1920-1960). **Temas em Psicologia** [On-line], Ribeirão Preto, SP, v. 15, n. 1, jun. 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos**

escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 299-321.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. História da educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares. In: VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Clenara Maria (Orgs.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória, ES, EDUFES, 2010.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; SOUZA, Rosa Fátima. Apresentação. In: Dossiê Cultura Material Escolar: abordagens históricas. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n. 49, p. 15-17, jul./set. 2013.

BEZERRA, Claudiceia L. A. Lourenço Filho: A importância do ensino da leitura. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Anais...** 2008. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c008.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas Escolares: História e pesquisa. In: OLIVEIRA, M.A.T.; RANZI, S.F. **História das Disciplinas Escolares no Brasil: Contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BLOCH, Mark. **Apologia da história, ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONI, Maria. I. M. Erasmo Pilotto e as Escolas Normais Regionais no Paraná. In: Anita Helena Schlesener (Org.). **Política e educação: desafios e perspectivas**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, v. 4, p. 1-18, 2007.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos; ANDRADE, Maria Eugênio Albino; MEDEIROS, Nilcéia Lage de. A utilização de enciclopédias em bibliotecas públicas e escolares da Região Metropolitana de Belo Horizonte: relato de pesquisa. **Ciência da Educação** [on-line], v. 22, n. 3, dez. 1993.

CAMPOS, M. C. S. de S. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: A feminização da profissão. In: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da. **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A biblioteca de educação de Lourenço Filho: uma coleção a serviço de um projeto de inovação pedagógica. **Quaestio – Revista de Estudos de Educação** [On-line], Sorocaba, SP, v. 8, n. 2, p. 47-62, nov. 2006.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Revista Diálogos**, v.9, n.1, 2005.

CASTANHA, André Paulo; FACCHI Jehnny Zélia Kalb. Memórias das escolas normais de Cascavel-PR. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 45, p. 162-180, 2012.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. **Revista Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005.

CHAGAS, Marcos Rogério Jesus. **História da organização estudantil e os grêmios na atualidade**. Grupo de Estudos GAES. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/MARCOS%20artigo%20GT%2006.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e educação, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa** [online], São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set/dez. 2004.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. **Igreja Católica, Educação Feminina e Cultura Escolar em Ponta Grossa (Paraná): A Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

CIOFFI, et al. **Cianorte – sua história contada pelos pioneiros**. Maringá, PR: Gráfica Ideal, 1995.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: EDANEE, 1975.

COSTA, Silvânia Santana. **Entre histórias contadas e vividas: Memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga (Itabaiana/SE, 1950- 1980)**. 2013. (Doutorando em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

D'ANDREA, Carlos Frederico de Brito. Enciclopédias na Web 2.0: colaboração e moderação na Wikipédia e Britannica Online. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php>. Acesso em: 13 jul. 2015.

FACCHI, Jehnny Zélia Kalb. **História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971: a trajetória das Escolas Normais Carola Moreira e Irene Rickli**. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2013.

FONSECA, Edson Nery da Fonseca. O negócio das enciclopédias. **Revista da Informação**, v. 1, n. 2. 1972.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. **As práticas das festas escolares na Escola Normal de Pirassununga (1930-1950)**. 2006. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

GATTI JR., Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de conhecimento em História da Educação. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, RS, v. 14, n. 31, p. 155-191, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/28854/pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

GEMI, Cassiane. **A primeira escola de formação de professores em Pato Branco (1960 - 1986), e o desenvolvimento econômico, social e educacional da região sudoeste do Paraná**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **História e memória da casa escolar Cianorte (1955-1962)**. 2013. 27f. Monografia (Conclusão do Curso) – Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte, Cianorte, PR, 2013.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva; SCHELBAUER, Analete Regina. **História e memória: fontes documentais da escolarização primária no município de Cianorte-PR**. Projeto de Iniciação Científica – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar práticas e produção dos grupos escolares de Minas Gerais (1891-1918)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman. **Os sentidos da Prática de Ensino na formação de professores no âmbito da Escola Normal**. Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá, 2009.

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman; SCHELBAUER, Analete Regina. **Os sentidos da Prática de Ensino na formação de professores no âmbito da Escola Normal**. Anais Seminário de pesquisa do PPE, 2009.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. **História da formação de professores em Maringá: a escola normal secundária entre as décadas de 1950 e 1970**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2007.

HERVATINI, Luciana. **A escola normal regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2011.

HERVATINI, Luciana; SCHELBAUER, Analete Regina. A escola normal regional no interior do Paraná: A realidade e a idealidade de suas práticas pedagógicas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 45, p. 296-309, mar. 2012.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410550&idtema=90&sch=parana|cianorte|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Base de dados do Estado – BDEweb**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 1. jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá, PR: EDUEM, 2014.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2001.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê, 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória. In : LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2013. p. 437-481.

LIMA, Rosangela de. **História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990)**. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015.

LIMIECHEK, Lucimara. **Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul-PR (1946-1980)**. 280f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, 2014.

LIONETTI, Licia; CIVERA, Alicia; WERLE, Flávia Obino Corrêa (Orgs.). **Sujetos, comunidades rurales y culturas escolares en América Latina**. Rosario, Argentina: Prohistoria Ediciones; El Colegio Mexiquense A. C.; El Colegio de Michoacán, A. C., 2013.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

LUZ, France. A imigração dos dados dos registros de casamento dos cartórios da microrregião norte novo do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p.141-154.

MARTINSON, Célia Carmem. **Institucionalização da escola pública em área rural – Joaçaba-SC (1938- 1970)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

MENDES, Janilda do Socorro Alves Barros. **A organização curricular da escola normal: Do início do século XX a reforma de 1971**. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia- UEL, 2011.

MENEZES, Maria Cristina. Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar. **Revista brasileira de educação** [on-line], Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 93-116, jan./abr. 2011.

MIGUEL, M. E. B. A pesquisa na reconstrução histórica da formação de professores no Paraná: um depoimento. **Revista Diálogo Educacional** (PUCPR. Impresso), v. 12, p. 381-399, 2012.

MIGUEL, M. E. B. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná: (1946-1961). In: Flávia Obino Werle. (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação de professores**. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2007, p. 79-98.

MIGUEL, M. E. B. O curso normal regional paranaense no contexto da organização social do trabalho no Brasil e na América Latina (1946-1961). **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. único, p. 71-81, 1998.

MIGUEL, M. E. B. A formação do professor para as Escolas Normais Rurais no Paraná no contexto das políticas de educação nacionais e internacionais. **Revista HISTEDBR** On-line, v. 47, p. 21-31, 2011.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. História, memória e instituições escolares no Paraná. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Orgs.). **História da Educação, arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas, SP: Alínea, 2013.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4.024/61 ao embate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum** [online], São Paulo, v.12, n.03 p.1480-1511, Out/Dez, 2014.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, D.; ARAÚJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. **Revista Educar**, Curitiba, n.10, 1995.

MONTEIRO, Cicília Rodrigues. **Contribuições de Erasmo Pilotto para expansão do ensino primário no Paraná: alfabetização, ensino rural e formação de professores (1940-1970)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.). **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá:UEM,1999.

NASCIMENTO, M. I. M. **As escolas de professores: as primeiras escolas normais nos Campos Gerais-PR (1890-1940)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. 2000, Rio de Janeiro. Educação no Brasil: História e Historiografia, **Anais...** 2000.

NASCIMENTO, M. I. M.; PRIETO, Clarissa Borba. Primeiras instituições escolares públicas dos Campos Gerias PR (1904-1940). **Publicatio UEPG**. Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes (Impresso), v. 2, p. 1-15, 2009.

NOBRE, Sergio. Uma introdução à história das enciclopédias – a enciclopédia de matemática de Cristian Wolff de 1716. **Revista da SBHC** [online], Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 34-46, jan./jul. 2007.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. **Revista Educação e Sociedade** [On-line], ano XXI, n. 73, dez. 2000.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Priscila Marilia de; ARCE, Alessandra. A “Coleção Biblioteca de Educação” e a concepção de criança e desenvolvimento infantil: uma análise das obras escritas por Claparède, Pièron, Binet & Simon e por Lourenço Filho. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2. jul./dez. 2012.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez, 2004.

PINTO, Neusa Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico- metodológicos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.14, n.41, p.125-142, jan/abr. 2014.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6. 2006. Uberlândia, MG, **Anais...** 2006.

RAFAEL, M. C; LARA. A. M. de B. A proposta de Lourenço Filho para a educação de crianças de 0 a 6 anos. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, SP, n. 44, p. 229-247, dez. 2011.

RIBEIRO, Aline Luli Romero; GOTTSCHALD-DUQUE, Cláudio. Wikipédia e enciclopédia britânica: Informação confiável? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 7, n. 2, 2011.

RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio da Humanidade, Cultura e Lugar. **Revista Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 111-124, 2005.

SANTOS, Fátima Aparecida dos **A escola nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da escola primária em São Paulo no início do Século XX**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SANTOS, Tatiana Cavanha. **Formação inicial docente: a Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas SP: 2004.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de Memória e Organização de Acervos para a História das Instituições Escolares. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Orgs.). **História da Educação arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas, SP: Alínea, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner; DALAROSA, Adair Ângelo. O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense: A primeira escola normal secundária pública. **Revista Histedbr On-line**, n. 43, p. 159-182, set. 2011.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense**: a criação da primeira Escola Normal Secundária Pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa Ponta Grossa, PR, 2009.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva; MIGUEL, M. E. B. Livros para a Escola Normal no Paraná: modelos e projetos sociais se viabilizam na escola. In: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10. e SIRSSE, 1. 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: Institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Revista Hist. Educ.** [Online]. Porto Alegre.v.18, n.43, Maio/Ago. 2014, p.71-91.

SCHNEIDER, Juliete. **A democratização do acesso ao ensino secundário pela expansão do ciclo ginasial normal em Santa Catarina (1946-1969)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCORSOLINE, Ailton Bueno; MOURA, M. R. L.; SANCTIS, R. J. O. Grêmio Estudantil: desafios e impasses da construção da cidadania. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – HISTEDBR, 7. Campinas, SP. **Anais..** 2006.

SILVA, Jonatas Luiz Carvalho. Perspectivas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina**, [on-line], Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez.2011.

SILVA, Vivian Batista da. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). **Revista Brasileira de História da Educação** [on-line], n. 6, jul./dez. 2006.

SKDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Magda. **Metamemórias – memórias travessia de uma educadora**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. Anísio Teixeira e a escola pública: um estudo sobre sua atuação político-pedagógica na educação. **Cadernos de História da Educação** [on-line], v. 10, n. 1, jan./jun. 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. In: Dossiê Cultura Material Escolar: abordagens históricas. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n. 49, p. 103-120, jul./set. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. Rituais escolares: liturgia cívica e glorificação da memória (aproximações históricas). In: PORTO, Maria do Rosário Silveira et al. **Tessituras do imaginário: cultura e educação**. Cuiabá: Edunic/ CICE/FEUSP. 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola pública no Brasil investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2013.

SOUZA, Vania de Fátima Matias. **Políticas públicas para a educação no governo de Moysés Lupion**: a instrução básica no estado do Paraná. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina, PR: Ed. UEL, 2002.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação** [on-line], n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TESSEROLLI, Ana Elizabete Mazon de Souza. **Formação de professores no Paraná**: a Escola Normal Colegial Estadual Nossa Senhora Aparecida, Piraquara-Paraná. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p. 51-85.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino**: a escola nova e seus métodos de uso. São Paulo: Cortez, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: Professores, alunos e método de ensino. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VALDEMARIN, Vera Tereza; CAMPOS, Daniela Gonçalves dos Santos. Concepções pedagógicas e métodos de ensino: O manual didático *Processologia* na Escola Primária. **Paidéia** [on-line], v. 17, n. 38, p. 343-356, 2007.

VALE, Antônio Marques do et al. História da Escola Normal Regional no Paraná, e sua relação com desenvolvimento sócio-econômico (1946-1964). In: JORNADA NACIONAL DO HISTEDBR - RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES

ESCOLARES NO BRASIL, 6. 2005, Ponta Grossa-PR. **Caderno de resumos da VI Jornada do HISTEDBR**, 2005. p. 157.

VAZ, Fabiana Andréa Barbosa. **Formação de professores no Paraná: a escola normal primária de Ponta Grossa (1924-1941)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre cultura escolar e história da educação: questões para debate. In: VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara Maria (Orgs.). **Histórias das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WERLE, F. O. C. (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2007a.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Escola normal rural no sul do Brasil**. REUNIÃO DA ANPED, 30. **Anais...** 2007b.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR (PUCPR), (Palmas PR), (UNICS), (UEPG), 2004. p. 13-36. (Coleção Memória da Educação).

ZEN, Maria Lúcia Bassa. **As políticas educacionais no contexto da Escola Normal no período de 1956 a 1979, no município de São José dos Pinhais**. 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.